



# **EXPERIMENTOS EM ANÁLISE DO DISCURSO**

**Sirio Possenti**

# **EXPERIMENTOS EM ANÁLISE DO DISCURSO**



**Pedro & João**  
editores



**SÍRIO POSSENTI**

**EXPERIMENTOS EM  
ANÁLISE DO DISCURSO**



**Pedro & João**  
editores

**Copyright © Sérgio Possenti**

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos do autor.

---

Sérgio Possenti

**Experimentos em Análise do Discurso.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2023. 174p. 16 x 23 cm.

**ISBN: 978-65-265-0526-7 [Impresso]**

**978-65-265-0527-4 [Digital]**

1. Experimentos. 2. Análise do Discurso. 3. Linguística. I. Título.

CDD – 410

---

**Capa:** Petricor Design

**Ficha Catalográfica:** Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828

**Revisão:** Juliana Palermo e Debora Ribeiro

**Diagramação:** Diany Akiko Lee

**Editores:** Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

**Conselho Científico da Pedro & João Editores:**

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil).



**Pedro & João Editores**

[www.pedroejoaoeditores.com.br](http://www.pedroejoaoeditores.com.br)

13568-878 – São Carlos – SP

2023

# SUMÁRIO

- 7 NOTA PRÉVIA
- 9 1. FOI GOLPE? FOI GOLPE!
- 34 2. A MISOGINIA COMO CONDICIONANTE DO GOLPE DE 2016 NO BRASIL
- 47 3. “UM POSTE”: IMAGINÁRIO SOBRE O BOM CANDIDATO E DISCURSOS SOBRE O PROCESSO DE ESCOLHA
- 57 4. O PRESIDENTE ESTÁ NU? ROUPAS E MUNDO ÉTICO
- 75 5. A INSTABILIDADE DOS DISCURSOS — UM ESBOÇO DE ANÁLISE
- 85 6. MORAL: INTENÇÃO, EUFEMISMO E CONTEXTO
- 101 7. DISCURSO TRANSVERSO EM PIADAS DE CORINTIANO
- 115 8. DURAÇÕES HISTÓRICAS E SUA RELAÇÃO COM PÚBLICO E PRIVADO
- 131 9. SOBRESSEVERAÇÃO E INTERPRETAÇÃO
- 145 10. CENOGRAFIA, *ETHOS* E INTERLÍNGUA EM “O COBRADOR”: UMA QUESTÃO DE ESTILO
- 161 11. TEORIAS DE TEXTO E DE DISCURSO: INCONCILIÁVEIS?



## NOTA PRÉVIA

Já declarei em outras ocasiões que não saberia fazer um texto de 100/200 páginas, mas que acredito ser capaz de fazer 10 textos de 10 a 15 páginas (de 20, acho que não mais). Por isso, meus livros são reuniões de textos publicados em outros lugares. Por que republicar? Ora, para tentar ser lido, o que a reunião de estudos em um só volume parece facilitar. Se isso não acontece, paciência. Fiz minha parte, exibi minha pretensão. Em mais de um sentido.

Melhor seria outra pessoa organizar tal coletânea. Eu me sentiria um minúsculo Pascal (ou Nelson Rodrigues). Autoria tem muito mais a ver com isso do que com escrever os textos. Mas sei que seria muita areia para meu caminhão. Então, eu mesmo faço o serviço.

Por que “experimentos”? Porque acho que os textos são isso mesmo. Não me agrada (não consigo) seguir um autor, morrer por ele. O que me atrai são os conceitos. E eles estão dispersos. Então, faço experimentos. Às vezes sei que darão certo, a não ser que eu seja muito incapaz, assim como sempre dão certo os trabalhos que desejam verificar o interdiscurso (ora, sempre há!) ou a progressão textual (sério?).

Como faço? Fico sabendo de um conceito. Digamos, interlíngua. Num congresso, por exemplo, conto o que é para quem por caso não tenha ouvido falar dele e tento mostrar que é relevante em algum texto ou autor. Depois faço um artigo ou um capítulo de livro, que, em geral, desaparecem. O mesmo com sobreasseveração, com discurso transversal (de que só ouço falar, mas nunca comi) etc.

Em outros casos, tenho comichão por um dado, uma expressão. Tento uma análise, mobilizo conceitos, reúno alguns dados. Pode até tornar-se uma intervenção política (como em “eleger um poste” e “golpe”). Enfim, não há na coletânea nem unidade temática, nem teórica ou doutrinária, nem metodológica. Há só experimentos.

***(Grande parte dos trabalhos do autor tem tido apoio do CNPq, por meio da bolsa de produtividade).***

Campinas, agosto de 2021.

## Origem dos textos

*Foi golpe? Foi golpe!* foi publicado em 2016 na *Revista de Estudos da Linguagem*, 24 (3), Belo Horizonte, FALE-UFMG.

*A misoginia como condicionante do golpe de 2016 no Brasil* saiu em 2018 na revista *Discurso y Sociedad*, 12 (3).

*Um poste: imaginário sobre o bom candidato e discursos sobre o processo de escolha* saiu em 2017 em *Repères DoRiF ; formules et aphorisations dans le discours de presse au Brésil*.

*O presidente está nu? Roupas e mundo ético* saiu em 2019 em *Estudos Semióticos*.

*A instabilidade dos discursos — um esboço de análise* foi publicado em 2013 no livro de Lagazzi, S., Romualdo, E. C e Tasso, I. (orgs). *Estudos do texto e do discurso: o discurso em contrapontos — Foucault, Maingueneau, Pêcheux*. São Carlos: Pedro e João Editores.

*Moral: intenção, eufemismo e contexto* saiu na *Revista de Estudos sobre práticas discursivas e textuais*, 10 (23). Jundiá: Unianchieta.

*Discurso transversal em piadas de corintiano* saiu em 2017 na revista *Bakhtiniana — Revista de Estudos do Discurso*, 12 (2).

*Durações históricas e sua relação com público e privado* saiu em 2015 em Lara, G. P. e Limberti, R. P. *Discurso e (des)igualdade social*. São Paulo: Contexto.

*Sobreesseveração e interpretação* saiu em 2011 em *Estudos do texto e do discurso: materialidades diversas* (Possenti e Benites [orgs]). São Carlos: Pedro e João Editores.

*Cenografia, ethos e interlíngua em “O cobrador”: uma questão de estilo* também é de 2011 e saiu em Emediato, W. e Lara, G. M. P. (orgs). *Análise do discurso hoje (volume 4)*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna.

*Teorias de texto e de discurso: inconciliáveis?* saiu em 2011 na revista *Gragoatá*, (29).

Nota sobre os links: os textos têm datas diversas e, assim, as buscas dos dados nos links podem não resultar em nada. Mistério dos big datas. Assim, de pouco adiantaria informar a data da consulta. Só posso garantir que não seria capaz de inventar todas essas opiniões e notícias.

# 1. FOI GOLPE? FOI GOLPE!

A guerra é a continuação da política por outros meios.  
Klausewitz

## 1. Introdução: pequena história

É praticamente impossível demarcar com exatidão o início de um processo histórico. A única coisa certa é que, geralmente, a data que fica nos manuais é inexata. Por exemplo, certamente o processo de impedimento de Dilma Rousseff (neste texto, chamada de Dilma, como tem sido corrente na mídia e na rua) não começou em dezembro de 2015, quando o presidente da Câmara aceitou um dos vários pedidos e, com isso, deu início ao processo legislativo de avaliação do caso.

Talvez se possa dizer que começou no dia da reeleição (26/10/2014), porque o resultado foi, de certa forma, inesperado, especialmente porque, até a abertura das urnas do Norte do país, a vitória do outro candidato era dada como certa. Houve boatos de vazamento da contagem de votos. Comentaristas de TV insinuavam que sabiam mais do que diziam aos telespectadores, e determinados políticos se deslocaram para Brasília... Em vão, viu-se depois.

A derrota não foi aceita com a naturalidade desejada nas democracias. Foi contestada em diversas instâncias, das jornalísticas às judiciárias. A reação foi reforçada pelas medidas econômicas tomadas no começo do segundo mandato, que fizeram com que muitos eleitores de Dilma se frustrassem.

Mas talvez o processo tenha começado ainda antes. Segundo Ab'Saber (2015), uma data decisiva é abril de 2012, quando o setor bancário manifestou claramente que não aceitava a política de juros que a presidenta implementava (muitos não acreditavam na independência do Banco Central). Teria começado então o desembarque dos apoiadores poderosos do governo. Logo a mídia os seguiu, e, com ela, uma certa classe média, que não aceitava outros efeitos dos governos Lula e Dilma, notadamente algumas conquistas populares, posição que

se materializava ora mais clara, ora mais difusamente (a expressão mais crua dessas avaliações — não trabalham, fazem filhos para receber Bolsa Família etc. — pode ser vista em <https://www.facebook.com/lindbergh.farias/videos/1153817544629539/>. Foram esses enunciados que levaram muitos manifestantes à rua).

Não devem ser descartadas, no rol das condições que fundamentaram o processo, duas características de Dilma: a) não ter habilidade para a negociação política (constantemente repisada); b) ser mulher — para muitos, a misoginia teve papel importante em sua avaliação pelos políticos e pelas ruas.

Por exemplo, no início de 2013, ocorreram os famosos “rolezinhos”, uma afluência em massa de jovens adolescentes das periferias aos shopping centers elegantes de São Paulo. Sua movimentação assustava uma clientela desacostumada a ver “esse tipo de gente” no seu espaço (excetuadas talvez as empregadas domésticas e outros trabalhadores braçais que eventualmente atuam no espaço “nobre”). Também houve manifestações aparentemente pessoais (mas que eram óbvios indícios), que se disseminavam nas redes sociais, como foi o caso de uma professora universitária do Rio de Janeiro que expressou sua estranheza e certo desprezo e asco ao ver em um aeroporto (“ou rodoviária?”, perguntava ela a um amigo do mesmo nível) um passageiro de bermuda, tênis e camiseta regata. “O glamour foi pro espaço”, comentou seu amigo, um reitor<sup>1</sup>, em redes sociais. Evidentemente, não houve a intenção de ofender... eles insistiram, como sempre repetem.

Eram sintomas. Houve outros. Em junho de 2013, na abertura da Copa das Confederações, frequentadores da cerimônia gritaram em coro “Dilma, vai tomar no cu” (a nova configuração “arquitetônica” dos estádios — agora arenas — e os preços dos ingressos expulsaram os “geraldinos” e outros representantes do povo nos estádios. Lá estava só a “classe média”). Pouco menos de um ano depois, as notórias manifestações de junho reduziram a pó os eventuais índices de popularidade elevados de todos os políticos. Os de Dilma nunca se

---

<sup>1</sup> Ver: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,professora-e-afastada-da-puc-rio-por-ironizar-passageiro,1131398>.

recuperaram, exceto ao final da campanha eleitoral de 2014, efeito, segundo analistas, do fato de que pôde mostrar obras de seu governo que eram pouco divulgadas. (Uma análise das propagandas do governo mostraria que suas obras — transposição do São Francisco, aeroportos, rodovias e ferrovias, por exemplo— não apareciam. A publicidade se referia preferencialmente a ações do tipo Mais Médicos — as sociais — ou era das estatais — Petrobrás, por exemplo.)

Dois fatos são certamente determinantes, considerado esse pano de fundo: a contração da economia e as denúncias de corrupção (em especial as ações da Lava Jato; a atuação claramente parcial da mídia, talvez dos procuradores e do juiz encarregado do caso puseram lenha na fogueira). Mais de um parlamentar declarou, até mesmo quando votava pelo impedimento, que o fazia pelo “conjunto da obra” (recessão, desemprego, “bolivarianismo”...), e não pelas duas razões alegadas pelos signatários do pedido de impeachment, apesar de o Supremo ter determinado que deviam ser as únicas a serem consideradas, mesmo na fase a ser cumprida no Senado.

Outra narrativa, provavelmente verdadeira, mas que só é válida se considerado o pano de fundo geral, é o papel de Eduardo Cunha, por duas razões fundamentais: a) sua eleição à presidência da Câmara, não apoiada por Dilma, que encampou outra candidatura, fato que acirrou a disputa; b) acusado no Conselho de Ética de ter mentido em depoimento numa CPI, Eduardo Cunha precisava dos votos do PT para não ser processado; no mesmo dia em que os deputados do PT votaram contra sua demanda, ele aceitou e deu andamento ao pedido de impeachment.

Esse breve pano de fundo inclui pelo menos mais um episódio relevante: o TCU, pela primeira vez, não aprovou as contas de um presidente (foram reprovadas as de Dilma relativas a 2014), alegando dois “erros”, que vieram as ser conhecidos como pedaladas fiscais e decretos suplementares de gastos, sem autorização do Congresso (os atos foram analisados em detalhe por defensores e adversários, por testemunhas e peritos, durante a fase de instrução no Senado, tendo sido objeto de muitas controvérsias, tanto da parte de economistas quanto de juristas). O relatório foi votado em 15 minutos. Normalmente, ocuparia uma sessão de várias horas.

Os fatos brevemente narrados são relevantes porque foram retomados por ambas as partes: ou para dizer que Dilma errou (cometeu irregularidades e, além disso, numerosos erros administrativos — o propalado “conjunto da obra”) e por isso deveria ser impedida, ou para dizer que Dilma pode ter errado, mas não cometeu crimes (além de ter sido prejudicada por um congresso hostil, e por isso não deveria ser impedida; visto desse ângulo, o processo foi uma armadilha destinada a tomar o poder não conquistado nas urnas — a agenda de Dilma incomodava os conservadores e os privatistas).

### **1.1. Questão política ou jurídica**

O que foi exposto acima inclui ingredientes políticos e jurídicos. Os jurídicos são o que poderia ser tipificado como crime de responsabilidade. Em tese, sem eles um processo de impedimento não pode prosperar. A oitiva dos pareceres e das testemunhas mostra três discursos: a) Dilma cometeu dois crimes (mencionados acima); b) Dilma não cometeu nenhum dos dois crimes; c) Dilma cometeu um dos crimes (decretos), mas não o outro (pedaladas). As três alternativas encontram defensores e críticos tanto no domínio político quanto no jurídico. As alternativas podem ser comprovadas tanto em manifestações de magistrados na análise do processo quanto no parlamento ou em entrevistas e em artigos publicados na mídia.

Um dos argumentos mais repetidos pelos que consideraram o processo legítimo é que ele seguiu roteiro definido pelo STF. Os que consideraram o processo injusto (ou apenas político) argumentavam que o STF jamais analisou o mérito das acusações, apenas seu *script* (prazos, critérios de escolha das comissões etc.). Dizer que o processo foi legítimo *porque* o STF o supervisionou é como dizer que a condenação de um réu é justa porque o processo se deu num tribunal, com hora marcada, o juiz ouviu a defesa e estava de toga... Ou seja: a questão básica seria se as provas são conclusivas, e não se os procedimentos formais são seguidos, argumento que sequer é rebatido pelos defensores do impedimento.

## 2. Certas palavras

Pode-se dizer que todas as palavras têm diversos sentidos. Uma das razões para isso são as mudanças históricas, seja por deslizamento do sentido, seja por alterações no “referente”, no sentido de que um objeto ou um fato (palavras podem referir-se a fatos, a acontecimentos!) podem mudar sua “natureza”.

Essa variação de sentido é verdadeira armadilha, pelo menos em dois casos: a) quando uma palavra designa um conceito em uma doutrina específica (como “verdade” na obra de Foucault — ou na ciência — e “verdade” em acepções correntes, como as dos provérbios ou as chamadas verdades jornalísticas), o que pode levar análises a passar inadvertidamente de um espaço para outro; b) quando uma palavra se refere a dois aspectos de um objeto ou de uma entidade, como ocorre com “povo” (como se verá a seguir).

Eventualmente, discursos políticos recebem adesões em decorrência de um emprego eficaz de certas palavras, como “democracia”, “desenvolvimento”, “povo”, “social”. Williams (1976/2007), por exemplo, é, a esse respeito, obra extremamente instrutiva. Anota mudanças do sentido sofridas por muitas palavras, hoje controversas. O mais interessante é exatamente a controvérsia, eventualmente assinalada na adjetivação. Determinados embates políticos podem girar em torno de uma palavra, como é o caso, de alguma maneira, do emprego (ou de sua recusa) da palavra “golpe”, na quadra em que se escreveu este texto.

Outras expressões podem apresentar os mesmos “problemas”, isto é, serem armas de luta ou objeto de disputa. Veremos abaixo pelo menos dois casos. Antes, tratemos de duas palavras.

### 2.1. “Povo” e outras formas

Agamben (1996/2015) defende que a palavra “povo” tem dois sentidos. Por um lado, designa o sujeito político constitutivo; por outro, a classe que, de direito, está excluída da política (p. 35).

(...) o povo já traz sempre em si a fratura biopolítica fundamental. Ele é aquilo que não pode ser incluído no todo do qual faz parte e não pode pertencer ao conjunto no qual já está desde sempre incluído. (agamben, 1996/2015, p. 37)

Percebe-se bem essa diferença na famosa formulação de Lincoln, quando invoca um “governo do povo, para o povo e pelo povo” (p. 35). Na primeira ocorrência, “povo”, objeto do governo, é (em tese) a totalidade de uma população; na segunda, agente do governo, é aquela parte do povo que tem efetiva vida política (que tem poder); na terceira, seu sentido é ambíguo, e depende do governo, depende de ser governo de todo o povo ou de parte dele: se governa para todos, trata-se do povo no sentido de população de um país; se governa para poucos (os de sempre: industriais, banqueiros — os ricos — etc.), então povo se confunde com a parcela que governa (minha análise). Pode até acontecer um fato “estranho”: se um governo inclui os mais pobres em seu escopo (“*le peuple, les malheureux*” da Revolução Francesa [id. p. 36], quiçá os descamisados de Collor), pode passar por populista — como se dar um pouco equivalesse a dar tudo para os que em geral são excluídos (os governos Lula e Dilma foram com frequência duramente acusados de dar “bolsa esmola” aos mais pobres, como se isso consumisse todo o orçamento federal).

Essas acepções, e mais algumas sutilezas, encontram registro em dicionários, como o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, que, entre outras, anota, “conjunto de pessoas que vivem em comunidade num determinado território; nação, sociedade”, mas também “conjunto de pessoas que pertencem à classe mais pobre, à classe operária; plebe” e “conjunto dos cidadãos de um país, excluindo-se os dirigentes e a elite econômica”.

Janine Ribeiro (2000) mostra fenômeno semelhante, envolvendo duas palavras de raiz comum, e mostra que, apesar de isso parecer uma garantia de identidade de sentido, esse efeito não se dá no emprego efetivo. Analisa as palavras “sociedade” e “social”, como são empregadas por empresários, políticos e jornalistas, e constata que “a sociedade” acabou por “designar o conjunto dos que detêm o poder econômico, ao passo que “o social” remete (...) a uma política que

procura minorar a miséria” (do povo, diria Agamben) (p. 19). Essa conclusão decorre de fatos como a declaração de um ministro segundo o qual o modo de pôr fim à indexação seria “negociado com a sociedade” e de o *slogan* de um governante que queria mostrar intenção de acudir os pobres ser “tudo pelo social”. Em suma, a sociedade com a qual o governo discute política econômica cabe em um salão de tamanho médio; já os que são alvo de sua “sensibilidade social” se espalham pelo país, especialmente nas periferias das cidades.

Também nesse caso o mesmo dicionário é instrutivo, registrando acepções diversas, diferenças até sutis. As que mais se aproximam da análise de Ribeiro são os sentidos “alta sociedade, a alta-roda” para o verbete “sociedade”. Para “social”, encontra-se tanto “concernente à sociedade” quanto, o que é aqui relevante, “o que diz respeito ao bem-estar das massas, especialmente as menos favorecidas” (a acepção captada pela análise de Ribeiro).

Brevemente, vale a pena comentar também o emprego corrente de “ideologia/ideológico”. Na mídia, mesmo quando esta repercute declarações de acadêmicos no poder, tais palavras sempre são sinônimas de “esquerda”. No campo da diplomacia, por exemplo, opõe-se “ideológica” a “de Estado” (como se fossem antônimos), e, no campo econômico, o antônimo de “ideologia” é “racionalidade”. O posicionamento “conservador” poderia ser assim resumido: “vamos controlar os gastos, fazer as reformas necessárias e basta de ideologia”. Ou seja, só haveria ideologia de esquerda (nossas elites não são só autoritárias, escravistas: são também iletradas).

### **3. Sobre a palavra “golpe”**

Divido o tratamento da palavra “golpe” em quatro partes. Primeiro, apresento a questão a partir da ótica dos dicionários, embora não retome apenas os registros. Em segundo lugar, trato de “golpe” como um pré-construído. Em terceiro, menciono e comento algumas declarações de origem diferente, expressando diversos posicionamentos. Finalmente, mostro alguns lances “retóricos”, tentativas de apropriação da palavra, que revelam sua instabilidade, por um lado, e seu efeito de sentido negativo, por outro.

Esta parte do trabalho justifica a epígrafe (é claro que esta afirmação implica revelar minha posição em relação ao que ocorre: é golpe): “A guerra é a continuação da política por outros meios”. Com ela, se chamaria atenção para o fato de que um impeachment pode ser um golpe levado a termo por meios não usuais, e não pelos clássicos, uma tese que tem sido frequentemente formulada e defendida nos últimos anos na América Latina.

### 3.1. Os dicionários

Este tópico inclui diversas questões. Uma delas, a mais evidente, mas longe de ser a única, é o registro das acepções da palavra “golpe” em dicionários de relevância (dicionários de “línguas”, em primeiro lugar, mas também dicionários políticos, que deixam explícitas as divisões sociais que as diferenças de sentido da palavra revelam).

O *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, por exemplo, registra quinze acepções, das quais duas poderiam ser consideradas uma “descrição” do fato político aqui considerado. A acepção 6, na qual o dicionarista anota “derivação: sentido figurado”, é “ato pelo qual a pessoa, utilizando-se de práticas ardilosas, obtém proveitos indevidos; estratégia, ardid, trama”. A acepção 7 inclui “ação ou manobra desleal”.

O argumento parece frágil para quem queira defender que impeachment é golpe, mas, considerando que o dicionário registra em nota de rodapé a informação de que “golpe de estado” é, para muitos, um galicismo (por isso nem é definido), fica claro que as conotações políticas não são consideradas por ele.

Por outro lado, *Caldas Aulete* inclui o sintagma “golpe de Estado”, que define como “ato violento a que um governo recorre para sustentar o poder ou evitar alguma tentativa contra o Estado; trama pela qual um ou mais indivíduos por meios violentos derribam o governo estabelecido para constituir um novo; golpe”. Essa definição está mais próxima do que abaixo qualifico como “golpe prototípico” — além de, evidentemente, estar clara a diferença em relação ao Houaiss no tratamento de “golpe de Estado”.

Dicionários de política veiculam em geral diversas concepções de golpe, levando em conta aspectos históricos. Farhat (1996), por

exemplo, abre o verbete citando definições de “golpe de Estado” de diversos dicionários:

A expressão *golpe de estado* está dicionarizada como “mudança violenta ou ilegal de governo” (Oxford Concise Dictionary), “subversão da ordem constitucional” (Aurélio), “violação deliberada das formas constitucionais por um governo, uma assembleia, um grupo de pessoas que detêm a autoridade” (Larousse); ou “a súbita e forçada substituição de um governo” (Webster’s New Twenty Century Dictionary). Reduzido a termos mais simples, golpe de Estado configura a substituição de um poder do Estado por outro, por métodos não constitucionais, com ou sem uso de violência física. (farhat, 1996, p. 455)

Além de citar essas definições, o autor menciona características e casos que (mesmo sem golpes de interpretação) levam a caracterizar o processo contra Dilma como um golpe. Por exemplo, “o golpe de Estado *parte de um dos poderes do Estado contra outro*” poderia aplicar-se a casos em que o Legislativo “derruba” o Executivo (talvez o caso atual caiba nessa descrição). Entre os golpes havidos no Brasil, o mesmo autor (que foi ministro do general Figueiredo, note-se) cita o AI-5 (de dezembro de 1968), “sucessivos golpes de Estado, consubstanciados nos atos institucionais 12, 13, 14 e 15, todos de 1969” (p. 456) e acrescenta “os golpes de Estado do presidente Ernesto Geisel (raramente tratados como golpes, se é que um dia o foram!), em abril de 1977, através de duas emendas à Constituição” (ibidem), uma reformando dispositivos referentes ao Poder Judiciário e outra dispondo sobre eleição indireta de governadores (o conhecido Pacote de Abril). Antes, havia considerado golpe a decisão de Auro de Moura Andrade, então presidente do Senado, declarando vaga a presidência da República, em 1964. No programa Roda Viva (4/7/2016, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=JmMDX42jOoE>), o historiador Leandro Karnal, embora não tenha tomado posição sobre o processo contra Dilma, disse (em torno do 16º minuto) que o Brasil é um país no qual houve uma sucessão de golpes. E enumerou: Independência, maioria de D. Pedro II, República, 1891, 1930, 1937, 1945, 1954 (tentativa em 1955). Não mencionou 1964! Vê-se, portanto, que as “referências” da palavra podem variar bastante.

Barbé (1986), reconstituindo a noção historicamente, assinala a mudança de significado da expressão no tempo, e destaca a “mudança substancial dos atores (quem o faz)” e a “própria forma do ato (como se faz)” (p. 545). Considera golpe, por exemplo, a decisão de Catarina de Médici de eliminar os huguenotes na noite de São Bartolomeu (p. 545), fato que em nada se parece com um golpe militar mais típico em determinada época e lugar (como os do século XX na América Latina, os famosos *pronunciamientos*).

O termo foi se “precisando paulatinamente”, afirma Barbé, especialmente com o advento das Constituições, quando passou a designar basicamente “mudanças no governo, feitas na base da violação da Constituição legal do Estado, normalmente de forma violenta, por parte dos próprios detentores do poder político” (ibidem).

Em seguida, afirma que, nos anos recentes, houve uma proliferação de golpes, com “características bem diferentes” (ibidem). Na década de 1970, houve muitas mudanças de governo decorrentes de golpes, teoricamente promovidos por militares (ibidem), de forma que esse tipo de golpe se tornou o mais frequente — e, por consequência, o mais típico (ou prototípico). Acrescenta que a história do conceito revela que o elemento decisivo da definição passou a ser “quem o faz”: antes, o soberano; depois, titulares do poder político legal; depois, um setor dos funcionários públicos — tipicamente, os militares (p. 546).

Um subtítulo do verbete é sintomático, “Golpe de Estado e Golpe Militar”, indicando que um golpe de Estado não tem necessariamente caráter militar, o que fica mais claro quando cita Luttwak, para quem “Golpe de Estado consistiria na infiltração dentro de um setor limitado, mas crítico, do aparelho estatal e na utilização dela para privar o Governo do controle dos demais setores” (ibidem) (poder-se-ia considerar que a aceitação do processo de impeachment pela Câmara dos Deputados, em 17/4/2016, se enquadra nessa definição). Acrescenta em seguida que “Hoje não existe Golpe de Estado sem a participação ativa de pelo menos um grupo militar ou da neutralidade-cumplicidade de todas as forças armadas” (defensores de Dilma poderiam dizer que este é o caso — neutralidade-cumplicidade), afirmação que poderia ser discutida, mesmo à luz de algumas das declarações que serão citadas abaixo. Outra afirmação de Barbé é que “As consequências mais habituais do golpe de

estado consistem na simples mudança da liderança política” (p. 547). Poderia ser uma boa descrição do processo havido no Brasil, especialmente se consideradas mudanças profundas em algumas áreas.

Classicamente, o referente de uma palavra ou descrição definida era concebido como sendo uma coisa ou uma classe. Um dos debates clássicos, na Idade Média, referiu-se à questão dos universais: são uma coisa, são um conceito ou não são nada, a palavra sendo apenas *flatus vocis*? Mais recentemente, a questão da existência ou não do referente obrigou os semanticistas a se desdobrarem para explicar enunciados como “O rei da França é calvo” ou “Os marcianos são verdes”.

Mais recentemente, uma teoria semântica associada a teorias cognitivas tem proposto que palavras se referem não só a referentes “compactos”, mas a objetos complexos e/ou a processos. Conceitos como o de *frame* e de *script* fazem ver os “objetos” como complexos. Assim, explica-se mais claramente, por exemplo, sua retomada metonímica, como em “O carro bateu... Os pneus foram encontrados a 200 metros/os feridos estão no hospital X”, ou “O julgamento começou às 14h00. O relator votou pela constitucionalidade”.

Trata-se de conceitos relevantes para o caso em questão, porque, seja ele tratado como golpe ou não, o processo de impedimento é complexo (pedaladas, decretos, comissão, parecer, defesa, acusação...) e se desdobra no tempo (rito, comissão da Câmara, votação em plenário, admissibilidade, Comissão do Senado, apelo ao Supremo, defesa, acusação, peritos, testemunhas...). Se, por exemplo, se noticia que o MPF de Brasília declarou que as pedaladas não incriminavam Dilma Rousseff, a notícia é imediatamente associada ao processo de impeachment em andamento, mesmo que ele não seja mencionado no texto.

Outro conceito importante, também associado à linguística cognitiva, é o de protótipo, que decorre basicamente da percepção de que as categorias não são homogêneas. Uma palavra como “pássaro”, por exemplo, refere-se a exemplares mais e menos prototípicos, variáveis conforme a cultura. Testes mostrariam que os membros mais representativos são aqueles cujo nome leva os falantes a responderem imediatamente. Para alguma explicitação, ver Duque, 2005 (a concepção invadiu teorias gramaticais: haveria, por exemplo, substantivos mais prototípicos [menino, livro] e menos prototípicos [verdes]) e Silva (s.d./).

Considerados esses conceitos, torna-se mais fácil postular, por exemplo, que alguém defenda que o processo de impeachment começou logo depois das eleições de 2014 (em um programa de TV) ou já no início de 2015 (como noticiou o *Estado de S. Paulo*, em 17/04/2016, p. A12, em reportagem intitulada “G8 do impeachment teve reuniões durante 1 ano”, esmiuçando os trabalhos de um grupo de parlamentares coordenado por Heráclito Fortes), ou apenas com a admissão por Eduardo Cunha de um dos pedidos de impeachment.

Outra dimensão dos dicionários pode ser vista nesta consideração de Bernard Gardin, que propunha considerar certos debates como “o estabelecimento de um dicionário”: (...) trata-se,

para cada grupo (1) de impor seus próprios significados aos significantes que fazem parte do vocabulário político comum (...) e de combater a mesma tentativa por parte do adversário: recusar seu emprego dessas unidades; (2) de dar a verdadeira significação dos termos típicos do adversário, denunciando os significados ocultos (...); (3) de impor seus próprios signos linguísticos: significante e significado. (krieg-planque, 2009/2010, p. 104)

### **3.2. Golpe e golpe prototípico**

Consideradas as definições de golpe acima mencionadas e a retomada rápida de alguns conceitos cognitivos, pode-se dizer que há golpes prototípicos e golpes não prototípicos (ou mais e menos prototípicos), ou seja, que se trata de um conceito vago e historicamente cambiante. Desde Catarina de Médici até os recentes episódios eventualmente considerados golpes (Paraguai, Honduras e o processo de impeachment de Dilma), diversos tipos de golpe ocorreram.

Provavelmente, tende-se a considerar que um golpe prototípico é promovido por militares, envolve alguma violência, quebra de aspectos da Constituição, censura e eliminação de alguns direitos básicos, como o de reunião e de livre manifestação. Nesse caso, um golpe precisa de golpistas identificáveis (mas eles nunca aceitarão essa designação). Vale a pena citar uma passagem de Fährat: “Sei que, no mínimo, não é ‘politicamente correto’ qualificar como golpe de Estado qualquer decisão do Congresso

Nacional. Porém, se algo tem cheiro de rosa, pétalas de rosa, espinhos de rosa e ‘jeitão’ de rosa, que outra coisa será?” (p. 456).

Um bom exemplo dessa interpretação é o enunciado de Cunha Lima no *Jornal da Cultura*, de 16/5/2016, reproduzido em seu blog. Discordando dos que chamavam de golpe o que ocorria no Brasil, expôs do processo uma concepção bem estrita:

**Que golpe é esse que não tem nenhuma arma nas ruas? Que golpe é este no qual os artistas acusadores podem voltar tranquilamente para o Brasil e exercerem seu direito à crítica, livremente? Que golpe é este, durante o qual a presidente do Brasil pode voar para os Estados Unidos, representar o país na ONU, e voltar tranquilamente em vez de ser condenada ao exílio? Que golpe é este no qual, após a admissão de um processo, a presidente pode ficar hospedada na moradia oficial, visitar sua família em avião pilotado por oficiais das Forças Armadas e retornar livremente ao Palácio da Alvorada? Que golpe é este no qual a presidente já foi intimada a fazer sua defesa, exercendo um direito legítimo, e se não for condenada, voltar ao exercício da presidência?** Como pode o Brasil estar vivendo um golpe de estado, se todos os manifestantes contra ou a favor do impeachment frequentam livremente as ruas para se manifestarem, sob a proteção do estado? Juristas divergem sobre os procedimentos do impeachment, em andamento, e até negando-o, mas o **seu ritual foi definido pelo Supremo e quem atualmente preside o Senado**, instância final do mesmo, é o próprio presidente do Supremo. (<http://jorgedacunhalima.ig.com.br/index.php/2016/05/18/que-golpe-e-este>, grifos meus)

Vai no mesmo sentido o seguinte excerto de uma entrevista de Walter Russel Mead, professor de relações internacionais americano que afirma conhecer bem o Brasil: “Quando alguém fala em golpe, o que eu imagino são tanques de guerra tomando conta das ruas da cidade e o Exército fechado o Senado. Mas o que observo são deputados e senadores votando em paz” (Veja, 03/08/2016. p. 13).

### 3.3. Estabilidade e pré-construído

Um pré-construído prototípico se materializa em um nome — de preferência uma nominalização —, precedido de artigo definido (como

em “o aumento da inflação”) e é considerado evidente. Contém um implícito: “há/houve aumento da inflação” e, portanto, faz apelo a certa memória. É um “pressuposto” (ver Henry, 1992) a partir do qual se fala. Algo fala, antes e alhures, na clássica formulação de Pêcheux.

Exemplos de “golpe” como um pré-construído são “O golpe e a súbita decadência da imagem do Brasil no exterior”, “Aqueles que votarem pelo *Golpe* terão seus nomes manchados para sempre na história do Brasil”, “os ingleses leram: ‘Traída por seu companheiro de chapa, condenada por um Congresso contaminado por corrupção e insultada pelo abuso que sofreu como prisioneira da ditadura militar, sofreu **um grande golpe**’”. “**O golpe** só foi produzido porque teve por trás um discurso único bombardeado dia e noite pela mídia à população”. As ocorrências poderiam ser multiplicadas facilmente.

Assim, eventualmente, enuncia-se “golpe” como se seu sentido fosse estabilizado. Por isso, ocorre muito frequentemente sem adjetivo, sem qualificação. Pode não ser “óbvio” para todos os enunciadores, mas é óbvio para os que enunciam no interior de determinado posicionamento. Assim, os que pensam que o impeachment é um golpe dizem “o golpe”, e dizendo “o golpe” implicam que o consideram um golpe.

O fato de que se diga “golpe militar” implica que outra adjetivação é possível — daí uma certa proliferação de adjetivações, cada uma dando conta de determinado aspecto do golpe: golpe parlamentar, político e branco indicam, no primeiro caso, quem são os agentes do golpe (os parlamentares), no segundo, sua natureza (“político” é mais vago do que parlamentar, mas não o exclui; em geral, significa que os agentes são mais numerosos, talvez mais difusos [a mídia, o capital etc.]), e “branco” indica que o golpe não foi violento ou sangrento. Trata-se de golpes não prototípicos, que nem por isso deixam de ser golpes, à luz da história. Não só os rouxinóis são pássaros. Tucanos também são.

Um dos efeitos do sentido prototípico de golpe leva a entender implicitamente golpe como golpe militar (eventualmente violento, com suspensão de direitos), como alguns enunciadores fazem. Seguiria um *script* clássico. O fato pode ser entendido também como efeito de uma estabilidade do sentido da palavra. O que pode ser associado a uma tese de Courtine, segundo a qual certas formas nominais,

frequentemente topicalizadas, “são saturadas pelo consenso ideológico que estabiliza sua referência” (apud maingueneau, 1987, p. 143-4), exatamente porque “sabe-se o que é”, “são evidentes”. Quando tais palavras são adjetivadas (ou qualificadas de alguma outra maneira), o fato indica alguma instabilidade, alguma não coincidência entre interlocutores. Por exemplo, talvez se possa dizer que, no Brasil atual, a palavra “democracia” adquiriu um sentido bastante estável. Por isso, não são muito comuns, embora ocorram, adjetivações como “democracia **formal/burguesa**”.

Voltando à palavra “golpe”, vale um comentário um pouco digressivo. Trata-se de palavra fortemente negativa, disfórica. Ninguém assume que dá um golpe ou que é golpista. Um bom exemplo são os discursos em torno do golpe de 1964, cujos defensores o chamavam de “revolução” (até “revolução gloriosa”, eventualmente reduzida a “gloriosa”, com uma dose de ironia, na boca de críticos) e cujos adversários o chamavam de “golpe” ou “golpe militar”, sintagma que enfatizava essa característica, à época quase redundante. Recentemente, a propósito dos 50 anos do evento, nova designação se tornou corrente: “golpe civil-militar”, cujo efeito não foi o de inocentar os militares, mas de explicitar a grande participação de civis (governadores, congressistas, empresários, donos de jornais etc.), tanto na fase de conspiração quanto na de execução, e, principalmente, na sua consolidação. Vale anotar que, de certa forma, alguns civis também colaboraram para seu fim, premidos pela sociedade civil organizada, especialmente quando o golpe deixou de dar lucro. (“Sociedade civil” mereceria um parágrafo, pela adjetivação — que a distingue de “sociedade”, em grande parte comprometida, então, com a delegação do poder central aos militares. A expressão teve enorme apelo nos últimos anos da ditadura, tendo de certa forma desaparecido, depois de “cumprir sua missão”.)

### **3.4. Assim é, se lhe parece**

Em relação ao sentido de “golpe” e a sua adequação ao evento em curso no Brasil, há duas posições básicas e claramente opostas. Os que consideram que há golpe e os que pensam que não. A declaração

seguinte, de Eduardo Cardozo, que era então Advogado Geral da União e foi defensor de Dilma em todo o processo, resume bem o primeiro posicionamento (assim como a de Jorge Cunha Lima, acima, resume bem o segundo):

Golpe é ruptura da institucionalidade, é o rompimento de uma Constituição, a negação do Estado de Direito. **Não importa se ele é feito por armas, com canhões ou baionetas caladas**, se ele é feito com o simples rasgar de uma Constituição. Sem base fática, ele é golpe. **O mundo atual não tem assistido mais, em vários continentes, golpes militares. Por isso, se buscam discursos retóricos, de formulação de falsos ingredientes jurídicos para se justificar o golpe.** E isto é grave. Golpe com ruptura da constituição abala a institucionalidade de um país, ofende o Estado democrático de Direito. (<https://veja.abril.com.br/politica/em-defesa-de-dilma-cardozo-fala-em-golpe-e-questiona-legitimidade-de-temer/>)

O que é interessante observar é que os adversários da tese do golpe aplicam a palavra a casos bem menos próximos de um golpe prototípico do que o processo que derrubou Dilma. Vejam-se, por exemplo, as duas declarações seguintes (em diversos meios, no dia 26/4/2016), uma de Michel Temer, que se tornou manchete (duas, na verdade): “NOVAS ELEIÇÕES? PARA O VICE MICHEL TEMER, ANTECIPAR O PLEITO É GOLPE”/“GOLPE É ROMPER COM O QUE ESTÁ NA CONSTITUIÇÃO, DIZ TEMER”, e a de um dos principais assessores de Temer, Romero Jucá: “GOLPE É CONVOCAR NOVAS ELEIÇÕES”.

Parece razoável dizer que, se o impeachment não é golpe, porque segue determinadas regras, muito menos seria um golpe a convocação de novas eleições, que só poderiam acontecer após mudança na Constituição e, portanto, seriam constitucionais.

Anoto ainda outro enunciado que desestabiliza a oposição aparentemente pacífica entre os grupos pró e contra. Bolívar Lamounier, valorizado (não se sabe como nem por quê) representante do discurso de que não há golpe, declarou que a abertura do processo

foi um contragolpe democrático<sup>2</sup> (foi título de uma coluna na FSP em 21/4/2016). Ora, contragolpe é golpe<sup>3</sup>!

Outros enunciados revelam esse jogo em que a “bola” é a palavra “golpe”. Uma carta de leitor de 29/07/2016 (*Folha de S. Paulo*) defende que “o verdadeiro golpe está acontecendo agora na Turquia. Os expurgos constantes e as restrições da liberdade de imprensa são um retrocesso à democracia” (ênfases acrescidas). E uma nota da coluna Painei, no dia 27/07, no mesmo jornal, informa que o atual advogado geral da União terá declaração citada na defesa de Dilma no Senado. É que, em 2015, usou a expressão “golpe revestido de institucionalidade” para se referir ao processo que estava para começar (para ele, antes era, agora não é mais “golpe”: aliados do ministro alegam que, naquela ocasião, ele falava como advogado privado sobre fatos anteriores ao mandato).

Mas os enunciados mais representativos do jogo que consiste em considerar que golpistas são os outros foram proferidos quatro anos antes, especialmente a propósito de acontecimentos que sucederam o golpe contra o presidente Lugo, do Paraguai, em 2012.

### 3.4.1 *Um caso quase à parte*

Uma das evidências de que “golpe” é uma arma ideológica *prête-à-porter* é seu emprego conjuntural. Um bom exemplo foi o tratamento dado ao “impeachment” do presidente Lugo, no Paraguai, e a alguns desdobramentos decorrentes da interpretação desse acontecimento por presidentes de países membros do Mercosul.

Vinicius Souza publicou matéria no blog “Opera Mundi”, em 01/10/2012, na qual afirmava que cooptar militares para derrubar governos “vermelhos” deixara de ser condição *sine qua non*, e chamava de golpe parlamentar/midiático o evento que teve no centro o presidente

---

<sup>2</sup>Trecho do texto: “Os 367 votos a favor do impeachment representaram muito mais do que uma dura reprovação à incompetência e às ilegalidades do governo Dilma. Representaram um *contragolpe democrático*. Ainda não sepultaram a farsa que Lula iniciou em 2010, mas são um passo decisivo nessa direção. A pá de cal será o julgamento no Senado”.

<sup>3</sup> Ver análises do que ocorre nestes dias na Turquia...

Jorge Zelaya, em Honduras. A destruição da imagem pública do governante, basicamente pela mídia, de certa forma passou a ocupar o lugar da conspiração militar. Tal ação foi seguida por uma decisão do Congresso, que garantiu um “verniz” de legalidade ao processo, disse ele.

O insuspeito Clovis Rossi, em 23/6/2012, no jornal *Folha de S. Paulo*, publicou coluna com o título “Paraguai repete Honduras com “golpe **constitucional**” na América do Sul”. Veja-se o início de seu texto:

É tão chocante o afastamento do presidente Fernando Lugo que permite a Alí Rodríguez — um político das entranhas do “chavismo”, que não é exatamente um modelo acabado de democracia — dar uma aula de democracia. Cita: “**É uma nova modalidade de golpe de Estado supostamente constitucional**”. Não há como discordar, acrescenta Rossi, insuspeito de simpatia por Lugo (e hoje, por Dilma).

Menciono essas duas matérias para resumir os discursos de um posicionamento, o de que foram golpes os processos — diferentes — que culminaram na queda de Zelaya e de Lugo (imagine o leitor o que diria o articulista se tratasse do mesmo ponto de vista o que estava ocorrendo no Brasil).

Creio que ocorre a muitos que se trata de um discurso das esquerdas, que trataria negativamente aqueles fatos, por considerar seu desfecho perigoso e favorável a segmentos sociais mais conservadores. Nessa leitura, a “esquerda” abusaria da palavra “golpe” (o que muito se repetiu na imprensa e nas redes sociais).

Ora, verifica-se que a “direita” se valeu da mesma palavra para designar movimentos havidos no Mercosul após a queda de Lugo. Considere-se o seguinte excerto:

As bruxas estão soltas na América Latina. Se alguém acessar agora a página principal da Veja.com (o mesmo link permite acesso a todos os documentos citados a seguir), porta de entrada da Editora Abril na internet, poderá se imaginar de volta aos tempos da Guerra Fria. O site denuncia um “golpe” do Mercosul, **ao permitir o ingresso da Venezuela no Mercosul**. Para a Abril, democrática foi a transição política no Paraguai, em que um impeachment se processou em menos de 48 horas. (29/6/ 2012, acessível em

<http://www.brasil247.com/pt/247/midiatech/67248/Abril-trata-como-golpe-Venezuela-no-Mercosul.htm>, grifos meus)

Observe-se uma espécie de inversão: segundo a notícia, Veja considerou a “derrubada” de Lugo legal, mas chamou de golpe à decisão do Mercosul de permitir a entrada da Venezuela (para os esquecidos, ou muito jovens, é relevante informar que o Paraguai havia sido suspenso do Mercosul porque os outros países membros consideraram a queda de Lugo um golpe, e aplicaram ao país um suspensão prevista para violações da chamada cláusula democrática).

Muito significativo é o artigo de Reinaldo Azevedo (que publica um blog hospedado na Veja). A chamada é “Golpe no Mercosul — Dilma chuta a democracia, acolhe uma ditadura e vira coadjuvante de Cristina Kirchner”. O texto, resumidamente, afirma que os governos da Argentina, Brasil e Uruguai suspenderam o Paraguai do Mercosul e aproveitaram, eles sim, para dar um **golpe cartorial e burocrático**. Fizeram rigorosamente aquilo que acusam o Senado paraguaio de ter feito: deram um **golpe branco** (atenção a “branco”). E continua: “Há, sim, **uma nova modalidade de golpe** na América Latina: **o golpe das eleições!**”.

Há mais: Augusto Nunes (adversário notório do “lulismo”, o que inclui os governos Dilma) publicou texto em seu blog sobre esse tema, na ocasião. O título dá o tom: “Os três patetas do Mercosul **usaram o golpe que não houve no Paraguai**, como pretexto para a execução de **um golpe de verdade**”.

O texto prossegue: “O **golpe que não houve** no Paraguai foi o pretexto invocado pelos parceiros vigaristas para a **consumação de um golpe real**. O impeachment de Fernando Lugo foi decretado sem que qualquer norma constitucional fosse violada”. Mas “(...) **golpe é o nome da coisa**” é a afirmação por meio da qual avalia a entrada da Venezuela no Mercosul.

#### 4. Conclusão

Se a guerra é a continuação da política por outros meios, um impeachment pode ser um golpe consumado por outros meios — que

não os militares desfilando tanques nas avenidas. Foi o que este trabalho pretendeu mostrar, apresentando a palavra “golpe” e diversos de seus tratamentos, por parte de dicionaristas, cientistas políticos e jornalistas, mas, principalmente, como um bom problema para analistas do discurso, que, partindo dela, tanto podem preferir a defesa de alguma ou de algumas das acepções quanto mostrar que se trata de um caso exemplar de uma tese clássica da Análise do Discurso (doravante AD), segundo a qual o sentido de uma palavra (bem como de um enunciado) depende do posicionamento do qual o discurso emerge, ou, querendo, da posição discursiva de seu enunciador.

Do ponto de vista linguístico-discursivo, creio que o breve passeio pelas anotações retomadas (pequeno corpus) mostra inequivocamente que noções como as de *frame*, *script* e protótipo deveriam ser consideradas mais constantemente pela AD, para evitar que o tratamento dos efeitos de referência dê a impressão de que a teoria vê um “mundo” muito estável, composto apenas de indivíduos e de classes de indivíduos, sendo que, no entanto, os acontecimentos e os processos são os fatos que melhor “exemplificam” as grandes teses da teoria e que demandam explicações.

## Referências

- AB'SABER, T. (2015). *Dilma Rousseff e o ódio político*. São Paulo: Hedra.
- AGAMBEN, G. (1996/2016). O que é um povo? In: *Meios sem fim*. São Paulo: Autêntica. p. 35-40.
- BARBÉ, C. (1986). Golpe de Estado. In: Bobbio, N. et al. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora UnB, p. 545-547.
- DUQUE, P. H. (2005). Teoria dos protótipos, categoria e sentido lexical. Acessível em: [http://www.filologia.org.br/revista/artigo/7\(22\)13.htm](http://www.filologia.org.br/revista/artigo/7(22)13.htm).
- FARHAT, S. (1996). *Dicionário parlamentar e político: o processo político e legislativo*. Petrópolis: Vozes.
- HENRY, P. (1992). *A ferramenta imperfeita; língua, sujeito e discurso*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp.
- KRIEG-PLANQUE, A. (2009/2010). *A noção de “fórmula” em Análise do Discurso: quadro teórico e metodológico*. São Paulo: Parábola.

- MAINGUENEAU, D. (1987). *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas, SP: Pontes.
- PÊCHEUX, M. (1988/1990). *Discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas, SP: Pontes.
- RIBEIRO, R. J. (2000). A sociedade contra o social ou A sociedade privatizada. In: *A sociedade contra o social; o alto custo da vida pública no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras. p. 19-25.
- SILVA, A. S. da. (s.d.). A linguística cognitiva uma breve introdução a um novo paradigma em linguística. Acessível em <http://www.inf.unioeste.br/~jorge/MESTRADOS/LETRAS%20-%20MECANISMOS%20DO%20FUNCIONAMENTO%20DA%20LINGUAGEM%20-%20PROCESSAMENTO%20DA%20LINGUAGEM%20NATURAL/ARTIGOS%20INTERESSANTES/Lingu%EDstica%20Cognitiva.pdf> /s.d./
- WILLIAMS, R. (1976/2007). *Palavras-chave; um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: Boitempo.

## **Anexo**

Transcrevo excertos em que se trata do acontecimento analisado neste artigo. Divido-os em CONTRÁRIOS e FAVORÁVEIS, e ponho em negrito algumas palavras ou sequências que poderiam ser analisadas como a expressão clara ou indicial de um dos dois posicionamentos. É uma forma de resolver de alguma forma a questão do corpus, que, neste caso, como em todos os que produzem uma polêmica, é expressivamente numeroso, por um lado, mas, por outro, enormemente repetitivo, de forma que, depois de considerados alguns excertos, pode-se dizer que se tem acesso ao corpus. No entanto, valeria a pena também considerar diferenças, mesmo que pequenas, que certamente mostrariam que há sempre mais heterogeneidade do que se imagina num corpus.

### **FRAGMENTOS DE TEXTOS EM QUE O IMPEACHMENT É CONSIDERADO GOLPE:**

(1)- "É absolutamente má-fé dizer que todo impeachment está correto. Para estar, a Constituição exige que se caracterize crime de

responsabilidade. **É isso. Impeachment sem crime de responsabilidade é o quê? É golpe**". (ROUSSEFF, pronunciamento do lançamento da 3ª etapa do programa Minha Casa, Minha Vida., 30/03/2016)

(2)- "... para haver impeachment tem que haver a caracterização do crime de responsabilidade da presidente da República. **Quando o impeachment acontece sem essa caracterização, o nome sinceramente não é impeachment, é outro nome**". (RENAN CALHEIROS, pronunciamento de Renan Calheiros, após se reunir com o ex-presidente Lula, 22/03/2016)

(3)- "Acertada a premissa, ela tem toda razão. Se não houver fato jurídico que respalde o processo de impedimento, **esse processo não se enquadra em figurino legal e transparece como golpe**". (MARCO AURÉLIO MELLO, 30/03/2016)

(4)- "Luiz Carlos Bresser-Pereira criticou (...) o atual processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff" (...). **"Isso é um golpe parlamentar e vai trazer um arranho grave na democracia brasileira"**. (BRESSER-PEREIRA, 04/05/2016)

(5)- "É por isso que **nas atuais circunstâncias deve-se falar em golpe. Golpe contra a legalidade, contra a vontade de mais de 54 mi de brasileiros**. Enquanto muitos conspiram p/ chegar aonde as urnas não deixaram, nós seguiremos combatendo as tentativas de violação do processo democrático". (JAQUES WAGNER, texto publicado no Twitter do ministro Jaques Wagner em 26/03/2016)

(6)- **"Sou totalmente contra o impeachment, que é um golpe**. Porque a peça jurídica apresentada pelos advogados não tem nenhuma consistência. Não traz nenhum crime de responsabilidade. E a oposição sabe disso, **tanto que vários deles já falaram que o impeachment também é político**. (...) o impeachment sem crime, é simplesmente um golpe. Então, eu, a partir dessa compreensão, não tenho condição de votar". (REGINALDO LOPES, Deputado Federal — PT/ Minas Gerais, 17/04/2016)

(7)- **"Impeachment sem crime de responsabilidade é golpe"**. (...) Entregar o país para essa gente é entregar o galinheiro para as raposas. (ZÉ DE ABREU, declaração no Programa Domingão do Faustão em 24/04/2016)

(8) “Brazil for Sale: How a **legal Coup** set the Stage for privatization”. (The Nation, 27/7/2016)

(9) **"Não é necessário ter tanques nas ruas. Esse é um golpe frio.** Os que votaram pelo impeachment ficarão na História como **golpistas**". (Senador LINDBERGH FARIAS, declaração na sessão da Comissão do Senado que votou o parecer do Senador Anastasia, em 04/08/2016)

### **FRAGMENTOS EM QUE O IMPEACHMENT NÃO É CONSIDERADO GOLPE:**

(1)- “... a Câmara dos Deputados **respeitou os cânones estabelecidos na Constituição. O procedimento preliminar** instaurado na Câmara dos Deputados, disse o Supremo Tribunal Federal pelo menos duas vezes em julgamento público, **mostra-se plenamente compatível com o itinerário que a Constituição traça a esse respeito.** Portanto, ainda que a senhora presidente da República veja a partir de **uma perspectiva eminentemente pessoal a existência de um golpe,** na verdade, há um gravíssimo equívoco. (...) Eu digo que **é um gravíssimo equívoco falar em golpe. Falar em golpe é uma estratégia de defesa.** (...) Na verdade é um grande equívoco reduzir-se o procedimento constitucional de impeachment à figura do golpe de Estado”. (CELSO DE MELLO, Ministro do STF, Celso de Mello, fala sobre o impeachment, na câmara dos Deputados, antes do julgamento de Rousseff, 13/04/2016)

(2) – “**A Sra. Presidente da República insistiu no erro de tachar de “ilegal” e “golpista” a ação dos senhores deputados, omitindo propositadamente que o rito do impeachment foi determinado pelo Supremo Tribunal Federal,** nos julgamentos das inúmeras e frustradas tentativas de seu governo de impedir a atuação do poder legislativo”. (NOTA DO PMDB, 14/04/2016)

(3) - “Como eu disse e escrevi em novembro, **eu acho que o impeachment não é golpe.** É um mecanismo previsto na Constituição para afastamento de um presidente da República. **Golpe é**

**uma expressão que pertence ao mundo da política e nos aqui usamos apenas expressões do mundo jurídico**". (BARROSO, declaração do Ministro do STF Luís Roberto Barroso em 28/03/2016)

(4)- **"O processo de impeachment em curso hoje no Brasil não é um golpe de Estado**, mas tampouco representa a melhor solução para o país, que seria uma eleição geral capaz de renovar também o Congresso". (The Economist, fragmento do texto "Quando um Golpe não é um Golpe", publicado na revista *The Economist*, edição de abril de 2016)

(5)- **"O processo é legítimo e não configura sequer "ruptura institucional"**. Cabe **refutar** as insistentes e irresponsáveis alegações, por parte da denunciada, de **que este processo de impeachment configuraria um 'golpe'**. Em primeiro lugar, **nunca se viu golpe com direito a ampla defesa, contraditório, com reuniões às claras, transmitidas ao vivo, com direito à fala por membros de todos os matizes políticos, e com procedimento ditado pela Constituição e pelo Supremo Tribunal Federal**". (ANASTASIA, parecer de Antônio Anastasia, relator da Comissão Especial do processo de Impeachment no Senado, 04/05/2016)

(6) "Houve ofensa à lei, houve ofensa à Constituição, houve crime de responsabilidade. **Impeachment não é golpe, não, é mecanismo legal e constitucional**". (BAUER, declaração do senador Paulo Bauer, do PSDB, sobre o relatório de Anastasia, 12/05/2016)

(7) "As pessoas que sofrem eventualmente impeachment não são criminosas, não têm penalidade, **não se trata de um processo penal. É um processo político, da incapacidade demonstrada pelo governo de governar e, para tentar governar, infringir a constituição. (...) Não tem nada a ver com golpe, é um remédio constitucional**". (CARDOSO, discurso de FHC em evento de lançamento do site do Instituto Teotônio Vilela)

(8)- **"O impeachment não é golpe. Ele tem base de legalidade**. O problema é que com ele não vamos alcançar a finalidade de passar o País a limpo...". (SILVA, M., declaração de Marina Silva à Jovem Pan em 06/05/2016)

(9)- "Esta será uma semana muito importante porque haverá a votação do impeachment e, por consequência, um julgamento. **Muitos falam**

**em golpe, até mesmo a presidente. Mas a senhora está empregando a palavra errada. Golpe quem deu foi a senhora, quando prometeu uma série de coisas para os seus eleitores e não cumpriu**". (FONTOURA, A., declaração de Ary Fontoura durante o programa Domingão do Faustão, em 10/04/2016)



## 2. A MISOGINIA COMO CONDICIONANTE DO GOLPE DE 2016 NO BRASIL

### Introdução

Este texto, que é mais um ensaio do que um artigo “científico”, defende a tese de que a misoginia foi um dos ingredientes que favoreceram o golpe parlamentar-midiático ocorrido no Brasil em 2016, que destituiu do cargo a presidenta Dilma Vana Rousseff. Como se sabe, (a) o processo foi inicialmente fundamentado em parecer do Tribunal de Contas da União (TCU), órgão que oficialmente assessora o poder legislativo na sua função de análise das contas do executivo, segundo o qual a presidenta teria cometido duas ilegalidades, que foram chamadas de “pedaladas fiscais”; (b) o desenrolar do processo na Câmara dos Deputados deixou bastante claro que os argumentos jurídicos foram praticamente desprezados, já que a maioria dos votos foi justificada com outros motivos (para uma história do processo político, que remonta a 2012, ver Ab’Saber [2016]): o desempenho do governo seria negativo; Dilma não tinha apoio parlamentar; acusada repetidamente (na mídia e em especial nas redes sociais — para uma análise do papel da mídia no processo, ver van Dijk [2017]) de ser “de esquerda” (bolivariana), por apoiar causas que desagradavam à porção mais conservadora da sociedade brasileira, como a política de cotas e outras dedicadas às minorias em geral, além da mudança da legislação trabalhista em relação às empregadas domésticas; a falta de traquejo para negociar com os políticos etc. O “conjunto da obra” foi a justificativa explícita de uma quantidade relevante dos votos de deputados favoráveis ao prosseguimento do processo de impeachment (que muitos chamam claramente de golpe, sendo essa questão lexical um dos índices da divisão política da sociedade — ver o primeiro texto deste livro para uma análise da oposição “golpe” VS “impeachment”).

## A misoginia

Além desses fatores, houve outro, que permaneceu de certa forma na surdina, exceto por algumas manifestações nunca totalmente explícitas (em público, pelo menos) por parte dos que decidiram o processo, mas que de fato esteve sempre presente: a misoginia. O fato de Dilma Rousseff ser mulher — a primeira a exercer a presidência do Brasil — nunca deixou de funcionar como um ingrediente nas avaliações a que foi diariamente exposta, seja quando foi elogiada (como no período da “faxina”, no início de seu primeiro mandato), seja quando criticada, clara ou veladamente, por ser “confusa”, “irritadiça”, “mandona” ou “autoritária”. Eventualmente, por parecer estar “fora de si”.

A principal evidência de que ser mulher nunca deixou de ser um problema foram os tradicionais comentários sobre suas roupas e sua aparência. No entanto, sabe-se que essas questões afetam todas as mulheres que ocupam cargos políticos — basta ver como foi tratada a então presidenta da Argentina, talvez também por ser considerada uma parceira ideológica de Dilma Rousseff. Em relação a essa questão, além dos comentários sobre suas roupas, especialmente sobre o vestido da posse, merecem destaque as contínuas referências a seu cabeleireiro, cujos serviços eram minuciosamente avaliados de diversas maneiras (o deslocamento para Brasília, o custo de cada sessão etc.).

Esse tipo de comentário nunca ocorre em relação a políticos homens. Lula foi uma exceção, provavelmente por ser de origem operária; seus ternos e camisas (e sua barba aparada...) foram objeto desse mesmo tipo de comentário, especialmente porque essas roupas o distinguiam do primeiro Lula, isto é, do candidato que aparecera nas primeiras campanhas com roupas e barba de operário. Ou seja: a moda nunca é uma questão quando se trata de políticos tradicionais, mas é quando se trata de mulheres e de “penetras”...

Não vou desenvolver aqui o tema da misoginia. Por isso, tomo como ponto de partida sua definição corrente (valho-me de uma encontrada na Internet, anônima), suficiente para meus propósitos, que é a seguinte:

Misoginia é a **repulsa, desprezo** ou **ódio contra as mulheres**. Esta forma de **aversão mórbida e patológica** ao sexo feminino está diretamente relacionada com a violência que é praticada contra a mulher. A misoginia é a principal responsável por grande parte dos assassinatos de mulheres, também conhecido por **feminicídio**, que se configura como formas de agressões físicas e psicológicas, mutilações, abusos sexuais, torturas, perseguições, entre outras violências relacionadas direta ou indiretamente com o gênero feminino. (<https://www.significados.com.br/misoginia/>)

Evidentemente, nem todos os traços que caracterizam a misoginia — ou ações que decorrem dela — afetaram Dilma Rousseff. Ela não foi assassinada nem sofreu violência física. Mas certamente foi alvo de repulsa e de desprezo, de agressões psicológicas (a tortura física a que foi submetida remonta a sua juventude, durante a ditadura) e de avaliações negativas que nem sempre ousaram dizer seu nome, mas que a memória e a cultura (os pré-discursos, na acepção de Paveau [2006]) permitem identificar.

## **Os fatos**

Cito, a seguir, um conjunto de fatos e afirmações que, bastante disseminados, contribuíram para criar (ou sustentar) uma imagem negativa, mesmo que um tanto difusa, de Dilma Rousseff (ver no anexo um conjunto de afirmações mencionadas em perfil da presidenta publicado pela revista *Piauí*).

O primeiro é uma capa da revista *ISTOÉ*, cuja chamada é **AS EXPLOSÕES NERVOSAS DA PRESIDENTE**. A capa inclui uma foto em *close*, na qual Dilma parece estar gritando com alguém, o que seria uma confirmação da chamada de capa (ao lado da foto da capa, está uma imagem que correu o país: Dilma, calmíssima, sendo interrogada por um Tribunal Militar durante a ditadura). A matéria inclui passagens como as seguintes: “Uma presidente fora de si (...). Bastidores do Planalto nos últimos dias mostram que a iminência do afastamento fez com que Dilma perdesse o *equilíbrio* e as condições *emocionais* para conduzir o país. **DESCONTROLE**: A presidente se entope de *calmantes* desde a eclosão da crise. Os *medicamentos* nem sempre surtem efeito, atestam

seus auxiliares (acessível em [https://istoe.com.br/450027\\_UMA+PRESIDENTE+FORA+DE+SI/](https://istoe.com.br/450027_UMA+PRESIDENTE+FORA+DE+SI/)) (ênfases acrescidas, aqui e nos excertos seguintes).



Outros fatos ou declarações encontrados na Internet mais ou menos aleatoriamente (um levantamento detalhado não parece necessário, até por ser repetitivo) são, por exemplo, “Cale a boca. Você não entende disso. Só fala besteira” (dirigida à deputada Maria do Rosário, de seu partido); “Você não percebeu que não posso atrasar, seu m... Ande logo com isso senão está no olho da rua!” (dirigida a um assessor). Ou trechos de reportagens como o seguinte:

(1) A presidente Dilma Rousseff irritou-se nessa quinta-feira (27) com um integrante da equipe do cerimonial do Palácio do Planalto (...). No momento em que caminhava, no entanto, foi interrompida por um membro da equipe, para que ela esperasse os atletas cadeirantes. Diante dos braços estendidos do funcionário, Dilma não escondeu o descontentamento. Ela gesticulou e mostrou-se visivelmente **irritada** com a atitude. [https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2015/08/28/interna\\_politica,682709/dilma-fica-irritada-com-assessor-em-cerimonia-no-palacio-do-planalto.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2015/08/28/interna_politica,682709/dilma-fica-irritada-com-assessor-em-cerimonia-no-palacio-do-planalto.shtml) (grifo meu)

Depoimento que vai na mesma direção é de seu ex-ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro:

(2) Ela tem um **gênio difícil**, ninguém vai negar isso, mas ninguém pode ser condenado por ter um gênio difícil. Pode ser uma falha, mas não é um

crime. (<https://www.revistaforum.com.br/semanal/renato-janine-dilma-e-alvo-de-injustica/> (grifo meu))

Mas há também afirmações em sentido contrário, como a de um jornalista:

(3) É notório o *carinho* com que **Dilma Rousseff** trata os seus auxiliares, mesmo em lugares públicos. Na segunda-feira passada, em São Paulo, Dilma deu mais uma dessas demonstrações. <https://blogs.oglobo.globo.com/lauro-jardim/post/o-carinho-de-dilma.html> (A foto que estampa essa matéria é de uma Dilma sorridente.)

Complementa esse retrato “contraditório” a seguinte matéria, de autoria de um veterano jornalista:

(4) Para quem acompanha a política nacional pela leitura de colunas da grande imprensa, dá a **impressão** de que a presidente Dilma Rousseff vive **irritada**, dando **bronca** em todo mundo (...). Será que é isso mesmo? (...) [fiz] uma rápida consulta ao Doutor Google para saber a quantas anda o humor da nossa presidente. Pois o resultado me surpreendeu. (...) descobri que a presidente (...) anda muito mais **feliz** do que irritada, **elogia** muito mais do que dá broncas e cobra bastante os seus auxiliares, mas não se esquece de **agradecer**. Aos números das citações no Google sobre o humor de Dilma: Dilma **irritada**: 564.000; Dilma **feliz**: 8.760.000; Dilma **dá bronca**: 498.000; Dilma **elogia**: 3.090.000; Dilma *cobra*: 7.560.000; Dilma **agradece**: 2.500.000. (<http://noticias.r7.com/blogs/ricardo-kotscho/2011/10/14/dilma-irritada-ele-elogia-mais-do-que-da-bronca/>)

De fato, se buscarmos por “imagens de Dilma” no *Google*, a diversidade das expressões é a tônica dominante — mas as expressões alegres e preocupadas são claramente as mais frequentes. Assim, considero que o destaque dado aos momentos de “irritação” decorre do fato de ela ser mulher, isto é, do fato de que qualquer comando ou ordem ou reclamação feitos por uma mulher são avaliados negativa e exageradamente.

Anoto em seguida o que considero serem as duas manifestações mais grosseiras contra Dilma Rousseff: (a) na abertura da Copa das

Confederações, em 2013, no estádio do Maracanã, com plateia constituída basicamente por pessoas da classe média (sem “povo”), ao anúncio de sua presença, a plateia respondeu com um coro de “Dilma, vai tomar no cu”; (b) montagem com seu rosto encimando uma “mulher” de pernas abertas sendo penetrada pelo instrumento com que se enche o tanque de combustível dos carros (tratava-se de um adesivo que podia ser comprado para ser colado nos carros...). Nem é necessário comentar esses fatos, tão clara é sua significação e sua agressividade contra a mulher Dilma.



## Dois livros

O livro *Diário da Dilma* é uma coletânea que reúne as páginas publicadas na revista *Piauí*, assinadas por Renato Terra (que se apresenta como *ghost-writer*). O humor se caracteriza basicamente pela surpreendente narração de atos banais supostamente praticados por Dilma Rousseff como presidenta. Nunca se narra uma ação de governo ou uma decisão relevante, qualquer que fosse sua avaliação. Dilma só faz e pensa banalidades, frequentemente no âmbito doméstico. Eventualmente, não sabe o que acontece no governo, como, por exemplo, neste trecho:

(5) Misturei batida de kiwi com amarula. Acordei numa ressaca braba. Quando dei por mim, estava no gabinete diante de um tal Arthur Chioro.

Jesus do céu, será que me deram um Boa Noite, Cinderela? O garçom logo me disse que o homem era ministro da Saúde.

Ou neste, em que Dilma é apresentada como se não estivesse a par dos problemas causados por uma grave crise hídrica; chama a presidenta da Petrobras (Graça Foster) pelo diminutivo, ou seja, como se fosse apenas uma amiga ou coleguinha:

(6) Como assim apagão? Será que o Filipão mandou uma indireta pra mim? A Gracinha diz que estou paranoica.

O seguinte vai na mesma direção:

(7) Gleisi me passou uma informação preciosa. Quando a gente lava roupa na máquina, basta colocar meia xícara de bicarbonato de sódio antes do enxágue para neutralizar odores e mofo. Vou sentir falta dela na Casa Civil.

Gleisi Hoffman era a ministra da Casa Civil, mas não é sua atuação administrativa que é avaliada no Diário, e sim as soluções que apresenta para comecinhos problemas domésticos. Tanto Dilma quanto Gleisi são tratadas como “mulherzinhas”, cujo horizonte é o funcionamento da sua casa, maneira de dizer que é isso que as mulheres sabem ou devem fazer. Veja-se mais um excerto:

(8) Michelle Obama pediu para os convidados irem de barriga cheia no seu niver de 50 anos. Austeridade é isso. Encaminhei a notícia pro Guido.

Guido Mantega era o ministro da Fazenda, pasta que em tese controla os gastos; no entanto, a sugestão da presidenta não é propor uma política, mas citar um exemplo de economia “do lar”.

E ainda este:

(9) Bem que mamãe falou para eu não ficar abrindo a geladeira de biquíni. Peguei uma baita gripe.

Não se trata de Dilma discordar de especialistas sobre como governar; ela sequer consegue seguir os conselhos da mãe sobre como

evitar resfriados(!). Outros exemplos praticamente falam por si — e vão todos na mesma direção.

(10) Quem é o cara da Casa da Moeda que eu demiti? Aliás, o que é a Casa da Moeda?

(11) Gente, não sabia que limão ajudava a tirar gordura dos vidros.

(12) Estou gostando demais dessa minissérie do rei Davi. (...) Cada pedaço de homem de saioite, cada pernã!

Dilma é representada como incapaz, desligada, apegada apenas a questões domésticas ou fazendo comentários banais sobre homens bonitos, que é o que chama sua atenção em uma minissérie de caráter histórico.

Há debates sobre a eficácia do humor para a defesa ou crítica de qualquer causa (ver, por exemplo, Lewis [2014] e, como contraponto, Moreira [2019]). Não parece haver comprovação, por exemplo, de que piadas machistas aumentem o machismo, de que piadas racistas aumentem ou incrementem o racismo (talvez a melhor sustentação dessa hipótese esteja na tese de Raskin sobre as piadas serem enunciados *non bona fide*, isto é, não comprometidos com a verdade. Mas, mesmo que não o incrementem, certamente o sustentam. Pode-se perguntar se a personagem Dilma Bolada, — que se pode ver, por exemplo, em <https://www.youtube.com/watch?v=MlbtZbgdtH8> —, certamente uma caricatura de Dilma, teria tido nenhum papel além do de reforçar uma imagem misógina dominante). O que é certo é que tais piadas denunciam a existência desses discursos (o que Freud [1905] explica muito bem no capítulo “Os motivos do chiste”). O mesmo se dá com os textos humorísticos sobre Dilma. Não há evidência de que tenham contribuído para sua queda, que tenham fortalecido os adversários, sejam eles os poderosos, sejam os integrantes da classe média (aliás, poucos leram esses textos...). As piadas retratam admiravelmente, no entanto, a concepção mais típica que a sociedade brasileira tem das mulheres. Seriam ignorantes (basta ver as piadas de loiras, outra fonte dos mesmos estereótipos) e interessadas apenas em questões domésticas, bem representadas aqui pelas receitas para tirar manchas. Lewis (2008), livro destinado a discutir o possível papel do humor na queda do regime soviético, não chega a assumir uma posição clara ao avaliar se as inúmeras piadas sobre a vida e o regime eram apenas uma forma de expor os vícios do regime e de ridicularizá-los ou se tiveram um papel em sua destruição.

O segundo livro, *Dilmês, o idioma da mulher sapiens*, de autoria de Celso Arnaldo Araújo, também resulta de um conjunto de textos publicados em blogs durante os governos Dilma. É talvez a melhor representação de um tema que também foi frequente na avaliação da então presidenta. Em resumo, ela seria confusa, confusão revelada na sua fala: “[o dilmês] tem o poder de empobrecer qualquer raciocínio” (p. 14), seria o “novo idioma da política brasileira”; [jamais produziu] “um raciocínio límpido, criativo. Uma tirada esperta. Um jogo de palavras que faça sentido lógico” (p. 15).

Enfim, ela teria criado um idioleto próprio. Não é certamente o caso de sustentar que Dilma fosse uma oradora brilhante (como Lula) ou mesmo que fosse a mais clara das expositoras, especialmente quando falava de improviso. O problema dos textos de *Dilmês*, no entanto, é a incapacidade total do autor de fazer qualquer análise das falas de Dilma que fujam à camisa de força da gramática normativa da língua escrita. Uma das evidências de que Dilma fala um idioleto próprio, segundo o autor, é a frase “Pra mim sê pré”. Dilma fez esta declaração em uma fase anterior à oficialização de sua candidatura. Para o autor, trata-se de uma frase cheia de erros — três erros em três palavras. Acontece que essa frase segue uma gramática do português culto no Brasil de hoje: as ocorrências de “pra” (por “para”), de “sê” (por “ser”) e de “mim” nesta posição sintática são fenômenos correntes na língua falada culta, e são proferidas diariamente por apresentadores de jornais na TV quando falam entre si ou chamam repórteres (e então deixam de ler no *teleprompter*), por narradores esportivos e (basta ouvir) pelos doutos participantes das mais sofisticadas mesas redondas exibidas na TV brasileira.

Outros exemplos de que ela seria confusa é que diz “ocê” (por “você”), uma forma regional, especialmente em Minas Gerais, onde Dilma nasceu, e “sabê” (por “saber”), sendo que a queda de R nos infinitivos é hoje categórica (o exemplo é “Olhar para nós mesmos e *sabê* que esse país conta fundamentalmente conosco”). É espantoso que um jornalista confunda expressões informais, especialmente marcas fonético-fonológicas, com falta de lógica ou de clareza.

Dilma também foi criticada por ter dito (numa entrevista em que fala do México) que “Remédios Varo vai lá e faz... ela *bota* uma mesa”.

Araújo acha que quem diz “botar” fala como se fosse uma criança de nove anos, ou seja, é pouco racional (p. 101). Nessa mesma entrevista, Dilma confessou não lembrar certos detalhes. O comentário do autor é: “Nomes e palavras lhe (se Dilma empregasse “lhe” nessa posição sintática, de que seria acusada?) são eternos problemas; e quando o assunto é letras, o dilmês alcança seu estágio mais sombrio” (p. 101).

A leitura do livro é um tormento. Primeiro, porque há longas falas transcritas, e quem já fez a experiência de ler falas transcritas sabe como é difícil dar-lhes sentido, dadas as interrupções, as repetições, as pausas etc. (o que prova, no entanto, que esse não é um “problema” de Dilma Rousseff, mas um traço da língua falada), diferentemente de quando se ouvem as fitas (e ainda mais quando se ouvem as pessoas...), porque então tudo parece normal. Em *Dilmês*, além de ler as falas, é preciso suportar a ignorância do autor e os seus preconceitos.

Os textos que o livro reúne são uma pequena amostra de comentários frequentes, tanto em conversas (não documentadas, por razões óbvias) quanto nas redes sociais e, eventualmente, em jornais. Assim, foi sendo construído um imaginário segundo o qual Dilma, além de ser autoritária e irritadiça, não era boa gestora, porque, afinal, era confusa. Se Lula foi estigmatizado por manter certas marcas gramaticais típicas de um falante com sua história popular, Dilma ficou marcada como confusa. Para que confusão seja associada à mulheridade basta um passo, que, aliás, foi um dos que mais frequentemente foram dados na história da humanidade.

## **Conclusões**

Os fatos e dados recolhidos e brevemente analisados, embora parciais, permitem sustentar que se construiu uma imagem de Dilma insistentemente marcada pela ênfase em alguns traços negativos. Esse comportamento configura claramente misoginia, que contribuiu, embora isso nunca tenha sido claramente explicitado, para que seu mandato fosse solapado. É provável que a força da misoginia se deva em grande parte ao fato de poucas vezes ser explicitada em público, como é o caso também do racismo brasileiro, que não existiria, segundo é corrente em alguns estratos sociais. Uma excelente explicação para

esse funcionamento “discursivo” está em Paveau (2006): é um de pré-discurso (para uma definição clara, ver a página 23). Os estudiosos do golpe não cessam de dizer, e a tese vai se tornando cada dia mais convincente, que se tratou de afastar um projeto político para implantar outro. Sabe-se que decisões desse tipo não podem ser tomadas sem justificativas (e mesmo sem basear-se em algum tipo de verdade, diria Foucault). Também se sabe que, em casos dessa envergadura, as verdadeiras razões nunca se tornam públicas, a não ser, talvez, 30 ou 40 anos depois, quando se publicam documentos do governo americano... As razões explicitadas para a derrubada de Dilma foram as pedaladas fiscais ou o conjunto da obra, conforme o caso. Mas o argumento mais repetido foi que Dilma perdeu apoio no congresso, e a razão invocada mais frequentemente para explicar essa situação foi sua propalada incapacidade de negociar, decorrente de sua impaciência, de sua irritação. À surdina (ou nem tanto, como se viu), sempre se dizia que era autoritária, durona, que perdia as estribeiras, além de ser confusa. Esses discursos equivaliam praticamente a dizer que estava sempre de TPM, um estado típico de “mulher”.

## Referências

- Ab’Saber, T. (2015). *Dilma Rousseff e o ódio político*. São Paulo: Hedra.
- Freud, S. (1905). *O chiste e sua relação com o inconsciente*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Lewis, B. (2008/2014). *Foi-se o martelo*. Rio de Janeiro: Record.
- Moreira, A. (2019). *Racismo recreativo*. São Paulo: Editora Jandaíra.
- Paveau, M.-A. (2006). *Les prédiscours; sens, mémoire, cognition*. Paris: Presses Sorbonne Nouvelle.
- Raskin, V. (1985). *Semantic mechanisms of humor*. Dordrecht: D. Reidel.
- Van Dijk, T. (2017). How Globo media manipulated the impeachment of Brazilian President Dilma Rousseff. In: *Discourse & Communication* vol. 11, (2). 199-219.

## Anexo

O que segue são excertos de um perfil de Dilma Rousseff publicado na revista *Piauí* (“A afilhada rebelde; o estilo, as ideias, as decisões e a ambígua relação de Dilma com Lula”, por Daniela Pinheiro, acessível em <http://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-afilhada-rebelde/>, edição 97, outubro de 2014). Eles repetem um conjunto de representações da presidenta que colaboraram fortemente para a relação misógina que certamente contribuiu para o desfecho do golpe de 2016. As palavras e expressões em itálico são uma espécie de pré-análise. A aposta é que o leitor deste trabalho fará delas a mesma avaliação feita pelo autor.

O que ele [Lula] via como qualidade em Dilma, uma fatia do petismo e dos partidos aliados enxergava como **defeito** intransponível: o **voluntarismo**, as opiniões **fortes**, o **temperamento irascível**, a inexperiência política e até o **vocabulário prolixo**, de **falas longas e enfadonhas**, permeadas de termos técnicos. Um dos mais próximos interlocutores de Lula disse ter sempre defendido que ela precisava de “*assessoria emocional*” para ser presidente.

Recentemente, um petista paulista resumiu o caso: “Essa **inabilidade política**, misturada com **arrogância**, marcou as ações dela. Como pôde achar que era ligar, **ameaçar** o vice e ele ia pedir desculpas?” Mas Dilma saiu maior do episódio: era ela **brigando** quixotesca contra os venais da política.

Logo se evidenciou que a **comunicação** era um **empecilho** incontornável no caso de Dilma: ela se expressava numa **sequência de elipses de árdua compreensão**; suas frases eram **desconexas**, longas, **truncadas**. A imprensa registrou: nascia o **dilmês**.

Um ex-ministro do governo Lula, com quem Dilma trabalhou diretamente na Casa Civil, presenciou cenas de **descontrole**. “O que é perverso é que os esporros dela são sempre para quem está embaixo. Ela sabe com quem pode **gritar**. É que nem lobisomem, sabe para quem pode aparecer”, disse, irônico.

Nas ocasiões em que se permitiu baixar as armas — foram dez —, Dilma chorou em público. “Ela sempre tratou o governo como uma grande família. E sempre no papel da mãe **durona, repressora**, que coloca de castigo o ministro que desobedece”, comentou um ex-integrante do Ministério da Fazenda.

### 3. “UM POSTE”: IMAGINÁRIO SOBRE O BOM CANDIDATO E DISCURSOS SOBRE O PROCESSO DE ESCOLHA

Quem construiu a Tebas de sete portas?  
Bertold Brecht

#### Introdução

Tenho me interessado menos por corpora associados a “acontecimentos” do que por aqueles relacionados aos estereótipos. Ou seja, meu interesse se dirige mais para corpora cotidianos, que repetem “verdades” imemoriais sobre homens, mulheres, escola, política (o que tem a ver mais com a história de longa do que com a de curta duração). São os lugares de onde provêm, em grande medida, as piadas, que me interessam há muito tempo. São os *topoi* de que falava já a Retórica clássica, ou aqueles a que se refere Ducrot, como associar passeio com tempo bom, cerveja com calor etc.

É da análise desse tipo de corpus por Ducrot que Zizek (1996) afirma que se trata da melhor abordagem da relação entre linguagem e ideologia (“[o] impulso argumentativo assenta-se nos *topoi*, nos ‘lugares-comuns’, que operam apenas enquanto naturalizados, apenas enquanto os empregamos de maneira automática, ‘inconsciente’; uma argumentação bem-sucedida pressupõe a invisibilidade dos mecanismos que regulam sua eficiência” [p. 16-17]). Talvez seja desses tipos de discurso que a AD diz que se naturalizaram, concebendo a ideologia, de certa maneira, como o discurso que trata de fatos historicamente condicionados como se fossem naturais.

Vou tratar de um discurso político que, eventualmente, atravessa formações discursivas, mas que, conjunturalmente, pode sintetizar uma formação discursiva específica, ou, pelo menos, sua crítica aos adversários, deixando implícito que sua prática é outra, como se verá.

Esta abordagem segue de certa forma a direção de uma teoria indiciária, como sugerida por Ginsburg (1986): não é de um acúmulo de dados que se extrai uma análise, mas de dados aparentemente marginais (como foi o caso de Morelli). A tese central, portanto, é que a expressão “eleger um poste” é um indício de um discurso político fortemente enraizado no Brasil.

## **Um mosaico**

Pretende-se dar conta de aspectos da expressão “eleger um poste” (eventualmente, apenas “poste”), que tem algumas características da fórmula, tal como definida por Krieg-Planque (2009), mas também da “pequena frase” (ver o Dossiê *Les “petits phrases” en politique, Communication et langages* [1968]). Talvez se trate de um tema, tal como conceituado em Maingueneau (2014). A classificação é secundária. Trata-se de ensaiar uma interpretação. Entre outras coisas, de tentar explicar o fato de que tem sido aplicada apenas a uma parte do espectro político brasileiro em episódios recentes.

Os objetivos são banais: explicitar determinados aspectos do funcionamento dos discursos (paráfrase, memória, formação discursiva), revelar de novo um aspecto de determinadas concepções de política dominantes no Brasil, sem deixar de perceber contradições no interior dessa tendência política (uma formação discursiva?).

## **O pano de fundo — ou as condições de produção**

Nos últimos 20 anos, a disputa política mais relevante no Brasil (pela presidência da República) teve dois partidos como atores fundamentais: o PSDB (que comandou o país de 1994 a 2001: dois mandatos de quatro anos) e o PT (que o comandou de 2001 até os dias de hoje: três mandatos de quatro anos e um quarto mandato em curso). O PSDB seria um partido de centro (teria começado sendo de centro-esquerda e hoje penderia para a centro-direita), e o PT, um partido de esquerda (que teria ido para o centro, resguardando algumas políticas de esquerda, como a bolsa família, no capítulo “social”, e algumas políticas favoráveis às minorias — negros, mulheres).

O desenrolar das eleições levou o PSDB a revezar dois ou três nomes na candidatura presidencial (Serra, Alckmim, Aécio). O PT teria apenas um grande nome, Lula. Ele se elegeu depois dos dois mandatos do PSDB e, não podendo mais candidatar-se, e não havendo nomes naturais no Partido, teria inventado uma candidata, Dilma Rousseff. Ele escolheu uma ministra cuja imagem de gestora se havia firmado. Como não tivesse carreira política, isto é, nunca havia disputado eleições, foi considerada (por adversários) um “poste”, cujo sucesso eleitoral dependeria de Lula (ou do partido).

Dois anos depois da eleição de Dilma, Lula teria repetido o procedimento, indicando outro ministro (bastante bem-sucedido) para candidatar-se à prefeitura de S. Paulo: já que não tinha passado eleitoral, também foi considerado um poste.

### Um fato entre outros

No Brasil, hoje, poucas pessoas entendem tanto de como ganhar uma eleição quanto o jornalista — tornado marqueteiro — João Santana. Seu retrospecto recente inclui a reeleição de Lula no pós-mensalão e a vitória dos desconhecidos Dilma Rousseff, em 2010, e Fernando Haddad, dois anos depois. Diante dos apuros em que se encontram os dois “postes” que ajudou Lula a iluminar... (Vera Magalhães, *Folha de S. Paulo*, 03/07/2013, p. A2)

Essa citação inclui três dados fundamentais: a expressão “postes”, sua paráfrase — ou metáfora — (“desconhecidos”) e o fato de que há uma retomada da palavra acrescida de aspas, como se a autora a tivesse citado, ou, pelo menos, guardasse em relação a ela certa distância, para empregar o conceito de Authier-Revuz (1981).

O trecho citado fornece diversos ganchos para um trabalho em AD: a) a *menção* de “poste”; b) sua “definição”; c) sua retomada (ao lado de “mensalão”, por exemplo, é uma palavra carregada de memória; cf. Moirand [2007]). Parece mais indicado começar pela palavra “poste”.

Considerem-se outras ocorrências da palavra, que ajudam a reconstruir as condições de sua produção e seu sentido:

Será que a história do “**poste**” tem lógica? (carta de leitor, 23/01, no jornal *Folha de S. Paulo*, depois de visita de Lula à prefeitura de S. Paulo,

para, segundo o jornal, orientar Haddad, após notícias de que Lula iria articular a base aliada em Brasília)

(...) continuam existindo atitudes compreensíveis (sic) e inaceitáveis mesmo quando é Lula o ex-presidente em questão e os aliados no poder são Dilma Rousseff e Fernando Haddad, dois “**postes**” transformados em sucessos eleitorais. (editorial de *Veja*, 23/01/2013)

POSTE PESADO: O ex-presidente Lula voltou a ter sérias dúvidas sobre a viabilidade de Alexandre Padilha (...) para o governo de SP. E a manifestar preferência por Guido Mantega — para desgosto de dirigentes do PT paulista, que consideram o ministro da Fazenda um **poste** difícil de carregar. (da coluna de Mônica Bergamo, FSP, *Ilustrada* de 15/05/2013, p. 2)

Dilma é apenas um **poste** fincado pelo ex-presidente, o Haddad é outro **poste**, mas a coisa é pior do que parece, os bilhões de dinheiro público torrados em estádios de futebol (...). (comentário online à coluna de Eliane Cantanhede de 21/6)

Os excertos mostram que a palavra volta periodicamente (continua voltando, como na seguinte declaração: “Lula elegeu um poste, mas é difícil ensinar um poste a governar”). Poder-se-ia dizer de cada um desses casos que “a memória faz irrupção no acontecimento” (Courtine, 1971). Este último enunciado, mais recente (e outros, que, de vez em quando ainda ocorrem), retoma um discurso, sintetizado nesta expressão, que circulou abundantemente quando da candidatura de Dilma Rousseff à presidência, e foi insistentemente retomado quando da indicação de Haddad como candidato à prefeitura de S. Paulo.

## O sentido

O sentido das palavras e dos enunciados depende das formações discursivas em que ocorrem — essa é uma das teses cruciais da AD. Praticamente, isso quer dizer que retomadas, anáforas, comentários metaenunciativos e mesmo definições propostas nos textos que tratam do tema ou que o constituem são os lugares nos quais se deve tentar descobrir o sentido da expressão. Por exemplo, no primeiro trecho citado está um dos sentidos de “poste”: ‘políticos desconhecidos’.

Abaixo estão outros excertos que indicam o sentido de “poste” ou elementos dele:

A expressão “eleger um poste” tem significado diferente do que as velhas raposas da política utilizam para atacar os novos candidatos. Eleger um poste (...) significa que o apoiador tem tanta representatividade que elege **o que** lançar. (UJS, acessado em 01/01/2013)

A declaração faz referência às críticas que tentam colar em Pochmann o rótulo de **político inexperiente**, que só conquistou o posto de candidato por decisão de Lula. Ex-presidente do IPEA, ele era **pouco conhecido** na cidade e **nunca havia disputado uma eleição...** Ao usar a metáfora do “poste”, Lula se refere à capacidade atribuída a alguns políticos de conseguir, devido à sua popularidade, eleger “até um poste”. (folha.uol.com.br de 21/10, acessado em 01/01/2013)

A ironia do “poste” apareceu durante a campanha de Dilma Rousseff, candidata também escolhida por Lula para a sucessão. Dilma, dizia-se, era um poste, **algo sem vida própria**. (blogues.publico.pt, 29/10, acessado em 01/01/2013)

No Brasil, aplica-se a expressão “eleger um poste” quando uma figura de muito prestígio escolhe alguém **absolutamente desconhecido**, fazendo o povo votar nele para um cargo importante. (...) que nunca tinha tentado um cargo eletivo. (pravdailheu.blogs.sapo.pt.02/11, acessado em 01/01/2013)

As expressões “o que”, “político inexperiente”, “nunca havia disputado uma eleição”, “algo sem vida própria” e “absolutamente desconhecido” definem “poste”, fornecem indicações para seu sentido.

## **O fato político**

Embora a palavra “poste”, nesse sentido, seja mais ou menos corrente, ganhou particular dimensão recentemente, com a pequena frase “eleger um poste”. Circulou com alguma frequência em relação à candidatura e posterior eleição de Dilma Rousseff, e voltou a circular a

propósito da candidatura de Fernando Haddad, em São Paulo. As seguintes observações explicitam diversos aspectos desse discurso:

a) Qualificar um candidato como “poste” é dar a entender que não tem vida própria; especialmente, vida eleitoral própria;

b) “Postes” é uma qualificação exclusiva de candidatos de “esquerda” — no Brasil, recentemente, pelo menos, de candidatos do PT. Ninguém qualificou como postes outros candidatos, mesmo que não tivessem expressão eleitoral própria, como os atuais prefeitos de Belo Horizonte e do Recife (ambos do PSB, embora o de BH tenha tido apoio de Aécio Neves, do PSDB);

c) A expressão “dedaço” aparece eventualmente, em contextos que expressam a mesma posição. Seu sentido é que um chefe indica (com o dedo indicador?) um candidato hipoteticamente sem expressão eleitoral, sem base no partido. Trata-se, de fato, de uma avaliação negativa daquele que indica: teria atitudes ditatoriais, de dono do partido, de político voluntarista (embora alguns analistas elogiem o “faro” do indicador — especialmente quando a aposta dá certo);

d) Algumas das críticas mais duras vieram do PSDB, partido cuja prática tem sido considerada frequentemente como “caciquista”. Uma imagem bem característica das práticas do partido é a do famoso “jantar dos líderes”, em 2006, quando o partido discutia a escolha do candidato à presidência: quatro “caciques” reunidos em torno de uma mesa para “decidir” um nome para ser candidato à presidência da República.

## **Variantes**

A “pequena frase” é enunciada apenas em discursos que combatem as candidaturas do PT e são críticos do processo de escolha dos candidatos. É uma espécie de resumo do discurso da oposição em relação ao que ela avalia como personalismo, por um lado, e imposição de nomes novos, por outro.

O processo é também qualificado como “dedaço” ou “tirar o candidato do bolso do colete”. “Sob” essa expressão estão discursos (não sempre explicitados) sobre o que seja um bom candidato e sobre qual deveria ser o processo de seleção legítimo de candidaturas: em

resumo, que não fosse uma indicação de cúpula; mais especificamente, que não fosse uma indicação pessoal.

Por isso, “candidato tirado do bolso (do colete)” é uma espécie de sinônimo de “dedaço”: significa ‘escolha totalmente pessoal’. Aproxima-se, assim, de certa forma, de “poste”: um “dedaço” é a indicação de alguém sem expressão, apenas pela vontade exclusiva de um líder (chefe?), que tira seu nome do “bolso do colete” (o bolso é, ao mesmo tempo, um espaço pessoal e relativamente escondido, o que também sugere que a escolha não tem motivos claros).

As expressões sugerem que seus enunciadores defendem práticas democráticas, em especial que sua escolha de candidatos seja feita pelas bases do partido, de que as prévias ou as convenções seriam a expressão. Conjunturalmente, representaram o sumário de uma crítica a Lula, que teria assim revelado comportar-se como dono do partido. “Democratas” criticam esse comportamento, considerado personalista, eventualmente.

## **Dois discursos**

Estão em jogo dois discursos: um que seria democrático, defende escolha de candidatos pela maioria ou pelas instituições (convenção, primárias etc.). O PT, no caso, é apresentado negativamente por este discurso: não levaria em conta as instituições, já que suas escolhas foram “dedaços”, e “postes” seriam escolhidos pela vontade pessoal de um líder.

Uma análise mínima dos fatos revelaria que ambos os discursos são descolados das práticas dos respectivos partidos. Os que se dizem democráticos são tipicamente considerados elitistas. E suas escolhas são sempre feitas por pequenos grupos ou são uma reivindicação pessoal de algum candidato. São exemplos um famoso jantar de quatro próceres do partido para discutir a candidatura à presidência em 2006 e a postulação de Serra (na última hora) para concorrer às “prévias” que escolheriam o candidato a prefeito de São Paulo na eleição de 2012.

## Um discurso: político faz/tem experiência

Atingir certos postos deveria ser o resultado de uma carreira: esse é o resumo do discurso que acusa outro de escolher postes.

Um indício a partir do qual esse discurso se revela é o fato de que não se aplica a qualificação “poste” a candidatos ao Legislativo, lugar em que não se faz (só se fala), mas apenas a candidatos a postos executivos (onde se **faz**). *Slogans* antigos mostram isso. Trata-se de um discurso de longa duração e não o de uma conjuntura, embora reapareça em determinados contextos, produzindo esse efeito. A necessidade de “experiência administrativa” é outro enunciado comum. Mas que parece não valer para ex-secretários e ex-ministros (como o foram Dilma e Haddad). Assim, o sentido de “poste” parece se estreitar: é alguém sem experiência administrativa e eleitoral.

A qualificação “poste”, atribuída a certos candidatos, é um indício de que o discurso em que a expressão ocorre valoriza a experiência, e, mais especificamente, a experiência eleitoral (de preferência, bem-sucedida em etapas anteriores). Em suma: um bom candidato (prototípico) seria ser alguém provado em cargos análogos (se quer ser presidente, que tenha sido governador, por exemplo).

Duas observações parecem cruciais: a) não basta que ele tenha exercido cargos administrativos, mesmo que de alto escalão, se tiverem sido atingidos sem eleição; ter sido ministro, por exemplo, não conta (se contasse, Dilma não teria sido qualificada de “poste”); b) pode até não ser necessário que o candidato tenha sido anteriormente eleito; basta que tenha disputado eleições; se não, Lula, que perdeu várias eleições antes de vencer duas, teria sido considerado um poste, o que nunca ocorreu.

Uma evidência de que se trata da valorização da experiência é o que ocorre em outras áreas, como o esporte: quando Marin (então presidente da CBF) anunciou Felipão e Parreira para comandar a seleção brasileira de futebol, enfatizou a experiência e as conquistas anteriores. Esse discurso apaga, no entanto (apostando na desmemória), o fato de que os mesmos treinadores — ou aqueles políticos — um dia exerceram o cargo pela primeira vez. Postes, assim, são os inexperientes dos outros (nunca foram considerados “postes”, por

exemplo, candidatos eleitos muito importantes, como os prefeitos de Recife [Geraldo Júlio] e de Belo Horizonte [Márcio Lacerda] e os governadores de Pernambuco [Paulo Câmara] e de Minas Gerais [Antonio Anastasia], chefes do poder Executivo de cidades e Estados dos mais importantes do país, que, muito provavelmente, se elegeram lastreados no prestígio de políticos [no caso, governadores] de prestígio eleitoral em seu Estado).

Não se trata, portanto, de verificar apenas qual é o sentido dessas expressões, mas de tentar explicitar o discurso que subjaz a elas. E esse aparece em outros lugares, em outros textos, explicitamente formulado, seja pela “definição”, seja pelo destaque que se dá aos casos contrários.

## **Conclusão**

Embora se trate de corpus aparentemente insignificante, sua análise revela aspectos relevantes e persistentes, aparentemente intocados, de um discurso quase estereotipado sobre a política (no Brasil). Tem a ver, portanto, com memória de longo prazo sobre a natureza da política. Mas também tem claras conotações ideológicas: nem todos os políticos sem experiência prévia foram tachados de “postes”. Somente os “inventados” por Lula, o que, mais ou menos diretamente, cumpriu o objetivo de tentar criar e manter dele uma imagem de líder autoritário, de “dono” de um partido.

## **Referências**

- Authier-Revuz, J. (1981/2016). Palavras mantidas à distância. In: Conein, B. et al. *Materialidades discursivas*. Campinas: Editora da Unicamp. p. 201-226.
- Courtine, J.-J. (1981/2009). *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: Edufscar.
- Ginzburg, C. (1986). Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas, sinais*. São Paulo: Companhia das Letras. 1989. p. 143-179.
- Krieg-Planque, A. (2009). *A noção de “fórmula” em análise do discurso: quadro teórico e metodológico*. São Paulo: Parábola Editorial.

Maingueneau, D. (2014). *Discurso e análise do discurso. Uma introdução*. São Paulo: Parábola Editorial.

Moirand, S. (2008). Discours, mémoires et contextes: à propos du fonctionnement de l'alusion dans la presse. In: *Estudos da Lingua(gem)*. Vitória da Conquista: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. p. 7-46.

Zizek, S. (1996). O espectro da ideologia. In: Zizek, S. (org.) *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto. p. 7-38.

## 4. O PRESIDENTE ESTÁ NU? ROUPAS E MUNDO ÉTICO

Calças de moletom são um sinal de derrota,  
de que você perdeu o controle da vida.  
Karl Lagerfeld

Neste ensaio, analiso aspectos de algumas imagens do presidente Jair Bolsonaro, conferindo um peso bastante expressivo às análises publicadas pelas mídias, especialmente pelo fato de os autores das matérias citarem especialistas no assunto. Trata-se de uma avaliação de seu “efeito de sentido”, sem pretender pesar os efeitos dessas imagens sobre o eleitorado e, depois das eleições, sobre o “povo”.

A ênfase recairá sobre a questão do *ethos*. Vale dizer: tenta-se captar o efeito (talvez pretendido) da construção e veiculação de uma certa “corporalidade”, incluídas as vestimentas e o ambiente, ou seja, o entorno físico no qual esteve ou está o presidente, tal como apresentado nas mídias. O texto é construído em quatro seções relativamente autônomas.

### Uma questão de leitura

Faz tempo que a AD leva em conta as imagens como parte de seu corpus. Não é necessário relembrar que esse é há bastante tempo um traço comum de trabalhos da semiótica, nem mesmo remontar às análises de Barthes em suas *Mitologias*, especialmente ao texto sobre o soldado diante da bandeira. Mais recentemente, os seguidores de Bakhtin têm erigido a análise de imagens em um de seus desafios específicos, caracterizando a abordagem como verbo-visual (uma busca no Google fornece uma amostra significativa dos trabalhos). (É um flagrante anacronismo — ou simples desconhecimento da história — supor que esse é um tema recente, caracterizado pela multimodalidade típica das mídias modernas e, especialmente, pelo que circula pela Internet. No

entanto, mesmo essa tendência reflete bem a não exclusividade do texto verbal, e não só para as diversas análises de discurso.)

Um pouco curiosamente, talvez, penso que foi um historiador, e não um analista do discurso, quem propôs uma abordagem ampla e adequada, embora não muito detalhada, desse tipo de material. Refiro-me a uma obra de Burke (2001), só recentemente traduzida para o português. Ao mesmo tempo em que propõe interpretações (por exemplo, os pés descalços de Augusto não são um sinal de humildade, mas o meio de assimilar o governante a um deus [p. 104]), chama atenção para o fato de que imagens não são necessariamente a reprodução da realidade (tese que o conhecido e simplório bordão “uma imagem vale por mim palavras” tende a reforçar), o que é exemplificado, entre outros casos, por considerações sobre um quadro que representaria o cotidiano de uma família, do qual diz o autor que pode levar a uma falha de interpretação se não se considerar que “nem crianças nem adultos vestiam roupas do cotidiano quanto posavam para retratos” (p. 160). É uma tese facilmente compreensível se lembrarmos do que ocorre também hoje quando se posa para fotos ou se veste determinada roupa para uma aparição pública (uma entrevista na TV, digamos). Em suma, estou sugerindo que tanto as proposições quanto os problemas suscitados por Burke são extremamente apropriados para analistas de discurso, porque atacam as diversas dimensões a ser levadas em conta diante desses “textos”.

No interior da AD francesa, algumas tendências ou exemplos merecem ser mencionados brevemente. Seguidores de Pêcheux têm se dedicado à análise de materiais visuais (imagens, capas de revistas, documentários e outros). A abordagem obedece no essencial aos ditames das análises de enunciados linguísticos: a tese básica é a não transparência das imagens (análoga à da opacidade dos diversos elementos de uma língua), necessitando, portanto, de interpretação, o que se faz evocando conceitos correntes (sua semiose específica, por um lado, e conceitos como memória, interdiscurso etc.).

Vale destacar também, sobre a questão, da obra de Maingueneau (1984), a análise de dois quadros que representam a Ceia de Emaús (facilmente acessíveis na Internet). O destaque se deve a uma peculiaridade da análise: o autor sustenta que há entre essas obras o

mesmo tipo de relação que há entre textos humanistas devotos e textos jansenistas, em especial pelo fato de que as telas seguem a semântica global das duas formações discursivas em questão, que, para ele, estão em relação polêmica (de tradução polêmica, no caso). É improvável que esse tipo de abordagem possa ser levado a efeito em relação a toda e qualquer imagem, mas não resta dúvida de que uma das intuições fundamentais da proposta é relevante: muitas imagens que circulam se inscrevem em determinado posicionamento (em especial as obras da chamada arte engajada) e, eventualmente, combatem outro, um posicionamento adversário, pelo menos implicitamente (ainda em relação a Maingueneau, sem entrar em detalhes, vale a pena levar em conta suas considerações sobre o fato de que enunciados destacados na mídia aparecem frequentemente ao lado do rosto do locutor citado).

Se o analista do discurso “francês” for um seguidor de Foucault, não proporá uma interpretação das imagens. Foucault não é, nem mesmo para as análises de enunciados e palavras, um analista do discurso cujo projeto seja verificar seu sentido (eventualmente oculto — talvez se possa fazer a objeção de que Foucault fez uma leitura de **Las meninas** [Foucault 1966], mas creio que se trata principalmente de pôr em relevo uma técnica que indica a passagem de uma episteme a outra, associando-o a formações discursivas ou a outras unidades que funcionam como critério para a interpretação não subjetiva). A posição de Foucault sobre a questão das imagens pode ser resumida na seguinte passagem da Arqueologia:

Para analisar um quadro, pode-se reconstituir o discurso latente do pintor; pode-se querer reencontrar o murmúrio de suas intenções que não são, em última análise, transcritas em palavras, mas em linhas, superfícies e cores; pode-se tentar destacar a filosofia implícita que, supostamente, forma sua visão do mundo. É possível, igualmente, interrogar a ciência, ou pelo menos as opiniões da época, e procurar reconhecer o que o pintor lhes tomou emprestado. *A análise arqueológica teria outro fim: pesquisaria se o espaço, a distância, a profundidade, a cor, a luz, as proporções, os volumes, os contornos não foram, na época considerada, nomeados, enunciados, conceitualizados em uma prática discursiva; e se o saber resultante dessa prática discursiva não foi, talvez, inserido em teorias e especulações, em formas de ensino e em receitas, mas também em processos,*

*em técnicas e quase no próprio gesto do pintor. Não se trataria de mostrar que a pintura é uma certa maneira de significar ou de “dizer”, que teria a particularidade de dispensar as palavras. Seria preciso mostrar que, em pelo menos uma de suas dimensões, ela é uma prática discursiva que toma corpo em técnicas e em efeitos. (...) a pintura (...) não é mais um gesto nu cujas significações mudas e indefinidamente vazias deveriam ser liberadas por interpretações ulteriores. É inteiramente atravessada (...) pela positividade de um saber.* (foucault, 1969, p. 219-220, ênfases minhas)

O que Foucault diz da pintura pode ser transposto para outras imagens. Uma questão que certamente lhe interessaria, retomando algumas generalidades em relação à última campanha presidencial, seria o uso da técnica, especialmente de dispositivos de comunicação como o WhatsApp, com sua capacidade de enviar imagens e mensagens simultaneamente a muitos destinatários, incluídas as limitações do dispositivo em relação ao tipo de “mensagem” veiculada. Em suma, creio que, enquanto, seguindo Pêcheux e Maingueneau, apesar de suas diferenças, o que importa é principalmente uma leitura das imagens, seguir Foucault implica que a questão fundamental é a relação das imagens com as técnicas que permitem tanto a construção quanto a circulação das mensagens, sem que a questão de seu sentido assuma o primeiro plano (as reivindicações de Paveau [2017] relativas à necessidade de considerar o digital como outra coisa, e não apenas como material linguístico em outro meio, vão na mesma direção). A montagem de imagens, a inserção de rostos de pessoas em cenas nas quais de fato não estiveram (uma forma de *fake news*) tem funcionado como elemento de tipificação de comportamentos (Adélio ao lado de Gleisi Hoffmann logo depois da facada em Bolsonaro, por exemplo), propiciando ataques baseados na montagem (e uma defesa pela sua denúncia, com demonstração *técnica* de que é montagem). A transformação de uma imagem fotográfica (já editada de alguma forma) em caricatura, por exemplo, pode inverter o efeito desejado pela veiculação da foto.

## Roupas

Quem acompanha a vida política está posto diante de uma grande diversidade de aspectos: um projeto econômico (nem sempre muito claro), políticas sociais de um ou de outro viés, escolha de auxiliares (ministros e outros) que assinalam rumos e compromissos (que a mídia e os especialistas tentam interpretar considerando seu passado) etc.

Quando se trata de **políticas mulheres**, um dos tópicos que assumem o primeiro plano são suas roupas e sua maquiagem, especialmente quando ocupam cargos de muita visibilidade. Lembre-se de Dilma Rousseff e da presidenta argentina Cristina Kirchner, sem esquecer Michelle Obama e Marisa Lula da Silva, das quais a mídia tratava com bastante frequência, ressaltando ora um ora outro aspecto.

A escolha das roupas não indica apenas a seleção de uma aparência preferencial. Produz também efeitos “éticos” — de que falaremos abaixo. Sem contar que afeta a indústria da moda, alguns atores, questões econômicas incluídas. As visitas dos cabeleiros ganham sentido político (eventualmente pelos custos, porque são eles que vão à residência das mandatárias, mesmo que residam em outra cidade), o que claramente ultrapassa os limites da “moda” (no Brasil, têm merecido destaque os tratamentos dos cabelos dos políticos homens, especialmente os implantes e as tinturas, em geral consideradas cafonas, seja pela cor, seja pela tentativa de “rejuvenescer”. Relembre-se, entre muitos, o bigode “preto” de Sarney [e seu jaquetão]).

\*\*\*

Em algum momento de sua trajetória de candidato à presidência, Lula abandonou o figurino camiseta-barba hirsuta-voz agressiva, que fazia dele o sindicalista socialista feroz. Tornou-se o “Lulinha paz e amor”: não só alterou o tom de voz e as saudações (“meus amigos e minhas amigas” — saudação que seria impossível no tom da primeira campanha, a de 1989: ninguém diz “meus amigos...” em tom “agressivo”) — nenhuma dessas mudanças vem só —, como adotou ternos e camisas sob medida. Aliás, a questão do terno voltava frequentemente em suas conversas, com destaque para quando ele

mesmo retomava a questão, dizendo, por exemplo, que gostava do traje, enquanto seus adversários queriam que ele tivesse continuado de macacão — enunciados de sentido político quase evidente.

A manchete abaixo, bem como a matéria que a segue, embutia um apelo especial, e implicava uma tomada de posição, especialmente porque Lula fora um operário (agora o veste um estilista) e defendia tópicos nacionalistas em sua agenda de política econômica e industrial (daí os destaques do “nacional” feito de diversas maneiras).

#### MADE IN BRAZIL

Presidente eleito usará terno Ricardo Almeida, camisa Di Tomaso e sapatos feitos em Franca.

#### PETISTA USARÁ "NACIONAL-CHIQUE" NA POSSE.

Luiz Inácio Lula da Silva tomará posse em Brasília vestindo somente produtos **nacionais**. Levará na mala três ternos do estilista **paulista** Ricardo Almeida, quatro camisas do **baiano** Ernesto Di Tomaso, seis gravatas da fábrica **paulista** Spring e sapatos vindos de **Franca** (SP). (...). "Toda roupa de Lula é de indústria **nacional**, desde o começo da campanha. Ele nunca usou Armani [estilista italiano], como chegaram a falar. Foi uma maldade", diz Nazareth. (Acessível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2712200203.htm>, grifos meus)

Merece destaque a ênfase no fato de os produtos serem *nacionais* — a palavra ocorre literalmente na matéria, e a informação se repete na menção a cidades e nos gentílicos. Era um tópico compatível com grande parte de seu discurso político (considerando a tese da semântica global de Maingueneau [1984], seria contraditório que um político de discurso nacionalista não o “defendesse” também em sua prática — no caso, na escolha do traje para uma ocasião especial).

O que se destaca nas roupas é constante em relação a outros políticos: a roupa é interpretada pelos efeitos (de sentido?) que produz sobre a imagem do político. As leituras dos repórteres, aliás, são em geral muito competentes (às vezes recorrem a especialistas), e retomam os critérios de avaliação do campo da “costura” associado ao da publicidade.

Compare-se a descrição e a interpretação (o sentido pretendido?) das matérias sobre as roupas de Serra (para uma campanha) e as de Lula (para a posse).

## A ROUPA

### Serra, elegância ao estilo FHC

É visível o investimento para **rejuvenescer** a imagem de José Serra. Nos outdoors, o terno é substituído por uma **simples** camisa azul ou jaqueta cáqui de gola **esportiva** em malha canelada. Para completar a idéia de **conforto** e **relaxamento**, ele tem aparecido de calça cáqui. (...). A dobradinha camisa azul e calça cáqui é uma combinação que publicitário adora, acha **bacana, moderna sem ser agressiva**. Um clássico em filmes publicitários de **banco para pais de família**. (...) a roupa serve para deixar sua aparência **mais jovial** e **menos formal**. (...) Os tons (...) confer[em] **refinamento** e o desejado ar **discreto**. Tem a elegância **peculiar** dos **tucanos**, no melhor estilo FHC. (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1509200418.htm>, grifos meus)

Não retomo as notícias em detalhe (os destaques são já uma pré-análise), mas destaco em Lula o nacional (chique) e em Serra a jovialidade, a informalidade, o rejuvenescimento, a modernidade, a simplicidade, o ar de banqueiro (!) e a expressão “peculiar dos tucanos”, seguida da identificação com FHC, um ícone do partido.

As duas matérias veiculam um *ethos* determinado, do qual decorreria a credibilidade das personagens. Como o país é obviamente dividido, cada uma seleciona um segmento da população, cujo imaginário pretende afetar. A elegância de Lula o reveste de um novo papel — presidente. Não exclui o povo, que, quando pode, se veste bem (como se sabe) e gosta de “coisas boas”. As roupas de Serra confirmam seu pertencimento de classe e de partido, ao mesmo tempo em que tentam revesti-lo de um modo de ser que o favoreça como candidato (o que transcende a inscrição partidária: um tucano não é necessariamente jovial, discreto, jovem).

Noticiário mais recente sobre a candidatura emergente de um bilionário uruguaio à presidência informa que, entre outras ações, “tem realizado **cavalgadas** ou **caravanas** em trator, vestindo **roupas populares** entre os camponeses e acompanhado da bela esposa russa,

também vestida a caráter” (<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/02/bolsonaro-uruguaio-desponta-como-possivel-zebra-nas-eleicoes-no-uruguai.shtml>). Tanto as cavalgadas e caravanas (destaques meus) de trator quanto suas roupas situam o empresário em um determinado mundo ético, associam-no a um imaginário específico, que ele incorporaria e ao qual é incorporado (sobre a questão da incorporação, ver Maingueneau [1998], cap. 8, especialmente as páginas 99-100). O mesmo vale, evidentemente, para Lula e Serra: nacional-chique, em um caso, jovial, confortável, discreto etc. em outro. Notícias como essa permitem lembrar, entre outras coisas, as adaptações de todos os candidatos a aspectos regionais (o chapéu de cangaceiro no nordeste, o café e o pastel nas padarias em São Paulo, por exemplo).

## Homem comum

Nenhum presidente tentou mais do que Collor caracterizar seu corpo, seus movimentos e suas ações como a encarnação de um certo tipo de político — o homem viril que caçaria marajás. De certa forma, Bolsonaro segue o caminho inverso. Ele é o homem comum, como foi descrito em diversas matérias jornalísticas. Veja-se, por exemplo, Brum (conhecida e reconhecida colunista, atualmente do jornal *El país*):

[Essa] disposição dos eleitores foi bastante explorada pela bem sucedida campanha eleitoral de Bolsonaro, que apostou na vida “**comum**”, falseando o cotidiano prosaico, o improvisado e a gambiarra nas comunicações do candidato com seus eleitores pelas redes sociais. Bolsonaro não deveria parecer melhor, mas igual. **Não deveria parecer excepcional, mas “comum”** (Acessível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/02/opinion/1546450311\\_448043.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/02/opinion/1546450311_448043.html))

No mesmo sentido vai Alonso (professora de Sociologia na Universidade de São Paulo, USP):

BOLSONARO SE APRESENTA COMO O HOMEM COMUM QUE TRIUNFOU. A propaganda de Bolsonaro, antes e depois da eleição, investiu nessa estética do improvisado e na exaltação do homem **comum**. A primeira organiza seus vídeos: bandeira torta na parede, ostensiva fita

adesiva, locações caseiras — até a área de serviço —, displicência no cenário, no qual se vislumbram às vezes um balde, às vezes migalhas. A segunda está na celebração — como é usual no Facebook — do corriqueiro: ir à igreja, ao banco, ao barbeiro. Sua **fala coloquial** combina **autoridade** e **emoção** — pulso firme, coração mole. Assim se produz a persona de **caseiro**, religioso, **humilde**. É "**um de nós**". Pessoa sem frescuras, que encara o arroz-com-feijão da vida — e um leite condensado. (...). Este ethos do homem comum não se ancora no carisma do líder excepcional; ao contrário, se enraíza na representatividade. Sua força emana do compartilhamento de hábitos com a média dos brasileiros. (<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/angela-alonso/2018/11/bolsonaro-se-apresenta-como-o-homem-comum-que-triunfou.shtml>)

Esse homem comum se “materializou” de diversas maneiras, como esclarecem as citações acima; mas nada supera suas roupas na construção de sua persona, de seu *ethos*. Veja-se esta matéria, que trata não só dele, mas também de outros integrantes do governo:

**Estilo do governo Bolsonaro vai da roupa de academia ao macacão espacial**

**Ternos escuros de Moro e paletós curtos de Onyx mostram contrastes da Esplanada.**

**Pedro Diniz**

Nas poucas semanas de transição, o próximo líder do Poder Executivo se mostrou um político afeito à **maquiagem do discurso visual**, expressa em “lives” encenadas, fotos iluminadas pela informalidade tosca do celular e, principalmente, num **novo look** de guerra, o traje de **malhação**. (...). Bolsonaro veste o uniforme de academia para transmitir **vitalidade** — curiosamente, uma escolha recorrente em suas aparições pós-atentado de setembro. (...) deu uma conotação diferente ao visual **esportivo** daquele vendido por colegas ex-presidentes. (<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/12/estilo-do-governo-bolsonaro-vai-da-roupa-de-academia-ao-macacao-espacial.shtml>, grifos meus)

E esta outra:

## **A informalidade do estilo Bolsonaro: Igreja, barbearia e Twitter “Tá ok?”**

Na primeira semana após o segundo turno, a informalidade chamou atenção no estilo do presidente eleito, Jair Bolsonaro, em uma estratégia de proximidade com a população. O uso do Twitter e de uma **prancha de bodyboard** para equilibrar microfones em uma coletiva de imprensa contrasta com a formalidade do atual chefe do Executivo, Michel Temer, conhecido pelas mesóclises. (Acessível em [https://www.huffpostbrasil.com/2018/11/04/a-informalidade-do-estilo-bolsonaro-igreja-barbearia-e-twitter\\_a\\_23580044/](https://www.huffpostbrasil.com/2018/11/04/a-informalidade-do-estilo-bolsonaro-igreja-barbearia-e-twitter_a_23580044/))

E ainda esta:

Bolsonaro publica imagens em cenas informais como estratégia de se aproximar da população. Seria a figura de um homem **simples e comum**, que privilegia o trabalho e não o que veste ou os produtos que consome. Primeiro na campanha, depois no cargo de presidente. “**A construção da imagem de simplicidade e proximidade com o povo visa gerar mais adesão ainda de quem o apoiou nas eleições**”, afirmou Panke. “No passado, outros presidentes, como Jânio Quadros [1961], também procuraram fazer do seu modo de vestir e falar uma forma de fazer política a partir de uma tentativa permanente de identificação com o público” (<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2019/02/22/Os-protocolos-da-Presid%C3%A2ncia-e-o-estilo-de-Bolsonaro>)

Essas matérias e colunas deixam clara a construção de um *ethos* para Bolsonaro, fundado na simplicidade de sua roupa, de sua fala e de sua “vida caseira”. Talvez as imagens mais marcantes dessa construção sejam as que o mostraram lavando roupa em um tanque na Restinga da Marambaia (antes de assumir) e a foto (de certa maneira oficial) em que posa com alguns membros do governo no dia de sua volta a Brasília, depois da internação hospitalar para uma cirurgia.

Apesar de cercado de membros do governo, alguns deles ministros, que foram a uma reunião no Palácio da Alvorada, residência oficial do presidente, Bolsonaro aparece com uma calça de moletom e uma camiseta *fake* (segundo a mídia) de um time de futebol, sobre a qual veste um paletó comum. Seu calçado é uma sandália de couro absolutamente informal, de uso doméstico. Acrescente-se que essa

imagem serviu de “modelo” para uma caricatura, na qual ele aparece como um espantalho diante dos edifícios dos Três Poderes, e de uma placa com inscrição em inglês que diz que aquela é uma propriedade do governo americano (ao lado de uma das casas legislativas aparece uma bandeira americana).

As roupas caseiras de Bolsonaro em uma fotografia oficial podem significar que ele é de fato um homem comum, no sentido de modesto, que não se deixa impressionar com as possibilidades de assumir atitudes típicas dos poderosos. Mas também pode significar que continua o mesmo: sua recusa em assumir a liturgia do cargo indicaria o predomínio do “familiar” (da família) ou das redes sociais, das quais cuida um de seus filhos, em decisões que deveriam ser tomadas com outros critérios. A roupa avisa que nada mudou.

## Mundo ético

Quando Maingueneau (1984) (re)introduziu a questão do *ethos* na AD, mostrou sua eficácia de diversas formas (este sumário não pretende esgotar as propostas de ampliar o emprego e o alcance da noção, mas apenas assinalar sua mobilidade e adequação, uma exigência posta por novos corpora) e com diversos tipos de corpus. Primeiro, relacionou determinado *ethos* (a doçura) a uma formação discursiva (Humanismo devoto) — de cuja semântica deriva também um *antiethos*, um simulacro da outra formação discursiva (Jansenismo). Em seguida, analisou a partir de tal categoria aspectos do discurso literário (personagens, por exemplo). Mais tarde, propôs outro aspecto do *ethos* (que classificou como *ethos* dito), com base na análise de anúncios em sites de relacionamentos. Maingueneau retomou a questão a partir de Aristóteles, associando-a a outras teorias atuais. Destaco aqui a introdução de um conceito associado, diria, o de **mundo ético**, que ele descreve como um modo de estar no mundo típico de certos grupos, como o dos executivos, dos esnobes, dos artistas, das estrelas de cinema (2008a, p. 65).

É que o *ethos*, inicialmente relacionado a um modo de falar, a um tom, relaciona-se ou se expressa também por meio de olhares, adornos, vestimentas e outros símbolos (2008a, *passim*). Considerem-se, por sua notoriedade, as roupas e adornos dos artistas, notadamente os “étnicos”

e os “trans”, mas também os roqueiros e os cultores do rap, e os penteados e barbas inspirados nos jogadores de futebol e de basquete.

O núcleo dessa concepção é que, em virtude do *ethos*, atribui-se ao orador um caráter e uma corporalidade. Àquele corresponde um “feixe de traços psicológicos”; esta é associada a uma “compleição corporal, mas também a certa maneira de se *vestir* e de se *mover* no espaço social”, como o explicita Maingueneau (1996, p.81).

Proponho explicitar um pouco essa noção, ampliando, talvez, seu alcance. Se o *ethos* decorre de um modo de dizer, que implica um modo de ser e de estar no mundo, torna-se possível que a palavra “ético”, no sintagma “mundo ético”, se associe mais claramente a valores: não apenas aos classicamente associados ao *ethos* (clareza, racionalidade, autenticidade etc.), mas também a valores propriamente morais (embora sejam evidentemente polêmicos, especialmente em uma sociedade heterogênea ou mesmo dividida). Basta considerar como é aceito, recusado ou pelo menos polemizado o “mundo ético” dos artistas, tipicamente paratópico, não necessariamente integrado à “sociedade”, com a qual, aliás, periodicamente está em confronto explícito, não por acaso exatamente em relação a valores. O recente caso QueerMuseum é um exemplo — este, que apenas retoma embates seculares.

Essa proposta de ampliação do alcance do *ethos* para o mundo ético, associando-o claramente a valores morais, isto é, a modos de vida, fornece uma explicação para o sucesso eleitoral do candidato não apenas por sua franqueza e por uma certa rusticidade, nem mesmo pelas propostas contra a violência e a corrupção, mas em decorrência do fato de que seu (suposto) modo de ser implica a proposição de um modo de vida para outros: a vida pode ser simples (não glamurosa) e assentada em valores morais simples: homem é homem, mulher é mulher; bandido é bandido (o bom é o morto); todos têm direito de se defender/de ter uma arma, sem considerar o emaranhado da legislação (que não vale para os simples).

Ainda há propagandas que destacam o produto (“Melhor que a Marabrás, ninguém faz”), proclama a dupla que anuncia os móveis dessa marca) e as condições de pagamento (comece a pagar depois do Carnaval). Mas a publicidade se encaminha para destacar cada vez mais

um mundo ético: o texto fala em liberdade, e o que aparece na tela é um carro de motor potente avançando por caminhos cheios de obstáculos, até chegar ao cume de uma montanha; o técnico da seleção brasileira recita frases sobre caráter, dedicação, intensidade, justiça e competitividade: ao final aparece o nome de um banco. Não se fala de potência do motor, de tecnologia, de preço do carro; nem de aplicações, de juros, de credibilidade. O que se diz *subliminarmente* é que, se alguém avalia positivamente o que é dito e mostrado (um mundo de liberdade e de justiça), então seu carro e seu banco são os que acabam de ser mostrados. O destinatário se identifica imaginariamente (ou não) com tais valores, com esse mundo ético, que satisfaria seus desejos.

As propagandas políticas, em períodos eleitorais ou durante os mandatos, são muito semelhantes. Os *slogans* dos governos revelam claramente esta faceta: o Brasil é para todos, a pátria é educadora, ordem e progresso. São completamente diferentes das chamadas para vacinação, por exemplo, e mesmo do pedido para não misturar bebida e direção.

A campanha de Bolsonaro foi um caso típico desse viés publicitário. O mundo ético a que ele se referia, seu corpo (também o esfaqueado) e o espaço que habitava foram eficazes. Haveria diversas formas de mostrar que esse foi um fato. Aqui, restrinjo-me a uma reportagem jornalística (matéria da *Folha de S. Paulo* assinada por Marco Rodrigo Almeida, acessível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/para-especialistas-bolsonaro-adota-visual-simples-como-tatica.shtml>), que reúne avaliações da estética de Bolsonaro (sugiro que seja acessada, especialmente pelas imagens e suas legendas). A matéria fornece uma descrição sintética de um conjunto de gestos e de imagens. E avaliações de suas falas. Convoca especialistas (um cientista político, uma historiadora, dois consultores políticos), em uma demonstração da justeza de outra tese de Maingueneau sobre os discursos constituintes (Maingueneau 2008b): jornalistas convocam especialistas, nunca o inverso. É que cabe aos discursos constituintes tanto fornecer os fundamentos de uma sociedade quanto explicar os fatos, seja no campo político, seja no econômico, seja no esportivo. A reportagem em questão, cuja tese central está na manchete (“Para especialistas, **eleito adota visual simples como tática**”), sustentada pelo discurso dos especialistas,

comenta uma série de eventos e de práticas de Bolsonaro, e exhibe algumas fotos (que circularam nas TVs e nas redes sociais) que a ilustram. As afirmações centrais são as de que nunca se viu um presidente em “cenas tão prosaicas” (muitas na residência da família), tese ilustrada por descrições como “numa entrevista para TV, viam-se ao fundo dois baldes, um botijão de gás e uma mangueira enrolada”; “dias antes do segundo turno, uma raquete de matar mosquito aparecia sobre a mesa”; “compunham o quadro um copo de plástico com água e uma jarra de vidro vazia”; “... via-se uma parte de um prato cheio de farelos”; “no fundo, o que se tornou uma marca de suas aparições, uma bandeira do Brasil colada em posição torta na parede com uma fita adesiva”.

Segundo a historiadora Heloísa Sterling, “Bolsonaro se apresenta como uma pessoa de hábitos simples, alguém do meio popular”. Mas tudo foi bem calculado (para parecer que se trata de improviso, portanto, da realidade). (A reportagem compara as imagens caseiras de Bolsonaro à de Lula carregando uma caixa de isopor na mesma Restinga da Marambaia, quando era presidente. A diferença, segundo um dos especialistas citados, é que a de Lula “foi um flagra”, enquanto as de Bolsonaro são minuciosamente planejadas [Burke, na obra acima citada, tem muito a dizer sobre essa diferença].)

Mas há outro traço do mundo ético de Bolsonaro que não pode ser desprezado, e cuja conjunção com a vida simples não é óbvia. A socióloga Ângela Alonso, no artigo já citado, faz uma avaliação do mundo ético cotidiano de Bolsonaro que talvez permita essa conexão: diz ela que o mundo mostrado naquelas imagens é “tudo meio improvisado e muito masculino”. De fato, as imagens domésticas lembram uma república de rapazes (numa sociedade em que a arrumação da casa é atribuída às mulheres). Mas o masculino não se marca apenas por esse tipo de desordem: ele descamba facilmente para diversos tipos de violência, que, no Brasil, se materializam na violência doméstica, nos estupros e nos assassinatos (sem contar as muito máscaras brigas das torcidas organizadas). Ora, talvez nada represente melhor essa masculinidade do que a arma de fogo (que é fálica). E nada representa melhor o peso desse traço do mundo ético de Bolsonaro do que as declarações e imagens de todos os membros da família: ou eles exibem armas ou eles atiram.

Trata-se do que se pode chamar de “elogio da violência”. Em Bolsonaro, o traço vem de longe. Começa com os elogios ao coronel Brilhante Ustra, continua com a repetida justificação da atuação das milícias e, em termos publicitários, se materializa especialmente no gesto de “fazer arminha”. E, no início do governo, com o decreto que facilita a compra de armas.

A arma é parte importante do mundo bolsonariano. Ela foi adotada explicitamente em alguns gestos muito significativos: houve quem apertasse a tecla da urna eletrônica com o cano de um revólver; muitos perfis em redes sociais incluem uma foto com arma; até o ex-ministro Bebiano, em cujo perfil estava uma foto sua com o ex-chefe, veiculou por alguns dias sua imagem portando uma arma (parece que era de brinquedo, mas o que isso importa?).

Um tópico bastante repetido pela mídia e redes sociais nos primeiros meses de mandato é que Bolsonaro se comportava como se ainda estivesse em campanha: valia-se das redes sociais, emitia opiniões divergentes das de ministros etc. O fato foi bem captado neste parágrafo de matéria de Maria Cristina Fernandes no *Jornal Valor Econômico*, da qual destaco algumas palavras que explicitam seu *ethos*, tal como ela o percebe:

A cobrança para que o presidente da República reencarne o garoto-propaganda da campanha eleitoral **desafia** suas habilidades de comunicador. Até hoje, o titular do Palácio do Planalto foi pedra. No PT, na corrupção, na violência. No papel de vidraça, o presidente **decepiona. Monocórdio** no tom e **enfadonho** nas ênfases, perde o elã diante de um teleprompter. É incapaz de demonstrar *indignação* frente à injustiça dos privilégios previdenciários com a mesma **ênfase** com a qual chama todos os petistas de ladrões. Comparado com intérpretes de libras que se postam ao seu lado, o presidente dos pronunciamentos é uma **múmia falante. Não levanta as sobrancelhas** para afirmar que quem ganha mais contribuirá com mais. (<https://www.valor.com.br/politica/6141601/previdencia-pede-mais-lula-que-stroessner>)

De quebra, essa afirmação, bem como muitas outras, talvez quase todas, permite especular sobre a relação entre o sujeito no mundo e o

sujeito do discurso. Será mesmo possível estabelecer uma divisão nítida entre eles? Até que ponto o presidente Bolsonaro é ainda Jair Messias?

## Conclusão

O ensaio tentou mostrar que tanto os enunciados verbais quanto o mundo ético — um corpo, vestuário, movimentação no espaço (social, doméstico) — definem um sujeito, especialmente um sujeito político, uma figura pública. Além disso, há fortes indicações de que esses elementos são conscientemente empregados (claro que no interior de uma conjuntura), especialmente quando são efeito de uma assessoria publicitária. Essa afirmação não implica que não haja um discurso, um pequeno conjunto de enunciados e de fórmulas ou pequenas frases sobre política que reúnem uma parte da população, concretamente, de eleitores, em torno do que lhes parece ser um projeto.

No entanto, tanto o pequeno número de tais enunciados que marcaram a campanha, com sua parca articulação interna, quanto o mundo ético descrito parecem se confirmar nos primeiros 60 dias de governo. O presidente, mais do que articular e liderar um projeto político e econômico para o país, move-se mais ou menos como o candidato e tem sido acusado, com base em suas ações, de continuar em campanha e de não assumir a postura que o cargo exige. O parágrafo que se segue, parte do editorial do *Estadão* de 8 de março, é praticamente uma súplica do que se tem cobrado de Bolsonaro, que, no entanto, ao que tudo indica, deverá continuar fornecendo munição para tiroteios do mesmo tipo:

Desde seu grotesco discurso de posse, atulhado de arroubos e bravatas ginasianas, já devia estar claro para todos que Bolsonaro nunca se viu na obrigação de medir suas palavras e gestos, adequando-os à sua condição de chefe de Estado. Ao contrário: a julgar pelo comportamento muitas vezes grosseiro e indecoroso de Bolsonaro, o presidente provavelmente se considera acima do cargo que ocupa, dispensado dos rituais e protocolos próprios de tão alta função. Até à disseminação de pornografia pelas redes sociais ele tem se dedicado, para estupefação nacional e internacional. (<https://www.brasil247.com/pt/247/midiatech/386119/E>)

stad%C3%A3o-Bolsonaro-%C3%A9-indecoroso-grosseiro-incompetente-  
autorit%C3%A1rio-e-ignorante.htm, do editorial do *Estadão* de 8/3/2019)

Diante do que se ouve e vê todos os dias, o analista fica, por um lado, perplexo. Por outro, parece que deve aceitar que aspectos fundamentais não vão mudar. Há um risco enorme de as análises se tornarem por demais repetitivas. Há fortes indicações de que a personagem em questão não assumirá a propalada liturgia do cargo. E que sua face popular reflita, por um lado, e se dirija, por outro, ao que na multidão há de pior.

## Referências

- BURKE, P. (2001). *Testemunha ocular; o uso de imagens como evidência histórica*. São Paulo: Editora Unesp. 2016. 320 p.
- FOUCAULT, M. (1969). *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.
- FOUCAULT, M. (1966). *As palavras e as coisas*. Lisboa: Portugalia Editora.
- MAINGUENEAU, D. (1984). *Gênese dos discursos*. São Paulo: Parábola Editorial. 2008.
- MAINGUENEAU, D. (1996). El ethos y la voz de lo escrito. In: *Versión 6: La palabra hablada*. Mexico: Universidad Autonoma Metropolitana, p. 79-92
- MAINGUENEAU, D. (1998). *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez Editora.
- MAINGUENEAU, D. (2008a). Problemas de ethos. In: Possenti, S. & Souza-e-Silva, M. C. P. (orgs) *Cenas da enunciação*. São Paulo: Editorial Parábola. pp. 55-73.
- MAINGUENEAU, D. (2008b). Os discursos constituintes. In: POSSENTI, S. & SOUZA-E-SILVA, M. C. P. (orgs.) *Cenas da enunciação*. São Paulo: Editorial Parábola. p. 37-54.
- PAVEAU, M.-A. (2017). *Análise do discurso digital: dicionário das formas e das práticas*. Campinas: Editora Pontes.



## 5. A INSTABILIDADE DOS DISCURSOS — UM ESBOÇO DE ANÁLISE

### Introdução

Episódios como a ocupação da USP, em 2011, por estudantes que protestavam contra a ação da polícia militar que prendeu colegas surpreendidos fumando maconha, são bastante polêmicos. Embora tratados bastante radicalmente em diversas Formações Discursivas (FDs), o que, em tese, propiciaria discursos monolíticos, revela-se alguma instabilidade em suas formulações. Além disso, episódios como esse são espaços propícios para a criação, recuperação e circulação de estereótipos, que, frequentemente, podem ser caracterizados como simulacros.

O acontecimento que gerou os textos a partir dos quais se organiza um pequeno corpus para esta análise foi a ocupação de parte da reitoria da USP por um grupo de estudantes “mais radicais” (segundo o noticiário). O movimento repudiava a presença da polícia militar no campus. Um evento específico provocou esta reação: policiais prenderam alguns estudantes, acusando-os de estarem fumando maconha no campus em horário de aula.

Foi sobre os diversos aspectos desses acontecimentos que jornalistas, intelectuais e leitores se manifestaram: os temas principais foram a legitimidade da presença ou não de policiais militares no campus, o direito ou não ao consumo “recreativo” de drogas, a divisão dos estudantes em relação às medidas adotadas ou a serem implementadas, o comportamento das autoridades da universidade, a memória da repressão que a presença da polícia reavivava etc.

O trabalho exporá algumas hipóteses e proporá esboços de análises de um corpus constituído por cartas de leitores, manifestações de “blogueiros” e de colunistas bastante conhecidos por suas posições ideológicas, e por reportagens sobre o evento. As cartas, por serem breves, favorecem a expressão mais clara das diversas posições (não há

espaço para detalhes ou sutilezas e de certa forma prefiguram as manifestações nas redes sociais), propiciando a ocorrência de enunciados bastante marcados e a presença de estereótipos com fortes características de simulacros. Essa característica talvez se deva também ao fato de seus autores não escreverem profissionalmente. Assim, são mais “francos”, diretos.

## **Primeiras impressões**

O corpus, como disse, é constituído de textos de diversos gêneros publicados em jornais e blogs, nos dias subsequentes ao acontecimento acima mencionado. Como a ocupação de espaços da reitoria da USP durou algum tempo, o noticiário e outras manifestações ocorreram obviamente durante o mesmo período, fazendo com que um acontecimento relativamente “modesto” recebesse cobertura bastante extensa.

Aos poucos, algumas posições foram sendo matizadas, foram surgindo certos detalhes das posições que, tipicamente, não são explicitados no início de eventos dessa natureza, ocasião em que as diversas posições são mais “radicais” e “cruas”, de maneira que os discursos foram perdendo o caráter monolítico que apresentavam nas primeiras manifestações. Esse fato propicia a explicitação de certa instabilidade em alguns discursos, que não chega a ser uma contradição interna, mas a expressão de que não há simples oposição entre as duas posições fundamentais que o corpus revela.

A leitura dos textos sugere, ainda intuitivamente, uma avaliação nos seguintes termos: os artigos (em geral de autoria de intelectuais ou de jornalistas conhecidos e de prestígio) podem ser qualificados como mais sensatos, menos radicais, apresentando argumentos menos monolíticos, o que resulta no reconhecimento de que pode haver algo defensável em todos os posicionamentos. Um colunista, por exemplo, chegou a escrever que “seria bom que os policiais (...) fizessem vista grossa para quem fuma maconha”.

As notícias ou reportagens são mais factuais, mais “isentas”, se comparadas a outros tipos de texto — porque ouvem representantes de diversas vozes. Já as cartas de leitores são bem radicais, beirando

muitas vezes a grosseria. Expressam posições mais nítidas e revelam um conjunto de estereótipos. Poder-se-ia dizer que são a expressão de posições menos “pensadas”, ligadas talvez ao mundo privado, e, assim, menos sopesadas, menos “compromissadas” com um leitorado heterogêneo, por um lado, e sem as obrigações do jornalismo e da ética (do *ethos*) intelectual, que se manifesta especialmente nos artigos. De certa forma, são a “voz das ruas”, espaço dos *slogans*.

Nos blogs, uma certa mistura parece ser a marca (que necessita ser mais bem especificada): são mais “francos” que os artigos, sem chegarem a ser radicais como as cartas. Essa ambiguidade tem tudo a ver com a natureza do blog, ao mesmo tempo pessoal e público.

### Esboços de análise

Em primeiro lugar, retomo duas questões de base. Uma é a do acontecimento histórico. Ele tem diversos aspectos, como era de esperar: alunos fumando maconha, ação da polícia, reação de estudantes, assembleia, ocupação de espaços da reitoria. Esses fatos vão se sucedendo aos poucos, como é usual (reconhecer isso não equivale a adotar uma teoria cronológica da história, que não implica apenas uma sequência, mas a crença em uma teleologia).

Outra é a do acontecimento discursivo, também com diversas facetas, que uma análise ao mesmo tempo deveria tentar mostrar e relacionar: os relatos, os comentários, as teses, a memória, a polêmica.

Alguns dados revelam a instabilidade das FDs. Bom exemplo são as diversas **designações** de participantes do acontecimento, como **os bebês da USP, grupelho de semialfabetizados e violentos, garotada, arruaceiros da USP, grupelho de estudantes, vândalos que se intitulam estudantes, invasores da reitoria**. Observe-se a diversidade dessas designações que, ao mesmo tempo que desqualificam os estudantes/manifestantes, revelam uma heterogeneidade interna do discurso que os condena, e, portanto, uma instabilidade da respectiva FD.

De fato, não é a mesma coisa repudiar as ações de **bebês/garotada** e as de **vândalos/arruaceiros**. Uma coisa é considerá-los irresponsáveis e condenar sua falta de responsabilidade; bem outra é

considerá-los violentos e condená-los por ela, especialmente sem condenar a da polícia.

Outra evidência dessa instabilidade são os simulacros (sobre a noção de simulacro, ver Maingueneau [1984]). Basicamente, o conceito dá conta do fato de que uma FD lê a outra a partir de sua semântica, e não da semântica da outra. Dos casos mencionados, um exemplo: não condenar o consumo de maconha é lido como defesa de seu consumo ou, ainda, defender o livre tráfico; criticar a intervenção policial no campus é lido como defender um estado de exceção em que as leis não valem. Segundo críticos dos estudantes, eles só estão interessados em fumar maconha, reivindicam o livre tráfico de drogas, defendem privilégios no campus, querem um “estado de exceção” em que as leis não devem valer; são infratores aliados da *cannabis sativa*.

Observe-se também que se trata de diversos temas, como indiciam as designações dos diversos grupos (policiais, estudantes das diversas posições) como **maconheiros, filhinhos de papai, os que querem estudar, autoridades do campus**. Sem contar que enunciados como “defensores de/defendem maconheiros” são exemplos claros de simulacros que circulam também como fórmulas, obviamente de pouca duração, dado que os discursos se esgotam, por assim dizer, com o fim do acontecimento.

Outro aspecto crucial desses discursos é o da memória, que retorna de maneira bem específica, “linkando” especialmente a intervenção da polícia às invasões da USP durante a ditadura militar. Alguns enunciados revelam bem essa dimensão: “Se a PM e outras forças da ditadura não tivessem invadido campi universitários, como ocorreu na própria USP em 1968, essa memória não nos pertenceria, mas ela nos pertence”. “Os alunos não protestam só contra a polícia no campus, mas sobretudo por causa de uma memória de violência e truculência que eles repudiam e da qual a PM é emblema, símbolo mesmo”. O mesmo ocorre no outro discurso: “Encanta-se por um bordão do passado, mera forma sem conteúdo, quando clama pela saída da PM do campus”.

Embora de forma menos explícita, trata-se da mesma memória nos seguintes enunciados, que polemizam entre si. Um opositor das ações dos estudantes diz que não entende que a presença da polícia predispõe

“à eventual repressão de atos ligados à livre expressão” (criticando o enunciado citado entre aspas, contrário à presença da polícia). E acrescenta: “quer dizer que, para ter boas ideias, não pode haver policiamento por perto? **Será preciso fumar maconha para ter boas ideias?**” Observe-se, em especial, o primeiro enunciado, que é uma refutação de enunciado anterior, que sustenta o discurso da ausência total de repressão como condição do livre pensamento.

Observe-se, também, a pergunta irônica (isto é, atribuída a um enunciador do “outro lado”) que se segue, relativa à suposta necessidade de uso de maconha para pensar livremente, que revela como diversos discursos se aliam, menos para defender uma posição do que para condenar (ridicularizando-a, num óbvio simulacro) a posição oponente.

Outro “tema” de destaque na polêmica decorrente do acontecimento que aqui se analisa brevemente é a questão dos “verdadeiros” estudantes. Uma das formas de combater as ações dos estudantes consistiu na construção de uma oposição entre os que de fato querem estudar e os outros, o que se fez basicamente pelas seguintes predicções: estudar de verdade, realmente querem estudar VS perder tempo não estudando, fazer greves/paralisar a universidade. Vejam-se os seguintes enunciados:

— mudem para outro país e deixem as vagas **para quem quer estudar**

— tem muita gente querendo **estudar de verdade**

— deixando suas vagas para **quem realmente quer estudar**

— qual a opinião **dos verdadeiros estudantes da USP?**

— talvez porque **nossos alunos perderam tempo não estudando**

— a população paga para **estudantes estudarem** e não **para fazer greves** — que os alunos deveriam **exigir aulas, não paralisar a universidade.**

O “tema” que melhor revela a instabilidade das FDs — especialmente da que defende os estudantes — é o da segurança. Considerem-se estes enunciados de uma reportagem — sem deixar de levar em conta os percentuais: uma aluna diz que todos desejam mais segurança, *mas da seguinte forma*: mais iluminação, uma guarda universitária maior e mais bem

equipada, maior integração à cidade. A matéria informa também o resultado de uma pesquisa: 50% eram favoráveis à presença da PM, mas 57% não se sentiam mais seguros com ela.

Os percentuais e as declarações significam que há os que querem mais segurança, que até aceitam a presença da polícia no campus, desde que ela tenha atitudes diferentes das que tem tido usualmente. Observe-se, especialmente, como esse enunciado vai na direção contrária à dos simulacros segundo os quais os estudantes quereriam um território livre das leis. A segurança é um desejo; a lei não é repudiada. O que se repudia são determinados comportamentos dos representantes da lei e a ausência de outras medidas para aumentar a segurança (mais iluminação do campus, por exemplo).

Combate-se também a **força excessiva**. O que significa que se quer segurança, mas não simplesmente a ordem, em geral associada à violência. Vejam-se os enunciados abaixo, em especial as passagens em negrito (com destaque para a força desproporcional da polícia em relação ao “pouco” que fizeram os estudantes — um delito menor):

— O que não entra na cabeça de ninguém é que é estranho mobilizar todo um aparato policial para deter algumas poucas pessoas que **não faziam mal a ninguém, no máximo a si mesmas**.

— Vergonhosa a ação da PM na USP. **Foi desproporcional deslocar cerca de 400 policiais militares para prender 72 estudantes que dormiam**.

— ... **um delito menor, como o porte de um cigarro de maconha, não justifica a presença de um batalhão da PM em ambiente escolar**. (...). Não se trata aqui de fazer a apologia às drogas. (...) **o ambiente universitário é um território livre e não deve ser espaço para alunos fazerem uso de maconha, mas a abordagem (...) está longe de ser adequada**. A PM demonstra falta de aptidão para mediar conflitos sociais e manifestações estudantis. (...) Ela não está lá para correr atrás de aluno com cigarro de maconha ou para mostrar aos estudantes que a corporação não aceita provocações.

— Defender a saída da PM da USP **não é querer transformá-la em uma boca de fumo**. (...) É mesmo seguro para o direito de livre manifestação que essa organização atue no campus de uma universidade que deve primar pelo pensamento livre?

## **Duas Formações Discursivas?**

As análises anteriores levam à hipótese de que se trata de duas FDs em oposição (A e B, provisoriamente), que se caracterizam por uma semântica cujos semas fundamentais são **Ordem/Lei**, de um lado (A), e **Segurança/Liberdade**, de outro (B), cada uma com seu *ethos* correspondente. A súpula que segue parece justificar a hipótese. Vejamos:

### ***No que se refere ao campus:***

**A:** defende polícia, prisão, cumprimento da lei sem exceção **(deveriam ser expulsos da USP; esses baderneiros merecem expulsão sumária)**. Seu tom é agressivo, duro (não obedecer às leis é compactuar com a baderna; acredito que as leis existem para serem cumpridas).

**B:** defende uma guarda universitária treinada, abordagem adequada a jovens (estudantes). Seu tom é calmo, razoável (pessoas que **não faziam mal a ninguém, no máximo a si mesmas; um delito menor, como o porte de um cigarro de maconha, não justifica a presença de um batalhão da PM em ambiente escolar; o caminho é educar os agentes da lei e a própria sociedade**).

### ***No que se refere ao consumo de maconha:***

**A:** defende que todos devem seguir a mesma lei/que consumo de maconha supõe tráfico, portanto, deve ser reprimido.

**B:** defende que estudantes no campus merecem abordagem específica/que consumo de maconha não é crime.

A questão das FDs (especialmente a de sua quantidade) não é, evidentemente, óbvia. Mas, se é verdade que uma Formação Discursiva materializa uma Formação Ideológica (não necessariamente a relação é biunívoca), pode-se formular a hipótese de que aqui estão em jogo duas FDs. Certamente elas podem ser caracterizadas de maneiras diferentes, especialmente em função do ponto de partida eleito como o mais relevante para a análise. Por exemplo, uma hipótese é a oposição entre legitimidade ou não de a polícia atuar no campus. Outra hipótese pode

ser a oposição entre criminalização ou não do consumo de maconha. A escolha não pode ser aleatória, evidentemente, nem é necessário que seja entre essas duas alternativas.

Ela depende de dois fatores: a) da natureza do acontecimento histórico; b) da dominância de determinados temas. Assim, pode-se privilegiar seu início ou seu desdobramento (nesse caso, o acontecimento começou com a questão da droga, mas culminou na questão da autonomia da universidade). Um pesquisador pode “privilegiar” um ângulo, desde que haja respaldo histórico. Nos termos de Maingueneau (2006, p.18), unidades desse tipo são delimitadas “por fronteiras estabelecidas pelo pesquisador, [mas] devem ser historicamente especificadas”. Provavelmente, a análise de corpora como esses será mais adequada se for guiada por sugestões como as de Darnton (2004) ou de Passeron (2006), defensores de que a “descoberta” da verdade em ciências humanas depende em boa medida de múltiplas e variadas aproximações, feitas de diversos ângulos, na história, para o primeiro autor, e na sociologia, para o segundo.

A identificação das FDs depende de uma decisão fundamental: se são consideradas em um tempo longo ou em um tempo curto. Num caso, sua identificação pode ser feita em termos de esquerda/direita ou em termos de liberdade/repressão. Em outro, apenas a título de hipótese, pode ser feita em termos de liberação/criminalização do consumo de drogas leves ou de autonomia total/parcial do campus em relação ao restante do espaço político.

## **Conclusões provisórias**

A principal conclusão é que a principal característica das duas FDs é sua instabilidade. Parece ser um fato que nem mesmo os discursos aparentemente mais rígidos são uniformes.

Considere-se, especialmente, a pesquisa sobre presença da PM no campus e sobre a confiança que os estudantes têm nela. O resultado indica notável instabilidade. Mais clara é a instabilidade do discurso de **B** sobre a segurança. Uma hipótese é que a FI correspondente não tem uma solução real a oferecer. Já a FD que chamo de **A** enuncia como se

tivesse uma solução: aplicar a mesma lei da mesma forma em qualquer lugar em relação a qualquer pessoa e a qualquer ilícito.

Outro argumento em favor da tese da instabilidade das FDs, desta vez de **A**, se manifesta nas “paráfrases” relativas aos **verdadeiros estudantes**. Veja-se:

— mudem para outro país e **deixem as vagas para quem quer estudar**

— tem muita gente **querendo estudar de verdade**

— deixando suas vagas para **quem realmente quer estudar** (e está fora da USP)

— qual a opinião **dos verdadeiros estudantes da USP?** (não da FFLCH) **E por que não os OUTROS professores? (só FFLCH)?**

— talvez porque **nossos alunos perderam tempo não estudando** (*fazendo greve?*)

— a população paga para **estudantes estudarem e não para fazer greves** — que os alunos deveriam **exigir aulas (=estudar mesmo?), não paralisar a universidade (= fazer greve)**.

A AD, desde Pêcheux (1969), opõe de alguma forma os discursos logicamente estabilizados aos não logicamente estabilizados. Naquele trabalho, a oposição não era formulada tão claramente, mas, em retrospecto, pode-se dizer que essa divisão era indicada pela diferença entre a leitura de mitos e a de textos associados a instituições (científicas, no caso). Desde Pêcheux (1988), a divisão se tornou um dos traços principais da caracterização de sua teoria. E desde Léon e Pêcheux (1980), essa caracterização ganhou uma dimensão especial.

No tópico “O mesmo e o outro na discursividade”, os autores dizem que uma sintaxe como a chomskyana supõe uma referência a um mundo exterior independente (a questão é, de fato, a da paráfrase, entendida naquela teoria como mantendo o mesmo sentido), regrando as identidades de sentido. Porém, acrescentam os autores, além desse tipo de relação parafrástica, há outras, nas quais a identidade de sentido é menos garantida, seja pela substituição de itens lexicais, seja pela variação da estrutura sintática. É o ponto onde a sintaxe lógica da frase cede e se corrompe, em proveito de uma intrarreformulação da sequência discursiva por ela mesma, tendendo em direção a uma autonomização de um mundo discursivo autorreferido, segundo afirmam.

Creio que a tese se aplica ao corpus aqui analisado: discursos estabilizados implicam ou supõem mundos independentes. Discursos instáveis implicam outro tipo de relação discurso/mundo: não se trata de sustentar que aquele cria este (*o discurso cria a realidade* seria adesão à subjetividade mais desvairada), mas de uma posição ambígua em relação a ele, de dúvida entre aceitação e rejeição. O caso mais evidente, já disse acima, é o dos enunciados sobre a segurança na universidade, que revelam que, para B, o mundo “exterior” não é estável, na medida em que, ao mesmo tempo, se repudia a presença da polícia no campus, mas se aceita que ela aja nesse espaço, desde que siga outros procedimentos.

## Referências

- DARNTON, R. (2004). Um assassinato sentimental. In: *MAIS, Folha de S. Paulo*, 13/06/2004. p. 9-12.
- LÉON, J, e PÊCHEUX, M. (1980). Análise sintática e paráfrase discursiva. in: PÊCHEUX, M. *Análise de Discurso* (Textos escolhidos por Eni Puccinelli Orlandi). Campinas: Pontes. p.163-173.
- MAINGUENEAU, D. (1984). *Gênese dos discursos*. São Paulo: Parábola.
- MAINGUENEAU, D. (2006). Unidades tópicas e não-tópicas. In: *Cenas da enunciação*. São Paulo: Parábola. p. 11-26.
- PASSERON, J.-C. (2006). *O raciocínio sociológico*. Petrópolis: Vozes.
- PÊCHEUX, M. (1969). Análise automática do discurso. In: Gadet, F. e Hak, T. (orgs). *Por uma análise automática do discurso*. Campinas: Editora da Unicamp. p. 61-161.
- PÊCHEUX, M. (1988). *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Editora Pontes.

## 6. MORAL: INTENÇÃO, EUFEMISMO E CONTEXTO

### Introdução

Paveau (2013) trata de numerosas questões que envolvem palavras ou enunciados a respeito das quais se pode falar de moral. Por ser obra pioneira, compreende-se que não haja uma estrita unidade, que diversos temas sejam evocados e tratados. Pode-se dizer que o livro considera diversas hipóteses (todas muito interessantes). Talvez se deva dizer também um pouco mais assertivamente que as questões morais, por serem heterogêneas (uma coisa são os tabus, outra as ofensas, ainda outra a mentira ou a interpretação errada de uma teoria), são avaliadas diferentemente nas sociedades, porque também estas são heterogêneas.

Neste trabalho, vou tratar de três tipos de questões, suscitadas certamente pela leitura da obra em questão, mas sem necessariamente segui-la estritamente. Problematizo-a, talvez. Espero não cometer com isso nenhuma imoralidade.

Trato primeiro da questão da intenção, até porque pode ser ingrediente relevante nos casos de judicialização de certas declarações. Trato depois de termos tabu e de sua atenuação por eufemismos, embora mesmo estes soem talvez imorais, dado o âmbito em que ocorrem e a falta de dúvida sobre o que é insinuado. Finalmente, abordo um caso de interpretação “equivocada”: a questão é se ela poderia ou não ter sido evitada, caso o leitor considerasse mais enunciados do texto. O dilema é se estamos diante de um caso simulacro ou de um mero ataque a uma posição discursiva diferente por meio de uma manobra “imoral”. Paralelamente, pode-se perguntar se um simulacro também pode ser tido como imoral, mesmo que não decorra de má intenção, e sim de uma grade semântica.

## A intenção

Quando um pronunciamento discutível do ponto de vista moral é contestado, debatido ou confrontado, duas são as defesas mais comuns apresentadas por seus autores: a) não houve intenção (por exemplo, de ofender); b) o trecho foi citado fora do contexto, o que lhe altera o sentido intencionado. Os casos são extremamente numerosos, diria diários. Os já muitos exemplos dos meios de comunicação aumentaram exponencialmente com as redes sociais. Contentemo-nos com alguns, quase todos recentes (uns mais que outros). Antes, os relacionados à intenção.

a) Um apresentador de TV hostiliza uma cantora porque ela não teria tratado bem suas fãs. Lembra que a cantora já foi “pobre e macaca”. Dadas as reações à palavra “macaca”, alegaram o apresentador e seu advogado não só que não houve “intuito” de ofender, mas também ofereceram uma interpretação não ofensiva, especialmente de “macaca”. Invocou-se uma construção popular no Estado de Tocantins (que, na verdade, ocorre em todo o país): tratar-se-ia da expressão “macaco velho”, significando ‘pessoa experiente’. Creio não ser necessário chamar atenção para o ridículo dessa defesa, dada a diferença entre as duas formulações (ver notícias sobre o caso em <http://revistaquem.globo.com/quem-News/noticia/2017/01/apresentador-chama-ludmilla-de-macaca-em-programa-de-tv.html>).

Um fato como esse poderia ser alvo de apelo à Justiça, que, eventualmente, levaria em consideração se a ofensa foi ou não intencional. Sabe-se que, até mesmo no caso de crime de morte, a Justiça estabelece uma distinção entre homicídio doloso e culposo. Vejam-se estas breves definições:

Quando se diz que alguém cometeu um crime doloso é porque esse alguém teve a intenção e a vontade de cometer o crime, ou seja, agiu livremente e era consciente de que estaria praticando o crime. Portanto, o sujeito está sabendo o que faz, como por exemplo, no caso de homicídio em que uma pessoa compra uma arma e dá um tiro em outra pessoa, matando-a. Diferente situação ocorre no crime culposo, pois nesse caso o agente não tem a intenção de cometer o crime. Ele deixa de observar um dever de cuidado, por imprudência, negligência ou imperícia,

ou seja, o resultado indesejado acaba ocorrendo. (<http://www.saibaseusdi-reitos.org/qual-diferenca-entre-crime-doloso-e-crime-culposo/>, acessado em: 9/jun./2017)

Independentemente das decisões da justiça, é evidente que cidadãos farão seu próprio juízo — e é isso que importa do ponto de vista moral. Usualmente, os comentários se multiplicam, as posições assumidas são bastante diversificadas, indo da condenação pura e simples às diversas defesas, sendo um dos extremos a condenação do politicamente correto, que estaria deixando tudo muito chato (não se pode mais “brincar” com nada, “é muito mimimi”).

b) Uma ilustração talvez mais relevante da tese, por envolver altas autoridades, foi o caso da mudança do status de Moreira Franco, tornado Ministro de uma Secretaria (sic!), no início de 2017. Segundo nota do Governo, reagindo à grita de muitos cidadãos e de segmentos da mídia, “não houve qualquer má intenção do presidente da República em criar obstruções ou embaraços à Operação Lava Jato” (*Folha*, 11/2/2017, p. A7). Evidentemente, não é possível ter acesso à intenção do presidente; os julgamentos se baseiam em outros fatos similares e na análise da conjuntura política. As polêmicas são usuais em casos assim.

c) Episódio um pouco mais recente envolvendo autoridades pode ser considerado exemplar. No dia 08/06/2017, em audiência no Senado americano, o ex-chefe do FBI, que fora demitido dias antes, disse que o presidente Trump tentou fazer com que abandonasse uma investigação que envolvia assessores que teriam tido contato com russos durante a campanha presidencial, o que teria contribuído para a derrota de Hillary Clinton (talvez eu devesse me desculpar pelos sucessivos “teria”; pode ser influência das leituras de jornal, mas também efeito do receio de dizer mais do que posso — e incidir assim em quebra de preceitos morais...). O ex-chefe do FBI “disse nesta quinta-feira (08) acreditar que o presidente Donald Trump tentou obstruir a investigação sobre as ligações do ex-conselheiro...” (*FSP*, 09/6/2017, p. A14). Trump lhe teria dito: “Ele é um cara bom. Espero que você esteja disposto a deixar isso passar”. O ex-chefe do FBI disse que interpretou essa fala de Trump como “orientação”. Seu argumento é que, afinal, tratava-se da fala do presidente dos EUA, “sozinho comigo”, dizendo “eu espero que”. Toda

a questão reside em provar uma determinada intenção de Trump — implicando eventualmente obstrução da Justiça. Os argumentos do ex-chefe do FBI podem sem dúvida justificar sua implicatura, mas também é claro que não garantem sua interpretação — porque não houve ordem literal por parte de Trump.

d) A defesa do locutor a quem foi imputada uma declaração imoral pode ser reinterpretar sua própria fala. Foi o caso do ministro Luiz Roberto Barroso, que, homenageando o ex-ministro Joaquim Barbosa, disse que ele era um “negro de primeira linha”, expressão que foi considerada eco das avaliações “comerciais” que se fazia dos escravos. Barroso pediu desculpas, mas também disse que *pretendia* narrar uma trajetória vitoriosa e fazer referência ao fato de o homenageado ter se tornado um “acadêmico negro de primeira linha”, postulando ainda que a expressão “de primeira linha” não se referia a “negro”, mas a “acadêmico”. A tese é de difícil sustentação, por mais que o escopo de certas palavras possa ser uma palavra não contígua. A memória discursiva associada à expressão dificilmente pode ser apagada; o juiz se esforça, previsivelmente, para fazer com que suposta intenção sobrepuje a memória.

e) O *youtuber* Lukas foi um dos jovens pagos pelo Governo para fazer propaganda da reforma do ensino. Depois que se descobriu qual fora a quantia paga pelo MEC por seu filminho, descobriu-se também que ele, anteriormente, postara textos preconceituosos e ofensivos em sua conta no Twitter. Segue uma pequena lista, na qual destaco palavras ou expressões usualmente consideradas imorais, retomando a pergunta de Paveau (2013, p. 18): “pode-se dizer tudo”?

— Porra, temos que **foder** a Dilma, mas quem tem coragem de fazer isso? Eca...

— Mulher: tem mais de 1000 amigos no face? **eh PUTA**

— Quem gosta de **pica** é **viado**... mulher gosta de dinheiro

— Como estragar sua noite: imagine a Dilma de **quatro pra você**. De nada

— Nordeste: **cu do mundo**

— Não sou racista. Só acho que **os pretos poderiam lutar mais**

— Procurando **quem me roubou numa multidão de pretos**.

Além de palavras a serem evitadas (questão de moral ou de etiqueta?), há juízos ofensivos, especialmente “mulher gosta de dinheiro”, “quem me roubou numa multidão de pretos?”, “nordeste: cu do mundo”. Eventualmente, “os pretos poderiam lutar mais”.

Agora, veja-se sua defesa: “Sobre meus tweets antigos, eu peço desculpas. Não é como eu penso e me arrependo de ter postado. **Nunca tive a intenção** de ofender ninguém”. Os poucos casos citados incluem palavras cujo sentido literal, pode-se dizer, impede que a ele se sobrepuje uma intenção que não se materializa nem mesmo indiretamente.

Há claramente dois momentos nessa publicação: um pedido de desculpas e uma declaração de que não concorda (mais) com o que significam os enunciados que publicou. A reação mais imediata parece ser a de considerar seu autor mentiroso e/ou covarde, incapaz de assumir seus pontos de vista diante de uma denúncia. Em eventual ação judicial, só seria inocentado se fosse julgado incapaz, ou seja, não responsável pelo que escreveu.

Creio não ser o lugar para discutir se a intenção é um elemento importante (ou o mais importante) para a determinação do sentido. Parece, no entanto, que é bastante claro para muitos leitores que não se trata de atos inocentes ou humorísticos, e que seu efeito, provavelmente não desconhecido dos autores, é o de agredir (ou de se resguardar de problemas, como nos casos Moreira Franco, Trump e Barroso).

Vale a pena distinguir, talvez, os efeitos propriamente judiciais (condenação ou absolvição) dos efeitos morais. Ressalte-se, no entanto, que, também no que se refere aos últimos, a unanimidade é rara, porque as sociedades são heterogêneas. Nos casos considerados, a imoralidade consiste ora em ofender, ora em mentir, ora em ofender e depois mentir para defender-se de uma acusação.

## **Os eufemismos**

Um dos pontos de partida do trabalho de Paveau (2013) é que as questões morais nunca fizeram parte da linguística dos linguistas (talvez apenas da dos leigos), mas que, de alguma forma, questões como as

palavras tabu surgem sem aviso prévio (p. 20); assim, de alguma forma, questões morais acabam sendo tratadas, mesmo que marginalmente.

Uma definição ligeira e intuitiva de palavras tabu é que são *palavras proibidas*. Mas talvez fosse melhor dizer “de enunciação controlada”, considerando contextos e interlocutores. É o que explica que continuem sendo proferidas. Elas devem sua sobrevivência a essa coragem e a uma violação controlada de regras sociais (ver, p. ex., Trudgill [1974] e Guérios [1979]).

No entanto, elas chocam, são consideradas imorais, ou, pelo menos, inconvenientes. Pode-se acrescentar (sem aprofundar aqui nenhuma das questões) que circulam preferencialmente em contextos privados ou em grupos específicos, criando embaraços e merecendo julgamentos severos quando proferidos em outros lugares ou por personalidades em tese consideradas incapazes de grosserias (os julgamentos das palavras são eventualmente estendidos a seus locutores: recentemente, por exemplo, jornalistas pareceram de fato chocados com o palavreado de Aécio Neves, em conversa pouco republicana com Joesley Batista [os palavrões parecem ter chocado mais do que os indícios de corrupção]). Relembrem-se, por exemplo, os gritos “Dilma, vai tomar no cu”, proferidos no Maracanã quando da abertura da Copa das Confederações, em 2013. Se houve quem achou divertido, também não faltaram condenações (numa demonstração clara de que a sociedade é dividida quanto aos valores morais). (O fato pode ser considerado, inclusive, indício de que houve muito de misoginia na oposição à presidenta [ver Possenti 2018].)

Uma das maneiras que as sociedades encontraram para não reprimir totalmente os desejos de enunciar palavras que se referem a temas tabu são formas eufêmicas que substituem palavrões e outros termos “proibidos” (a estratégia se assemelha à das piadas que dizem um discurso indiretamente). Segue, abaixo, uma série de enunciados que circularam nas redes sociais quando um ator revelou ser homossexual, que demonstram essa tese (tratei destes dados mais longamente em Possenti [2019]).

— Por que só saiu do armário agora, que está em baixa e no esquecimento? Não sabia que ele **peidava camisinha**.

— Só assumem quando encontram a **vara** perfeita, e até descobrirem, haja **varas**.

— Sim, **da ré no kibe** e dai?

— Gosta de **picolé de calda** e dai?

— Curte abraço apertado e dai? **Cafungada no cangote** e dai?

Cada um vive a vida que gosta e nada pode mudar esta linha de direito.

— Essa tábua já levou muito **prego** na vida.

— ...vamos curá-lo dessa doença. Mostraremos para ele como é bom uma (**\_\_Y\_\_**) de mulher!

Um falante adulto do português brasileiro reconhece nos termos grifados substitutos de “dar o cu” (peidar na camisinha/dar ré no kibe...), de “pênis/pau” (kibe, picolé, prego...) etc. Alguns enunciados vão além da designação alternativa de partes da anatomia ou da descrição de eventos sexuais. Por exemplo, “cafungando no cangote” descreve uma posição durante ato sexual, algo como ‘penetração anal e respiração ofegante do parceiro ativo’; “picolé de calda” refere-se ao pênis e à ejaculação etc. O último enunciado inclui um desenho aproximado do que seria uma vulva, representada basicamente pela letra Y, aludindo à junção das pernas/coxas.

Em todos os casos, constata-se uma eufemização, um abrandamento da nomeação ou da descrição: em vez dos termos “crus” do cotidiano em situação relativamente privada, formas alusivas e metafóricas, comportamento provavelmente condicionado pelo fato de que as redes sociais são consideradas um espaço a meio caminho entre o público e o privado.

As enunciações alternativas evitam de certa forma julgamentos de imoralidade ou de grosseria. Aliás, parece-me que uma questão mereceria aprofundamento: em que medida palavras consideradas grosseiras revelam um locutor de moralidade duvidosa?

## **Contexto**

Vejamos agora alguns casos envolvendo a questão do contexto. Não é necessário detalhar problemas que podem surgir em relação ao contexto quando se trata de citações. Contento-me com a menção de uma tese de Maingueneau, a meu ver decisiva, em especial fora do campo

acadêmico: segundo ele, a aforização, isto é, da frase destacada, citada, tem um laço estreito com a juridicidade: “quando se quer condenar alguém por suas declarações, em geral não é um texto — sempre relativo a seu contexto —, mas uma aforização ou um conjunto de aforizações que se condena” (Maingueneau 2007, p. 162). É frequente o debate sobre a exatidão da citação, e, portanto, de seu sentido.

a) Ives Gandra Filho foi, durante alguns dias, um dos candidatos mais fortes à sucessão de Teori Zavasky no STF (se é que não se tratou apenas de manobra diversionista). Assim que sua indicação pareceu provável, esmiuçou-se um pouco sua vida, em especial sua obra, em duas direções: 1) sua atuação no TST, que revela um ministro alinhado com o patronato, não com os trabalhadores, o que aumentava seu cacife, diante dos propósitos de então de fazer um reforma da legislação trabalhista em determinada direção; 2) alguns de seus escritos, em especial um capítulo de livro no qual pareceram claras suas posições, sempre extremamente conservadoras, sobre diversas questões relevantes (união civil de homossexuais, interrupção de gravidez, direitos das mulheres etc.) e das quais o STF tipicamente trata e, portanto, interessam à “sociedade”.

Como todas as manifestações citadas lhe eram desfavoráveis, na circunstância, Gandra Martins Filho veio a público defender-se, o que fez de duas formas: primeiro, justificou sua doutrina, citando partes de seu texto que tinham sido “esquecidas” (seria a hora de dizer alguma coisa sobre como se selecionam as citações, sempre de acordo com os interesses de quem cita, conscientes ou não, porque os posicionamentos comandam o processo; mas fazer isso exigiria outro texto [ver Maingueneau, 2012]); segundo, alegando que os textos descontextualizaram sua obra jurídica: “Diante de notícias veiculadas pela imprensa, descontextualizando quatro parágrafos de obra jurídica de minha autoria...” (*Folha de S. Paulo*, 26/01/2017).

Evidentemente, não se trata apenas de “condenação” ou julgamento em tribunais, embora essa situação não deva ser excluída, mas de todo e qualquer tipo de julgamento, seja público, seja mais restrito.

b) O caso seguinte vem do universo político-policial. Um *hacker* teria se apropriado de gravações do telefone de Marcela Temer; um

trecho (do pouco que foi publicado) dizia “posso jogar vosso marido na lama”. Nota da assessoria do presidente afirma que a frase reproduzida pelo *hacker* que fala sobre jogar “na lama” o nome de Temer (“de vosso marido”) está “fora do contexto” (*Folha de S. Paulo*, 11/2/21087, p. A6). Aparentemente, o caso desapareceu. O que importa aqui é o argumento: está fora do contexto.

c) Em entrevista à *Folha de S. Paulo* (06/05/2019), Camile Paglia tratou assim uma declaração sua (ela teria ridicularizado vítimas de agressões sexuais, segundo interpretações de uma declaração em que criticara universitárias que só denunciam estupros meses depois dos fatos ocorridos): “Isso é absurdo, eles pinçaram da internet só uns trechos do que eu falei e tiraram do contexto” (p. A14).

d) O caso seguinte apresenta maior interesse, e por isso será tratado mais detalhadamente. Durante a FLIP (Festa Literária Internacional de Paraty, evento anual cuja primeira edição ocorreu em 2003) de 2016, uma mesa redonda com Bernardo Carvalho e Benjamin Moser (*Literatura hoje: por quê, para quê e para quem?*) discutiu o mercado literário. Um jornal resumiu assim a posição do primeiro: “o problema do mercado literário é que a demanda — o que os leitores querem — contamina a produção — o que se publica” (<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2016/07/1788026-nao-me-interessa-o-leitor-diz-bernardo-carvalho-em-mesa-na-flip.shtml>).

Num resumo obviamente breve e “jornalístico”, a matéria (*Ilustrada, Folha*, 02/07) acrescenta que o “para quem” foi respondido em alto e bom som pelo autor de “Reprodução”: “Não me interessa se o leitor lê ou não lê; *eu quero que o leitor se foda*”. Há também outras declarações um pouco laterais, embora relevantes, que vou desconsiderar aqui. Mas incluo ainda, da mesma matéria, a seguinte citação indireta: **“Ele (Carvalho) acredita que o escritor não deve se deixar pautar pela demanda”**. E ainda esta, em discurso direto: “O problema do que eu chamo de alta literatura é que ela não atende a uma demanda, ao que o mercado pede” (adiante, ficará mais claro que essa não é, para Carvalho, uma constatação, mas uma tese: a literatura não deve — ou não precisa necessariamente — atender a uma demanda, ao mercado).

Em trabalhos sucessivos, que culminaram em Maingueneau (2012), o autor tem tratado das frases sem texto, sejam elas os provérbios e os *slogans*, sejam as que são “retiradas” de um texto com base em algumas de suas características — resumidamente, sua pregnância tanto de significado quanto de significante e um *ethos* caracterizado como solene. É característico que tais frases sejam retomadas, circulem amplamente e, o que aqui vai ser destacado, recebam interpretações eventualmente controversas, seja por serem ambíguas, seja por não levarem em conta nem o contexto nem o co-texto. Privilegio aqui a última dessas questões, por duas razões básicas: a) uma interpretação que desconsidere o co-texto e o contexto vai na direção contrária das mais recentes “descobertas” das ciências da linguagem (e mesmo de demandas mais antigas, como as formuladas em torno do conceito de círculo hermenêutico), permitindo problematizar, portanto, a questão da legitimidade de tais interpretações; b) é comum que os autores de tais frases invoquem o contexto (ou critiquem seu abandono) como um fator relevante (e atribuam a seu abandono uma leitura equivocada), o que permite acusações de “má-fé”. Destaque-se que em nenhum dos dois casos se invoca algum tipo de incapacidade do leitor, o que justifica que se pergunte — e se tente responder — em que medida a interpretação pode ser “ensinada”, incluindo no “currículo” uma questão ética. Aqui analiso apenas a pequena e ilustrativa polêmica entre Bernardo de Carvalho e João Pereira Coutinho relativa ao sentido da declaração do primeiro sobre o lugar do leitor na literatura, na FLIP de 2016, supostamente “Eu quero que se foda”.

“Eu quero que o leitor se foda” é evidentemente um enunciado destacável (e, de fato, foi destacado): tem certa independência, um *ethos* (“alto e bom som” diz respeito ao tom, que revela um *ethos*) “solene” (o da proclamação de um princípio ético), é memorável. Não à toa, ecoou, e foi retomado (uma consulta ao *Google* em 26/2/2017 informa que há 393.000 ocorrências para essa afirmação sem aspas).

Aqui não vou considerar o fato de que o enunciado foi apoiado, contestado etc. em comentários e outros tipos de texto. Vou me ater à polêmica que ele provocou (hoje, meu problema não é o destacamento, mas uma questão de leitura à moda da “antiga” AD). Mais concretamente, interessa-me o fato de que, para defender determinada

leitura, alguém (seu autor, aqui, mas isso não é necessário) mergulha de novo a frase destacada no texto ou no sistema de onde ela foi destacada (esse é o tema mais geral dos textos contidos em *As fórmulas filosóficas*, Cossuta e Cicurel [orgs.], 2014/2018).

Em 05/07/2016, três dias depois, João Pereira Coutinho, um filósofo português que é colunista da *Folha de S. Paulo* (é de certa forma um prazer ler a coluna de um liberal como ele às terças-feiras, depois de suportar Luiz Felipe Pondé no mesmo espaço às segundas), questionou a tese de Carvalho, mais especificamente “Eu quero que o leitor se foda”, isto é, a frase destacada (<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/joaopereiracoutinho/2016/07/1788566-vicios-solitarios.shtml>). Minha hipótese é que ele leu (apenas, mas toda) a reportagem da *Folha*, e, como é comum, só discutiu a frase destacada, que circulou independentemente do texto do jornal e, claro, ainda mais independentemente da fala do escritor.

É interessante considerar o texto de Coutinho, não apenas porque ele só discute uma frase, mas principalmente porque avança em determinada direção, como se Carvalho tivesse dito ainda mais do que disse, produzindo, assim, simulacros de seu discurso. Vejamos alguns aspectos:

a) Como Coutinho cita Carvalho: “Disse ele: ‘Não me interessa se o leitor lê ou não’. E acrescentou, com extrema elegância (lendo essa passagem como se fosse irônica, descobre-se que, de fato, Coutinho inverte o “tom”, que era “alto e bom som”, no original, expressão que pode ser interpretada como ‘veementemente/francamente/com palavras vulgares’): ‘Eu quero que o leitor se foda’. Para Bernardo de Carvalho, o importante é ‘fazer minha literatura’” (como se vê, Coutinho cita passagens da reportagem, cobrindo ao máximo o que se poderia chamar de co-texto, incluindo outras afirmações além da “tese” de Carvalho).

b) Observe-se, o que pode ser crucial, que Coutinho sequer cita uma das declarações — a meu ver muito relevante — de Carvalho: **“que o escritor não deve se deixar pautar pela demanda”**. Convenhamos que a declaração poderia explicar o sentido de “quero que o leitor se foda”: ‘sua demanda não deve pautar o escritor’ é uma paráfrase da frase destacada.

c) Coutinho interpreta “fazer sua literatura” como se Carvalho fosse “indiferente ao ruído e aos interesses das massas ignaras” (Carvalho tinha dito a Moser que se pode assumir que as pessoas são burras; o sentido é que não é para elas que a alta literatura é produzida — um argumento seu é que Paulo Coelho não roubou leitores da alta literatura). Suas palavras são bem marcadas: mesmo que Carvalho tivesse dito literalmente que não se interessava pelas massas (ele disse “leitor”), traduzir o que teria dito por “indiferente ao ruído das massas ignaras” é uma evidente hipérbole; de onde provêm “ruído” e “ignaras”, por exemplo?

d) Depois de dizer que a posição de Carvalho é solipsista, acrescenta: “Se Bernardo Carvalho escreve apenas para o próprio umbigo, como explicar o mistério da publicação comercial?”. Mas quais são as palavras de Carvalho que poderiam ser parafraseadas por “escrever para o próprio umbigo”? Provavelmente, a formulação deriva de “O escritor não deve se deixar pautar pela demanda”. O percurso “gerativo” seria: *não se deixar pautar* → *escrever o que se quer* → *escrever (apenas) para si próprio*. Simulacros!

e) Por que, então, publicar? Ou, nos termos dele: “não seria mais coerente reservar o produto do vício solitário para a gaveta?”. De novo: onde Coutinho encontra nas falas de Carvalho a afirmação de que ele não deseja ou acha inútil publicar (boa) literatura? Feito isso, Coutinho retorna à história da literatura para mostrar que: a) muito do que foi popular é hoje alta literatura (seu exemplo é Shakespeare); b) muito do que foi recusado pela elite (eventualmente, também pelo gosto popular, mas por outras razões), mais tarde também se revelou alta literatura (como foi o caso de *À la recherche...*, de Proust, que Marc Humblot recusou-se a publicar).

Dois dias depois, no mesmo jornal, Carvalho responde a Coutinho, explicando “o sentido” de sua declaração. O título de seu texto é “Coutinho pinçou uma frase fora de contexto”, como dificilmente poderia deixar de ser. Cito o primeiro parágrafo:

O colunista da *Folha* João Pereira Coutinho dedicou sua coluna desta terça (5) a uma frase que a reportagem do jornal pinçou de um debate de uma hora e meia do qual participei no sábado (2) na Flip, em Paraty, — ao

qual o colunista não assistiu. A frase foi dita em resposta a uma pergunta insistente, que eu já havia respondido: se eu pensava no leitor na hora de escrever. (<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2016/07/1788934-coutinho-pincou-uma-frase-fora-de-contexto.shtml>)

No excerto, algumas coisas chamam a atenção, como pinçar *uma frase* de um debate de *uma hora e meia*; o colunista *não* o assistiu; a pergunta tinha sido *insistente*. O fundamental, diria, é a frase ter sido “pinçada” (que explica a interpretação) e a insistência da pergunta (que explica a resposta em “alto e bom som”). Mas a resposta continua:

Ao destacar a frase em detrimento do contexto, a reportagem prejudicou seu entendimento. A questão não era entre “alta cultura” e “cultura popular”, mas escrever para atender a uma demanda do mercado e escrever guiado por uma convicção pessoal. São modos diversos de lidar com a escrita, que podem se combinar ou não. (<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2016/07/1788934-coutinho-pincou-uma-frase-fora-de-contexto.shtml>)

Não é possível saber se essa explicação foi feita durante o debate ou se é posterior, uma interpretação de Carvalho para sua frase **no** contexto. O que essas citações deixam claro é que Carvalho defende que, sem a consideração do contexto, a interpretação fica prejudicada (o que é uma tese banal, desde a pragmática até a AD, passando pela hermenêutica e sua tese do “círculo hermenêutico”). Mais interessante ainda é o que Carvalho faz em seguida: republica um texto que havia publicado alguns meses antes em um blog, no qual explicava sua posição, que, na matéria do jornal, apareceu “simplificada”. Esse texto, diz ele, “esclarece a argumentação mais geral na qual a frase se insere”. Ou seja: fornece um contexto.

Desse texto, que não vou tentar decifrar, recorto as passagens nas quais Carvalho defende sua interpretação de “Eu quero que o leitor se foda”. Começa contando que certa vez ganhou um livro de um autor cuja característica era “ser um provocador implacável, um sabotador literário das posições entrincheiradas” do pós-guerra, segundo seu prefaciador. “Surgiu para desagradar, para dizer o que não se queria ouvir” — o inverso de hoje, afirma Carvalho.

Depois conta que, há algum tempo, participando de um debate na França, o mediador perguntou, a certa altura, qual fora o significado da literatura francesa para cada um dos debatedores. Carvalho conta que se lembrou na hora de uma entrevista de Jérôme Lindon, que viria ser o editor de Minuit, que dissera querer “publicar os livros que ninguém quer ler”. Carvalho acrescentou que a literatura francesa tinha significado para ele essa liberdade.

Conta um pouco mais sobre esse editor, que decidira publicar Beckett quando todos o recusavam. Ir contra o leitor, diz ainda, pode significar escrever que a Terra é redonda para os que sempre ouviram que é plana. E que a literatura contra o leitor pode ser também uma literatura por um novo leitor. E que esse projeto civilizatório se perde quando a literatura é sequestrada pelo gosto (do leitor, entenda-se). E que dizer que se escreve “contra o leitor” pode ser considerado arrogância, até porque o leitor é um cliente (mas nem por isso se deve ceder, é o sentido de seu texto).

Em suma: o que Carvalho faz, recuperando o contexto de mesa na FLIP e, depois, evocando um texto em que esclarece sua posição, é oferecer uma interpretação contra certas interpretações que derivaram da leitura de sua frase “fora do contexto”, como a de Coutinho. Essa leitura, de fato, poderia ser perfeitamente sustentada pela declaração segundo a qual **“o escritor não deve se deixar pautar pela demanda”**, que constava da pequena reportagem da *Folha*, como mencionado acima.

## Conclusão

Que conclusões tirar desta pequena amostra? Duas, pelo menos: a) que locutores tentam defender supostos sentidos de suas declarações, sendo que, às vezes, considerados os textos e algumas circunstâncias, tal defesa parece impossível (é especialmente o caso de algumas declarações sexistas, ofensivas, racistas, misóginas e homofóbicas; b) que há defesas do sentido de certas declarações que invocam um contexto e um co-texto que teriam sido desconsiderados, que se pretendem mais “exatas”, que se fariam considerando um corpus mais

extenso, eventualmente mais extenso mesmo do que um texto em seu contexto (é o caso do último exemplo analisado).

Na AD, é o que se pretendeu desde as primeiras formulações da teoria que deriva de Pêcheux, obviamente sem dogmatismo quanto às leituras “corretas”. É por isso que se evoca, por exemplo, a paráfrase, o interdiscurso, a memória, as condições de produção. As leituras feitas no calor da hora, em especial as que consideram apenas fragmentos, notadamente os fragmentos fornecidos pela mídia, sofreriam interpretações menos adequadas, menos “profissionais”. Eventualmente, essa leitura transborda para a associação livre, caracteriza-se pelo exagero e pelo simulacro, típicos em discursos polêmicos.

No que se refere ao último caso, as duas maneiras de considerar o que vai ser lido resultam em duas interpretações de “quero que o leitor se foda”: a) **o leitor não interessa** (nem mesmo interessa que me leia — ou até que compre meu livro). É a interpretação de Coutinho; b) **eu não me rendo ao gosto do leitor/do mercado**; significa que escrevo seguindo um certo projeto — e que, se isso implicar que terei poucos leitores, pago o preço.

Que o leitor deste texto fique com a interpretação que lhe parece mais adequada.

## Referências

- COSSUTA e CICUREL (orgs.) (2014/2018). *As fórmulas filosóficas*. Campinas: Editora da Unicamp.
- GUÉRIOS, M. (1979). *Tabus linguísticos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- MAINGUENEAU, D. (2007). L'énonciation aphorissante. In: Silva. T. C. e Mello, E. (orgs). *Conferências do V Congresso Internacional da Associação Brasileira de Linguística*. Belo Horizonte: FALE/UFMG. p. 155-163.
- MAINGUENEAU, D. (2012). *Frases sem texto*. São Paulo: Parábola Editorial.
- PAVEAU, M.-A. (2013). *Linguagem e moral*. Campinas: Editora da Unicamp.

POSSENTI, S. (2018). A misoginia como condicionante do golpe de 2016 no Brasil. In: *Discurso y Sociedad* 12 (3). p. 581-593. ISSN 1887-4606. Acessível em <http://www.dissoc.org/ediciones/v12n03/>.

POSSENTI, S. (2019). Expressão eufêmica da obscenidade. In: FINARDI, K. et al. (orgs). *Língua, Discurso e política: desafios contemporâneos*. Campinas: Editora Pontes. p. 37-50.

TRUDGILL, P. (1974). *Sociolinguistics: an introduction to language and society*. New York, Penguin Books.

## 7. DISCURSO TRANSVERSO EM PIADAS DE CORINTIANO

### Introdução

O corintiano é, em termos imaginários, tipicamente pobre. Trata-se de um estereótipo, como se pode comprovar de muitas maneiras. A mais óbvia é verificar o conjunto de profissionais liberais, intelectuais etc. que se declaram corintianos, em circunstâncias diversas. Mas não é mera casualidade que seu estádio esteja situado na zona Leste, em Itaquera. O mesmo fenômeno, invertido, ocorre com o São Paulo, imaginariamente clube dos ricos, que conta com muitos populares entre seus torcedores, como se pode ver nas ruas e nos estádios. Mas também não é apenas casualidade que seu estádio esteja no Morumbi, um bairro rico de São Paulo.

Uma relação considerada óbvia, sobre as quais certas piadas se constroem, é a implicação “corintiano -> pobre -> ladrão/marginal”, como nas duas seguintes:

(1) — *Por que o placar do Pacaembu já não marca mais as horas? — Porque os corintianos já roubaram o relógio.*

(2) — *Vocês sabem por que corintiano gosta tanto de tocar cavaquinho? — Porque é o único instrumento que dá para tocar algemado.*

Uma hipótese é que se deva tratar desses dados aproximando estereótipo de pré-construído. Nessa perspectiva, pode-se dizer que “corintiano é pobre” e “pobre é corintiano” são enunciados que já foram ditos, ou que estiveram implícitos em muitos discursos, “antes e alhures”, durante muito tempo. Trata-se de postular uma equivalência ou um pertencimento (corintiano pertence ao conjunto dos pobres etc. — o verbo “ser” permite esta dupla interpretação: “A = B” ou “A pertence ao conjunto B”).

Outra hipótese é tratar a questão em termos de discurso transverso: em vez de uma equivalência entre os dois elementos ou

do pertencimento de um elemento a uma classe, propor que se trata de uma relação entre condição (ou causa) e consequência: “Se pobre, então criminoso/marginal”. Estar algemado é outra consequência de ser criminoso/marginal, não outra equivalência (ver maior detalhamento abaixo).

Não se trata apenas de “inferências” ou de associações feitas por leitores/ouvintes: há um dispositivo jurídico penal que faz com que essas sequências tenham esse sentido. Assim, a história aponta para a maior probabilidade da alternativa do discurso transversal.

## Uma teoria

Do ponto de vista teórico-filosófico, Pêcheux defende, como se sabe, a tese de que o sujeito é assujeitado a/por uma ideologia por meio de um processo que denomina de interpelação, seguindo Althusser. Tal “filiação” a uma ideologia “fornece a cada sujeito sua ‘realidade’, enquanto sistema de evidências e de significações percebidas — aceitas — experimentadas” (pêcheux, 1975, p. 162). Por outro lado, o sujeito não pode reconhecer sua subordinação, já que tal assujeitamento se dá sob a *forma da autonomia* (pêcheux, 1975, p. 162-3).

Do ponto de vista de um aspecto da teoria da AD, a saber, da materialização de uma ideologia na língua, Pêcheux constitui o interdiscurso como o espaço em que ocorrem privilegiadamente duas formas materiais: por um lado, o pré-construído, que constitui, no discurso do sujeito, *os traços daquilo que o determina* (pêcheux, 1975, p. 163) e que são reinscritos no seu discurso (ibidem). Por outro, as articulações.

“O pré-construído”, diz Pêcheux, “corresponde ao sempre já-aí da interpelação ideológica que fornece-impõe a ‘realidade’ e seu ‘sentido’ sob a forma da universalidade” (pêcheux, 1975 p. 164).

Pêcheux especifica: uma forma de efeito de sentido se dá pela relação de substituição entre elementos (palavras, expressões, proposições) no interior de uma formação discursiva dada (ibidem) (seu exemplo, em Pêcheux [1969, p. 95], é a substituíbilidade entre “notável” e “brilhante” em “este matemático é notável/brilhante” [mas não em “a luz brilhante do farol o cegou”]; ou seja, trata-se de uma

questão de discurso, eventualmente de Formação Discursiva), que pode tomar duas formas: a da equivalência, caso em que dois ou mais elementos têm “o mesmo sentido”; e a “da implicação — ou possibilidade de substituição orientada — tal que a relação de substituição  $A \rightarrow B$  não seja a mesma que a relação de substituição  $B \rightarrow A$ ” (diria que as análises correntes raramente levam em conta fatos dessa natureza, ou sua análise em termos de discurso transversal, preferindo sempre as equivalências, mesmo quando não é o caso. É como o que ocorre com diagnósticos de “vírose”; segundo o folclore, é proferido quando o médico desconhece causa efetiva da infecção).

Como se pode ver, os exemplos de Pêcheux são extraídos dos discursos da geometria e da física, disciplinas que fornecem uma garantia mais sólida de que sejam enunciados de interpretação indiscutivelmente unívoca e de valor universal.

Não é óbvio que se possa falar de assujeitamento, com o mesmo sentido que o conceito tem em outros discursos, em casos como esses, dada a diferença em relação ao processo de assujeitamento quando ele é efeito de uma ideologia ou de uma teoria científica. Seria necessário, provavelmente, distinguir os dois tipos de assujeitamento, bem como os dois tipos de verdade. Para tanto, pode ser instrutivo considerar a diferença entre o papel e o funcionamento das disciplinas (ou ciências) e o das doutrinas. Segundo Foucault (1971), uma disciplina “exige apenas o reconhecimento das mesmas verdades e a aceitação de certa regra”; assim, ela só questiona o enunciado, mas não o sujeito (p. 42). A doutrina, ao contrário, ele diz, questiona o sujeito através e a partir do enunciado, como o provam os procedimentos de exclusão e os mecanismos de rejeição (ibidem). “A disciplina realiza uma dupla sujeição: dos sujeitos que falam aos discursos e dos discursos ao grupo (...) dos indivíduos que falam” (p. 43).

O exemplo de substituição de que Pêcheux trata é “triângulo com um ângulo reto/triângulo retângulo” (pêcheux, 1975, p. 164). A relação entre as duas expressões é, afirma ele, uma relação não orientada, uma vez que se trata de uma relação de identidade (p. 164). Ou seja: as duas expressões são sinônimas; ou melhor, têm a mesma referência.

Já o outro exemplo de substituição é “passagem de uma corrente elétrica/deflexão do galvanômetro”, em uma sequência do tipo

“constatamos A/B”. A relação entre A e B, nesse caso, é de causalidade, de determinação. Ou seja: a passagem de uma corrente elétrica é a **causa** ou a **condição** da deflexão do galvanômetro. “Tudo se passa como se uma sequência  $S_y$  viesse atravessar perpendicularmente a sequência  $S_x$  que contém os substituíveis, unindo-os por um encadeamento necessário”, continua Pêcheux. Trata-se de um *discurso transverso*, que se “analisa” assim:

“A passagem de uma corrente elétrica *determina* a deflexão do galvanômetro”

ou

“A deflexão do galvanômetro *indica* a passagem de uma corrente elétrica”  
(p. 165).

Exemplos como esse podem dar a impressão de que o discurso transverso é sempre óbvio e estável. Nesse caso, e em outros equivalentes, o “universal” é pouco discutível.

Mas não é assim que as coisas se passam no caso dos discursos ideológicos, que são aceitos como verdadeiros apenas por parcelas de uma sociedade (classes?), ao contrário desses discursos da geometria e da física, sempre tomados como efetivamente universais, e mesmo dos discursos “culturais”, aceitos por uma sociedade mais ou menos integralmente, embora não por outras sociedades.

Pêcheux também propõe análises que não são exatamente como a citada acima, que envolve conhecimentos básicos do discurso da eletricidade. Em Pêcheux (1990), texto que foi originalmente um projeto de pesquisa (não aprovado), o autor reanalisa um “caso” bem característico da semântica argumentativa, teoria basicamente associada a Ducrot.

Sigamos Pêcheux: dada a sequência “Pedro está lá (A), mas João não o verá (B)”, diz ele que Ducrot mostra “de forma convincente” que *mas* não liga diretamente A e B, e que é preciso supor outro enunciado, não dito, algo como “João verá Pedro” (B’), este sim posto em relação adversativa com a oração que segue *mas*: Pedro está lá (e por isso João o verá ou deveria vê-lo), mas João não o verá”.

Pêcheux observa que o ponto crítico recai sobre o estatuto de B’, e afirma que Ducrot se recusa a “fazer intervir no interior da análise

linguística desta sequência a referência a qualquer corpus interdiscursivo” (p. 148). Para Ducrot, a sequência inclui (apenas) um “conjunto de instruções” necessárias à decodificação da significação dessa sequência (e mesmo de outras) em contextos específicos (estou resumindo Pêcheux).

Pêcheux propõe outra análise para essa sequência, análise que faz intervir o interdiscurso. Sua tese empenha-se em reconstruir (...) os elementos interdiscursivos que, a partir de “João está lá”, permitem introduzir o nome próprio “João” como um pré-construído com relação à presença de Pedro e a *ligação transversa* entre “estar lá” e “ser visível”. Destaco, porque é a tese fundamental: “com a especificação discursiva do valor ótico-físico ou social da série “ver”, “ser visível”. A questão central, para Pêcheux, é a relação entre “estar lá” e “ser visível”, questão não considerada por Ducrot.

A tese de Pêcheux é que, mais do que “inferir” ou “calcular” um implícito, os locutores o “descobrem” a partir de um saber, que poderia ser traduzido assim (levando em conta o que todos sabem sobre duas pessoas estarem no mesmo ambiente e assim uma poder ser vista pela outra): se Pedro e João estão no mesmo lugar, João deve ver Pedro; mas, por alguma razão, não vai vê-lo. As razões podem ser, por exemplo, que o ambiente é dividido por paredes que impedem a visão de quem está do outro lado... (o que é outro saber); ou Pedro e João irão a esse lugar em horários diferentes, ou Pedro não está mais presente quando João chega, por exemplo, porque foi chamado por alguém, contra a expectativa de todos, e João, que o veria em outra circunstância, não poderá mais vê-lo (o que é ainda outro saber...).

O que nem Pêcheux nem Ducrot explicitam é a razão exata, ou uma das razões pela qual João não verá Pedro, apesar de ambos estarem lá. O que pode ser irrelevante, por um lado, ou, por outro, poderia explicar determinada progressão do texto, seja com explicações do fato pelo locutor, seja com perguntas do destinatário, que podem ser respondidas ou não. Certos problemas só surgem quando se constroem exemplos artificiais, por mais relevantes que sejam.

Outro exemplo, talvez de sentidos mais evidentes, seria “Foi a Roma, mas não viu o Papa, porque ele estava visitando Cuba” (se fosse “e não viu”, a interpretação seria fundamentalmente a mesma). Esse

pequeno texto é provavelmente mais “autêntico” do que o seria “foi a Roma, mas não viu o Papa”, que tem cheiro de exemplo escolar. Expliquemos: se o Papa está em Cuba, não pode ser visto em Roma (não pode estar em dois lugares ao mesmo tempo), nem mesmo “de” Roma.

Um apelo ao que se sabe (qualquer um sabe) sobre não poder ver alguém a tamanha distância (um discurso transverso), especialmente se a Terra é redonda (outro fato, que explica o primeiro), permite explicitar o sentido do enunciado.

Outros casos de “memória”, tomada como um implícito, como defendem Achard (1999) e Pêcheux (1999), ocorrem muito frequentemente em narrativas, quando, por exemplo, o narrador salta uma parte de um episódio, cuja recuperação fica por conta dos leitores/ouvintes.

O conceito de leitor modelo, proposto por Eco (1979), pode aqui ser evocado, embora ele fale de uma perspectiva genericamente pragmática. Um exemplo considerado em Eco (1994) é bem instrutivo, embora pareça apenas banal. Ele está falando de *Sylvie*, o romance que é mais amplamente citado em uma série de conferências (Eco [1994] reúne suas conferências proferidas no evento *Charles Eliot Norton Lectures*, promovidas pela Universidade Harvard). Determinada descrição de uma das viagens nunca menciona o cavalo. “Será que o cavalo não existe em *Sylvie*, já que não aparece no texto?” (Eco, 1994, p. 89), ele pergunta, retoricamente. E mostra como seria incoerente, mesmo sem menção anterior aos cavalos, uma passagem como “desci da carruagem e constatei que nenhum cavalo a puxara ao longo de toda a viagem” (idem, p. 89-90).

O que Eco está dizendo é que, ao narrar uma viagem feita em carruagem, os cavalos são óbvios, mesmo que nunca sejam mencionados. O leitor *sabe* disso (mesmo o leitor empírico). É uma boa ilustração do que seja um discurso transverso (se se viaja de carruagem, há cavalos que a movem).

Dois excertos do conto “O cobrador”, de Rubem Fonseca, ilustram a mesma tese:

(a) Vou ter que arrancar, ele disse. [...] Uma injeção de anestesia na gengiva. Mostrou o dente na ponta do boticão: A raiz está podre, vê?, disse com pouco caso. São quatrocentos cruzeiros (p. 165-6).

(b) Paro na rua Visconde de Maranguape. É aqui que você mora? Saio sem dizer nada. (p. 177)

A primeira sequência não narra todas as ações que o dentista pratica entre os atos de aplicar uma injeção na gengiva e o de mostrar ao paciente seu dente na ponta do boticão, que são, pelo menos: (a) apanhar o boticão, (b) inseri-lo na boca do paciente, (c) prender o dente, (d) fazer força, (e) arrancá-lo. Já a segunda sequência deixa implícita a resposta de Ana (afirmativa, ou que pode nem ter ocorrido, por óbvia) e o ato de Ana de desembarcar do carro (supondo que ela desembarque por estar perto de sua residência...).

## **Duas piadas**

Em seguida, analiso duas piadas nas quais o discurso transversal é crucial. O objetivo é mostrar que, para interpretar estes textos, mobiliza-se uma memória específica de cunho histórico, que também pode ser chamada de interdiscurso — outras teorias a chamam de conhecimento de mundo, ou prévio. Paveau (2006) propõe que o conceito de pré-discurso englobe essas (e outras) diferentes intuições. Sobre memória, vale a pena citar a seguinte passagem de Pêcheux:

A memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como um acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados ou relatados, discursos transversos etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível. (pêcheux, 1999, p. 52)

É certamente a passagem sobre o tema mais citada em trabalhos que seguiriam Pêcheux, mesmo que seus detalhes não sejam de fato considerados. Em geral, não se distinguem os diversos mecanismos sintáticos ou textuais por meio dos quais a memória é aludida — ou pede para ser evocada, ou “faz falta”. Não raro, todos os elementos são

subsumidos pela expressão “pré-construído”, trate-se de um pano de fundo genérico, trate-se de qualquer um dos diversos tipos de implícito.

Do ponto de vista teórico, tais dados mostram claramente que uma língua não é um código, ou, um corolário dessa tese, que um texto não é codificado. Lemos bem mais do que aquilo que o texto diz em sua superfície.

Parece óbvio que existem textos codificados, ou mais codificados do que outros: um endereço, especificado pela menção da rua e número de uma residência, por exemplo, desde que se saiba em que cidade fica a rua, ou que o nome da cidade também seja explicitado; mas também é verdade que um endereço entregue a alguém pode ser um convite para uma festa ou outro encontro qualquer; textos anteriores podem explicitar isso.

Mas os textos mais interessantes, pelo menos para a AD e para certas teorias do texto, são os outros, os que evocam ou requerem outros textos. Vejamos isso nas seguintes piadas, já citadas acima:

(1) — *Por que o placar do Pacaembu já não marca mais as horas? — Porque os corintianos já roubaram o relógio.*

(2) — *Vocês sabem por que corintiano gosta tanto de tocar cavaquinho? — Porque é o único instrumento que dá para tocar algemado (veja-se esta variante, que mostra que o mesmo discurso se repete: — Sabe por que a ola da Gaviões da Fiel é perfeita? — Porque todo mundo vai pro estádio algemado... Há uma variante dessa piada com “negro” em vez de “Gaviões da Fiel”, o que indica a implicação “negro -> ladrão” [“Gaviões da Fiel” é o nome de uma associação de corintianos, que se envolve em diversas atividades: torcida organizada, Escola de Samba etc.]).*

É relevante começar do começo, isto é, retomar o que esses textos supõem conhecido (seu interdiscurso). Breve e esquematicamente:

- a) o Corinthians é o time do povo;
- b) “povo” significa, nesse contexto, resumidamente, os pobres, os populares, e não os habitantes de uma nação (como em “povo brasileiro”);
- c) o povo é pobre (daí se dizer que corintianos são pobres);
- d) o povo não estuda (piadas podem dizer isso quase diretamente: — *Por que o placar do estádio não funciona em jogos do Corinthians?* —

*Porque ninguém sabe ler mesmo...* Nas redes sociais, circula uma imagem de camisa do Corinthians cheia de impressões digitais. A legenda é CAMISA AUTOGRAFADA DO TIMÃO. Ora, a impressão digital é também a assinatura dos analfabetos...);

e) o pobre é ladrão (a afirmação pode estar mais clara numa piada como: — *Se você está dirigindo e uma pessoa com uma camisa do Corinthians está andando de bicicleta, por que você não a atropela? — Porque pode ser a SUA bicicleta.* Mesmo assim, não necessariamente se encontra o enunciado “pobre é ladrão” [trata-se de implícitos não necessariamente materializados, como advoga Achard, ou de memória no sentido de Foucault, 1969, p. 65: enunciados que não são mais admitidos nem discutidos (...), mas em relação aos quais se estabelecem laços de filiação, gênese, transformação, continuidade e descontinuidade histórica]).

Considerando a primeira das duas piadas, descobre-se que uma das “teses” está quase totalmente explícita: “os corintianos roubaram o relógio”. Tanto se considerarmos que o implícito é “corintiano = pobre” quanto que é “pobre -> corintiano” ou “corintiano -> pobre”, a afirmação implícita mais relevante é “os pobres roubaram o relógio”.

Agora, observe-se o núcleo da segunda piada. Ele é constituído por um implícito que é um discurso transversal: o ladrão foi condenado, porque estar algemado implica ter sido condenado (é um dos saberes envolvidos) ou, pelo menos, ter sido preso (há muitos presos sem sentença condenatória no Brasil). Ora, se está preso, é porque violou a lei. E pobre viola a lei roubando (e não assassinando ou mandando dinheiro para o exterior — evidentemente, esse tipo de texto não põe em questão a justiça do sistema judiciário). Em suma, estar preso (dito) é consequência de ter cometido um delito (implícito), o roubo ou furto (outro implícito).

Em resumo: as “informações” centrais dessas piadas não estão expressas. Trata-se da conexão, ou da relação causal, entre pobreza e criminalidade, que faz parte de uma memória de longo prazo no Brasil. Nem mesmo os dados oficiais conseguem mudar esse estereótipo. Tornou-se um preconceito, isto é, um conceito prévio não analisado. Nem adiantam, contra ele, por exemplo, as numerosas informações segundo as quais quem menos se endivida são os pobres, quem mais

paga empréstimos são os pobres e que os grandes roubos não são perpetrados por pobres.

O avesso do imaginário sobre o corintiano, em São Paulo, pelo menos, é o do são-paulino, como dito acima, que seria tipicamente de classe média ou rico (não pobre). Os dois imaginários estão presentes na frase de um recente presidente do clube (que, aliás, foi escorraçado por corrupção), comemorando a volta de Kaká ao São Paulo, há algum tempo.

Segundo ele, tratava-se de jogador com a cara do clube: “fala bem, é bonito, tem todos os dentes”. Quem conhece a rivalidade entre os dois clubes (certamente, hoje, a mais viva em São Paulo) “ouve”, nessa declaração, a avaliação positiva de um clube e a negativa de outro, embora implícita: é o clube dos que não falam bem, são feios e não têm dentes — todas essas são marcas associadas à pobreza. Só faltou dizer que Kaká não roubava ou nunca tinha sido preso.

Essa memória, aliás, é constantemente ativada. Um bom exemplo é o cartaz que foi veiculado pela Polícia Federal na véspera das Olimpíadas, como forma de prevenção contra o terrorismo. Em letras garrafais vermelhas (!) está a legenda PREVENÇÃO CONTRA O TERRORISMO. O texto diz: “Pessoas suspeitas usam bolsas, mochilas e roupas destoantes das circunstâncias e do clima. Agem de forma estranha e demonstram intenso nervosismo. Comunique o fato ao agente de segurança mais próximo”.

O comentário do humorista José Simão foi “Vão acabar prendendo o entregador de pizza. *Ou então um corintiano*” (*Folha Ilustrada*, 24/7/2016). O que o explica é a semelhança das vestimentas com a de muitos pobres, especialmente se são ligados a certos grupos da periferia. Imaginariamente, corintianos.

## **Interdiscurso**

Paveau (2013) inclui o discurso científico entre os lugares de possível falta de moralidade discursiva. Analisa a breve história epistêmica do conceito de interdiscurso. Sua tese é que foi originalmente proposto por Pêcheux, conforme se lê em Culioli *et al.* (1970). A passagem crucial é a que afirma que, em certos eventos

retóricos (escolha das palavras e ordem do encadeamento das ideias), trata-se de

interdiscurso (efeito de um discurso sobre outro discurso) como base sobre a qual se organizam os “mecanismos estratégicos” mencionados acima. Isto significa que estamos, assim, no nível do “fala-se” e do “isso fala”, ou seja, no nível do não consciente (nível do pré-asseverado: *lexis* e relação primitiva). (culioli *et al.*, 1970, p. 7, nota VII, *apud* paveau, 2013, p. 267)

Paveau explica que a noção de interdiscurso nasce da psicanálise e da hipótese do inconsciente, ou pelo menos de uma reflexão sobre as relações entre psicanálise e linguística (paveau, 2006, p. 267). Portanto, continua, o interdiscurso deve ser considerado algo que está entre “o discurso levado em conta e o discurso outro, que produz efeitos sobre o discurso primeiro, efeitos não sabidos e não reconhecidos” (seria o caso do enunciado “pobre é ladrão”, provavelmente considerado nunca dito nem aceito por ninguém; mas, mesmo assim... Ver também a reanálise das adversativas [acima], quando o interdiscurso comparece seguidas vezes). Esse traço é ainda mais claro se o interdiscurso, conforme ela afirma, não possui materialidade linguageira, embora tenha materialidade ideológica (*idem*, p. 268).

Como se vê, essa concepção de interdiscurso explica por que a memória, para Pêcheux, tem a ver mais com discurso transverso e com implícito, em geral, do que com retomada de enunciados anteriores. A questão moral diz respeito ao esquecimento do autor do conceito; a partir disso se cria outra filiação, que implica sua transformação, vindo a ser uma quase variante de intertexto.

Em suma, se a relação entre o que as piadas consideradas acima dizem e o lugar de onde elas provêm é uma relação do dito com um discurso transverso, como este trabalho sustenta, então trata-se verdadeiramente de interdiscurso, na acepção proposta por Pêcheux. É que não há nenhuma relação intertextual. O que há é um caso de “isto fala/fala-se”, sem que, eventualmente se encontre vestígio desse enunciado (eventualmente se encontraria sua denegação), que só uma análise que faça trabalhar esses conceitos pode trazer à luz.

## Conclusão

O que se pretendeu mostrar é que os implícitos podem ter natureza específica, não sendo adequado subsumir todas as suas formas em termos de memória discursiva ou de pré-construído. Esse tratamento, que é comum, vai tornando tais conceitos fluidos, com o que perdem seu poder de análise.

Isso vale especialmente para distinguir os casos em que essas formas têm suporte na língua (como os pré-construídos, tipicamente materializados em nominalizações e/ou em sintagmas definidos) daqueles que demandam mais claramente uma interpretação da parte do analista, como parece ser o caso aqui considerado.

Acrescente-se que também vale a pena distinguir melhor a história de tais discursos, especialmente a dos “implícitos”. No caso em tela, a “crença” de que pobre é ladrão (alhures, de que o negro é ladrão) pertence à história de longa duração. Tese que precisa ser mais bem comprovada.

## Referências

- ACHARD, P. (1999). Memória e produção discursiva do sentido. In: Achard, P. et al. *O papel da memória*. Campinas: Editora Pontes. p. 11- 17.
- ECO, U. (1979). *Lector in fabula*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- ECO, U. (1994). *Seis passeios pelos bosques da ficção*. São Paulo: Companhia das Letras.
- FOUCAULT, M. (1969). *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- FOUCAULT, M. (1971). *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola.
- PAVEAU, M.-A. (2006). *Os pré-discursos*. Campinas: Editora Pontes.
- PAVEAU, M.-A. (2013). *Linguagem e moral. Uma ética das virtudes discursivas*. Campinas: Editora da Unicamp.
- PÊCHEUX, M. (1969). Análise automática do discurso. In: GADET, F. e HAK, T. (orgs). *Por uma análise automática do discurso*. Campinas: Editora da Unicamp. p. 61-161.

PÊCHEUX, M. (1975). *Semântica e discurso; uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp.

PÊCHEUX, M. (1990). "Leitura e memória". In: *Análise do discurso; Michel Pêcheux* (textos escolhidos por Eni Puccinelli Orlandi). Campinas: Editora Pontes. p. 141- 150.

PÊCHEUX, M. (1999) "Papel da memória". In: Achard, P. et al. *O papel da memória*. Campinas: Editora Pontes. p. 49-57.

## Anexo

**PREVENÇÃO AO TERRORISMO**

**PESSOAS SUSPEITAS**

Utilizam roupas, mochilas e bolsas destoantes das circunstâncias e do clima.

Agem de forma estranha e demonstram intenso nervosismo.

**Comunique o fato ao agente de segurança mais próximo**

Agência Brasileira de Inteligência

ABIN  
Curta esta página · 8 de julho · Editado ·

Você também pode comunicar diretamente à ABIN situações que pareçam suspeitas, pelo e-mail [prevencaoaoterrorismo@abin.gov.br](mailto:prevencaoaoterrorismo@abin.gov.br).

#ABIN #PNI #SiteDaABIN

Curta · Comente · Compartilhe

2.5 mil · Principais comentários ·

7.081 compartilhamentos · 1,5 mil comentários

Cuidado ao ver um homem vestindo paletó e se dirigindo ao Congresso Nacional, muitos parecem trabalhadores, mas não se engane com suas bolsas destoantes e intenso nervosismo.

Curta · Responder · 3.490 · 8 de julho às 23:10 · 20 Respostas · 31 min

Agência Brasileira de Inteligência descrevendo a aparência de terrorista me faz imaginar que espécie de profissionais de Inteligência eles formam. Céus, que ingenuidade! Um terrorista que se preza tem a aparência que ele quiser, ok?

Escreva um comentário...



## 8. DURAÇÕES HISTÓRICAS E SUA RELAÇÃO COM PÚBLICO E PRIVADO

Foucault pode não ser um modelo para muitos historiadores, embora seja avaliado de forma extremamente positiva por outros (por exemplo, Veyne, 1982). Para não historiadores, é ele quem apresenta de maneira clara e convincente algumas das principais características de uma certa historiografia, a chamada — para designá-la brevemente — de nova história. Com a vantagem de que a articula mais ou menos diretamente com teses da AD, pelo menos em relação a seus corpora.

Assim, para analistas do discurso que queiram ter acesso mais ou menos rápido — já que fazer história não é sua tarefa — à concepção de história que lhes deveria interessar, Foucault é um autor fundamental. Alguns de seus textos (como Foucault, 1969, 1972 e passagens de Foucault, 1971) permitem ao analista de discurso compreender adequadamente essa forma de ver os acontecimentos.

É que, se a AD pretende uma relação privilegiada com a história (e não com a psicologia, por exemplo) para explicar o surgimento e a circulação dos enunciados, cabe definir de que tipo de história se trata. Nem sempre os analistas de discurso são claros sobre a questão, mas a maior parte dos trabalhos denuncia uma concepção que é urgente discutir.

Nos trabalhos correntes, a história “faz convênio” com a AD, em geral, na exposição das condições de produção dos discursos. Tipicamente, essas condições são definidas de forma a torná-las bastante homogêneas: descreve-se um evento X, que corresponderia ao discurso Y, que dele decorreria ou que ele permitiria pôr em circulação; a tese é que, sem tal evento, tal discurso não existiria ou, pelo menos, não circularia.

Eventualmente, mencionam-se teses sobre a contradição, mas raramente se trata do interdiscurso ou da “interhistória”, isto é, dos outros discursos que convivem com o corpus analisado e dos fenômenos históricos coexistentes. Quando se quer mostrar que o

discurso Y não é mera consequência do acontecimento X, faz-se funcionar uma memória que lhe daria uma extensão temporal maior.

Apenas Courtine (1981), ao tratar da memória, quando a introduziu na AD, aborda claramente as diversas durações dos discursos, e, portanto, das memórias. Invocando-o, quero dizer que deveria ser uma tarefa dos analistas do discurso explicitar, em relação aos discursos que analisam, a qual tipo de periodização histórica eles estão relacionados. Não se pode dizer apenas que discursos feministas, por exemplo, estão associados a movimentos feministas e situá-los em torno dos anos 1960 (e, eventualmente, relacioná-los a alguns eventos anteriores, a uma memória compatível).

Seria necessário mostrar pelo menos duas coisas: que há discursos relativos à mulher que são de curta duração, em geral combatendo outros discursos e eventualmente desalojando-os, pelo menos do espaço público; e que há discursos sobre a mulher que são de longa duração (ou de duração mais longa) e que persistem, permanecem, seja na boca de homens, seja na de mulheres, mesmo das militantes mais rigorosas quanto aos aspectos de militância envolvidos.

Este trabalho, evidentemente, não tem a pretensão de ser um bom exemplo, muito menos um divisor de águas entre os correntes (a meu ver, redutores) e os futuros (com outras características), que considerariam efetivamente a história tal como é concebida e praticada pela chamada Escola dos *Annales* (para algumas informações, ver [pt.wikipedia.org/wiki/Escola\\_dos\\_Anales](http://pt.wikipedia.org/wiki/Escola_dos_Anales) ou [www.infoescola.com/historia/escola-dos-anales](http://www.infoescola.com/historia/escola-dos-anales)). Apenas pretende sugerir, mais ou menos intuitivamente, hipóteses a serem confirmadas (ou não) em eventuais trabalhos com arquivos de constituição diferente dos que até hoje se utilizam (e que critiquei), que exigem análises compatíveis.

A tomada de posição sobre a história incide radicalmente sobre a questão do corpus, como se sabe. Especificando um pouco o que foi dito nos parágrafos anteriores, usualmente, os trabalhos em AD circunscrevem seu corpus a determinados períodos e a determinadas fontes (um período relevante para certo discurso, do ponto de vista da história; e, do ponto de vista do corpus, um jornal, uma revista [ou algumas], programas de uma campanha eleitoral, um ou dois filmes ou

documentários, as charges de determinado período, fórmulas X ou Y...). Em suma, a relação da AD com a história, segundo esses trabalhos, consiste basicamente em parear os discursos e os eventos, postulando algum condicionamento, quiçá mútuo.

### **Qual história?**

A noção de acontecimento é crucial para a AD (retomo em boa medida uma resenha apresentada em Possenti [2003]). Em primeiro lugar, por sua relação com a enunciação que, quase naturalmente, é concebida como um fato que não se repete (ao contrário do enunciado). Em segundo lugar, por sua relação com a história, campo para o qual a noção de acontecimento é uma espécie de matéria prima.

Pode-se caracterizar o acontecimento como o que foge à estrutura, ou a uma rede causal. Em um sentido, ele é único (talvez inesperado, embora se explique até facilmente *a posteriori*). Traços dessa concepção podem ser encontrados em Ducrot (1972, p. 168), para quem a enunciação “é o acontecimento constituído pelo aparecimento de um enunciado. A realização de um enunciado é de fato um acontecimento histórico: é dada existência a alguma coisa que não existia antes de falar e que não existirá mais depois”. Foucault (1968, p. 23) também o define por sua relação com a enunciação:

[...] a supressão sistemática das unidades permite restituir ao enunciado sua singularidade de acontecimento; não é mais considerado simplesmente como manifestação episódica de uma significação mais profunda que ele; é tratado na sua irrupção histórica; o que se tenta observar é a incisão que constitui sua emergência. (foucault, 1968, p. 23)

Em um texto cujo projeto é mostrar que o estruturalismo não se opõe à história, mas tem com ela uma relação específica, e até produtiva, Foucault (1972, p. 290) afirma que certos métodos permitem “dar um sentido novo à noção de acontecimento”. Para exemplificar, faz referência a um estudo dos arquivos comerciais do porto de Sevilha durante o século XVI. O estudo, diz Foucault, “permite fazer emergir acontecimentos que, de outra forma, não teriam aparecido”. Na

história tradicional, diz ele, “considerava-se que os acontecimentos eram o que era conhecido, o que era visível [...] e o trabalho do historiador era buscar o seu sentido”. A história serial (no texto, essa palavra “equivale” a estrutural) permite fazer aparecer estratos de acontecimentos dos quais uns são visíveis, conhecidos até mesmo pelos contemporâneos, e, debaixo destes, outros acontecimentos, invisíveis, imperceptíveis e que são completamente diferentes. Foucault dá exemplos relativos ao estudo mencionado: a entrada e a saída de um navio são acontecimentos conhecidos e que se podem reconstituir. Mas a baixa ou o aumento dos preços é também um acontecimento. E, por baixo desses, há ainda outros, como a inversão de uma tendência, o ponto a partir do qual uma curva econômica que tinha sido crescente torna-se estável ou entra em declínio — e que pode não ser percebida pelos contemporâneos (Foucault, 1972, p. 291-92).

O autor dá outros exemplos: o crescimento populacional, o enorme crescimento da quantidade de proteínas absorvida pela população europeia no século XIX, extremamente importante para a saúde e a longevidade. Deles diz Foucault que são fatos muito mais importantes do que uma mudança de Constituição ou de uma passagem da monarquia à república (Foucault, 1972, p. 292).

Retenhamos essas últimas noções de acontecimento e tentemos imaginar o que poderiam significar para uma teoria do discurso. O acontecimento fundamental poderia deixar de ser aquele de que todos se dão conta (a publicação de uma obra, um manifesto, um editorial, um programa de governo, uma proposta de pacto etc.). Para a AD, pelo menos em suas práticas de análise, tal acontecimento seria considerado relevante na medida em que ensejasse sua retomada ou sua *repetição*, ou se já fosse uma. No entanto, além desses casos, poderíamos considerar como acontecimentos discursivos — e não apenas como reformulações ou novas enunciações do mesmo, isto é, como discursos — o estruturalismo, o feminismo, o nacionalismo etc. Seria mais claramente possível dar conta das discursividades e, especialmente, ter claro em que medida certos dispositivos e práticas fazem parte delas, já que seriam regidas pela mesma semântica (ver Maingueneau, 1984).

Seja o caso do feminismo, apenas como exemplo: é certo que algum manifesto ou congresso pode ser um grande acontecimento

discursivo, em torno do qual se organiza um arquivo (tudo o que se passa a dizer — ou se pode recuperar de datas anteriores — em revistas, jornais, simpósios, livros, entrevistas etc.). Mas há mais: por debaixo desses, ou a seu lado, surge, por exemplo, um discurso do corpo, da beleza, da sexualidade, do controle da natalidade, da saúde; e, ainda, da fidelidade, do divórcio, das alternativas sexuais; e ainda o das creches, do trabalho feminino, do assédio sexual. São fatos discursivos a respeito dos quais talvez se possa dizer, por analogia, o que Foucault afirma que se descobre, em nova chave histórica, sobre os acontecimentos que são menos visíveis. E, por consequência, até a propósito do tempo: que há “tipos de duração diferentes” (Foucault, 1972, p. 293). Por exemplo, ciclos curtos (nos quais preços sobem e descem); ciclos mais importantes (de 50 a 100 anos); depois, ainda mais embaixo, *trends* seculares, de 80 a 150 anos; finalmente, por baixo desses ciclos, as “inércias”, fenômenos que atuam por séculos e séculos (por exemplo, a tecnologia agrícola na Europa, praticamente idêntica do século XVI ao XIX). Pode-se encontrar algo assim nas discursividades, desde que se opere com outra noção de acontecimento, além da usual — um fato único, que não se repete. Para tanto, considerar a história deveria ser mais do que inserir um acontecimento em uma série; teria que significar uma verdadeira ruptura com uma história linear, e não, por exemplo, uma operação como a de Courtine (1981), que, embora recuse a história como cronologia quando teoriza, não faz mais do que narrar linearmente o que ocorre entre cristãos e comunistas de 1937 a 1970, data de sua pesquisa.

Essa noção plural de acontecimento permite romper, em primeiro lugar, com uma história que procurasse em todos os eventos um sentido (teleológico). Em segundo, com a relação discurso-enunciação como evento singular, em relação direta com os eventos. Além disso, permitiria especificar mais finamente os elementos que, em um discurso, de fato escapam aos sujeitos e aqueles de que eles têm conhecimento, conforme pertençam a uma ou a outra camada, assim como acontece com os diversos tipos de acontecimentos históricos.

Em suma, a história que Foucault descreve se caracteriza por dois traços. O primeiro é analisar diferentes durações, com ênfase nas longas:

[...] por trás da história desordenada dos governos, das guerras e da fome, desenham-se histórias quase imóveis ao olhar — histórias com suave declive: história dos caminhos marítimos, história do trigo ou das minas de ouro, história da seca e da irrigação, história da rotação das culturas, história do equilíbrio obtido pela espécie humana entre a fome e a proliferação. (foucault, 1969, p. 3)

O segundo consiste em dar maior destaque às rupturas em detrimento da continuidade, ou, mais claramente, das séries que se superpõem, como se diversas histórias acontecessem ao mesmo tempo (Foucault, 1969, p. 4). Por isso, o autor afirma que

[...] as noções fundamentais que se impõem agora não são mais as da consciência e da continuidade (com os problemas que lhes são correlatos, da liberdade e da causalidade), não são também as do signo e da estrutura. São as do acontecimento e da série, com o jogo de noções que lhes são ligadas; regularidade, casualidade, descontinuidade, dependência, transformação... (foucault, 1971, p. 56-7)

### **Alguns discursos e diversos tempos históricos**

A seguir, apresento, a título de hipótese, discursos nos quais a questão das diferentes temporalidades é relevante e não poderia estar ausente das análises.

Bons exemplos da relação entre discurso e história ligados a temporalidades diversas podem ser encontrados no campo do humor. Em Possenti (2010), tentei mostrar que textos humorísticos podem ser relacionados a diferentes periodizações, que não necessariamente se sucedem (pelo contrário, convivem): uma charge se refere a um tempo curto; uma piada, envolvendo secretárias e gerentes, a um tempo mais longo (e de certa forma datado, conforme elas datilografem ou digitem); piadas “de adultério” que envolvam nomes próprios de pessoas conhecidas funcionam relativamente ao tempo de vida ou de celebridade de tais pessoas, mas “casos” que envolvem maridos/esposas/empregadas anônimas funcionam em relação a tempos mais longos.

Na verdade, em piadas cujo tema é um “caso” entre patrões e empregadas (secretárias ou domésticas) ou entre patroas e empregados (motoristas, mas também leiteiros, encanadores etc.), certas adaptações são frequentes (observe-se que tais “casos” pululam no campo do humor e também ocorrem na literatura, tendo frequência exponencial no discurso pornográfico).

Trata-se, em um sentido, do mesmo discurso, praticamente imemorial: o da sedução de um pelo outro, ou mútua (em muitos casos, o discurso do assédio hoje poderia fazer parte da análise; observe-se, especialmente, que esse discurso é recente, e, portanto, de curtíssima duração; ver adiante). Uma leitura um pouco atenta pode mostrar que as profissões dos “subalternos” nesses tipos de relações de trabalho se diversificam, o que indicia determinados períodos históricos (nem sempre houve motoristas ou entregadores de pizza em domicílio), cuja relevância merece ser discutida: trata-se de continuidade, de periodização ou de ambos, isto é, de discursos superpostos?

Nas narrativas do *Decameron* e nos *Contos de Canterbury*, a astúcia de homens e de mulheres cria condições para o exercício da sexualidade e, ao mesmo tempo, para a violação de regras a que estão submetidos determinados grupos (freiras em conventos, seduzidas por um jardineiro, ou que o seduzem, por exemplo), mas também arranjos que permitem a consumação do ato sexual entre parceiros improváveis, segundo as normas oficiais então vigentes.

O discurso da beleza, especialmente a feminina, atravessa os tempos, por um lado, e é constantemente modificado, por outro. A *Bíblia* narra eventos diversos nos quais a beleza da mulher foi determinante. A bela e rica viúva Judite, por exemplo, valeu-se de sua beleza para seduzir Holofernes e assim poder eliminá-lo e livrar sua cidade e, em seguida, Israel, de ataques devastadores. Em diversas passagens do livro, o papel de sua beleza (e dos enfeites, joias e roupas) é destacado. Por exemplo, no cap. 16, vs. 6-9, passagem em que um sacerdote descreve e louva sua ação:

6 Seu caudilho foi derrotado, não por jovens; foi ferido, não por filhos de Titãs; vencido, não por gigantes enormes: foi Judite, filha de Merari, quem o **paralisou com a formosura de seu rosto**. 7 Despiu o seu vestido de

viúva, para consolação dos que sofriam em Israel. Ungiu o rosto com essência perfumada, 8 cingiu os cabelos com um diadema e vestiu um vestido de linho, **para o seduzir**. 9 Suas sandálias arrebataram-lhe os olhos, **sua beleza extasiou-lhe a alma**, e a espada lhe decepou a nuca. (ênfases minhas)

Outro episódio, este mais conhecido, é o da decapitação de João Batista, obtida do rei Herodes por Salomé, após dança sedutora. Pode-se fazer a hipótese de que é do mesmo discurso que se trata nas famosas (e então controversas) peças publicitárias da série “Hope ensina”, nas quais conhecidíssima modelo defende um produto atuando em peças divididas em duas cenas: uma apresenta o jeito errado, no qual ela, vestida “normalmente”, dá ao marido uma notícia desagradável (a mãe vai passar um tempo na casa, gastou muito no cartão de crédito, bateu o carro), e o jeito certo, quando ela surge em cena vestida apenas de lingerie e dá as mesmas notícias (com pequenas alterações de texto e sugestiva mudança do tom de voz). Trata-se ainda da mesma velha prática do uso da beleza para seduzir ou para obter alguma vantagem (de passagem, observe-se que os tópicos de cada peça evocam estereótipos: em uma, a presença da sogra na casa do genro; na outra, a mulher consumista que gasta o dinheiro do marido, o que é, de fato, um terceiro estereótipo, quer dizer, ainda outro discurso; na terceira, o da mulher que dirige mal).

Faço uma observação pouco documentada, mas relevante: por mais moderna e “feminista” que seja uma mulher, é raro que não se preocupe com sua beleza ou com sua apresentação (e com diversos corolários, como o envelhecimento, controlado de diversas formas, que, por si só, mereceriam estudos) e que, de alguma forma, não dê a impressão (isto é, que não enuncie tais discursos) de que compra mais do que o necessário para vestir-se e calçar-se. O tópico do calçado mereceria talvez um estudo à parte: de certas mulheres ricas e famosas, noticia-se comumente que têm em seu *closet* um número monumental de sapatos; mulheres jornalistas, apresentadoras e comentaristas, ao avaliarem o que seria excesso de endividamento das famílias, sugerem que é bom controlar o desejo de consumir, a necessidade de verificar

qual o percentual da renda que está comprometido, mas acrescentam confissões laterais sobre a dificuldade de resistir à compra de sapatos!

Um olhar um pouco atento à publicidade, especialmente em revistas femininas, mas também em encartes das revistas semanais, permite ver uma pleora de lojas (de roupas e joias), de regimes, depilações, tratamentos de beleza (penteados, maquiagem, cremes etc.). Vale observar que, nos veículos abertos, como a TV, só se anunciam métodos para depilar pernas e axilas, mas que naqueles encartes também se anunciam serviços de depilação íntima, o que indica uma espécie de paradoxo: trata-se de prática amplamente distribuída em todas as camadas sociais, mas, de alguma forma, os enunciados sobre ela ainda são objeto de circulação controlada. A razão é provavelmente que se trata de uma questão avaliada como privada. O próprio fato de que a palavra que designa a região do corpo a ser depilada seja “virilha” é forte indício favorável a esse argumento. Visitas ao tema no Google podem ser bem ilustrativas.

As ditas piadas de loira implicam simultaneamente um tempo curto (mulher ocupando espaços masculinos) e um tempo longo, pois retomam discursos sobre a falta de inteligência das mulheres (longuíssimo) e outro sobre sua capacidade de valer-se da sedução (e do sexo, efetivo ou sugerido) como recurso para obter sucesso, como Judite ou Salomé, também de longa duração, portanto.

Na absoluta maior parte dos casos, o discurso da beleza está invariavelmente ligado ao da juventude. Em suma, velhas são (ficam) feias — o exagero são as bruxas. Os recursos para preservar a beleza passam pela preservação (ou restauração) dos traços de beleza. Basta acompanhar a publicidade ou mesmo matérias (supostamente de divulgação científica) sobre novos tratamentos para dar-se conta disso (ver, no entanto, Fonseca-Silva, 2007).

Apesar da aparente inexistência de brechas nessa aliança entre juventude e beleza, um conjunto de fatores tem permitido o surgimento de outro discurso, que abreviadamente chamarei de “discurso da loba”. O “conceito” de mulher loba inclui diversos traços, alguns dos quais ligados ao campo social e ao econômico, e pelo menos um, à ciência. A mulher loba característica tem cerca de 40 anos (seria velha para o discurso dominante), é independente, autônoma e pode

tomar a iniciativa na esfera dos relacionamentos. Esses traços se opõem ao discurso dominante sobre a mulher, embora não seja monolítico: ela é financeiramente dependente (ou ganha menos), não deve tomar a iniciativa no jogo amoroso (nem “sair” no primeiro encontro), é destituída de libido, por ser velha. Assim, teria perdido a condição fundamental para uma vida sexual ativa e gratificante. Essa característica tem coloração científica. Mas vem exatamente da biologia o discurso que desmente o discurso tradicional. É claro que a mulher loba, mais do que qualquer outra, é assediada pelas técnicas de rejuvenescimento e de embelezamento que, longe de sugerirem seu recolhimento doméstico, sugerem-lhe uma vida “cheia de possibilidades”. Tal discurso é fortalecido pelo que, mais recentemente, trata da vida sexual dos idosos (na “melhor idade”), que surge como descoberta mais recente, e que, entre outros efeitos, dá volume ao discurso da mulher loba.

É raro, extremamente raro, mas não deixa de ter algum espaço um discurso que poderia ser caracterizado como “da experiência”, que valoriza as maduras em detrimento das jovens, estrelas do discurso dominante. Considere-se a conhecida música *Panela velha*, de Sérgio Reis. Aos que o criticam por namorar uma “coroa”, o narrador expõe defeitos (na esfera social: falam o que não deviam, por exemplo) das mulheres mais jovens e defende as mulheres maduras, discurso bem representado no refrão (que contém uma aforização): “Não interessa se ela é coroa/**panela velha é que faz comida boa**”. Destaque-se o leve efeito cômico, mas não se despreze essa “voz”, ou seja, esse posicionamento, relativamente comum, aliás, nos depoimentos de casais (ou separadamente, de homens e de mulheres) que avaliam positivamente a (sua) vida sexual na maturidade, com argumentos como o de que os parceiros se conhecem e conhecem melhor alguns truques etc.

Se quisermos continuar no domínio musical, podemos encontrar o outro discurso, o mais tradicional, em *Capim novo*, letra e música de Luiz Gonzaga:

Nem ovo de codorna/Catuaba ou tiborna/Não tem jeito não/Não tem jeito não/Amigo véio pra você/Tem jeito não/Amigo véio pra você/Tem jeito não, não, não/Esse negócio de dizer que/Droga nova/Muita gente diz que aprova/Mas a prática desmentiu/O doutor disse/Que o problema é psicológico/Não é nada fisiológico/Ele até me garantiu/Não se iluda

amigo véio/Vai nessa não/Essa tal de droga nova/Nunca passa de  
ilusão/Certo mesmo é/Um ditado do povo: **Pra cavalo véio/O  
remédio é capim novo.**

Compare-se, agora, mesmo que rapidamente, o discurso da “cantada” ao do “assédio”. Primeiro, sabe-se que esse último discurso é recente, uma espécie de filho do feminismo. Em segundo lugar, que assume diversas formas, o mais relevante sendo o que considera centrais as relações de poder: homens em posição de poder constroem mulheres subordinadas (eventualmente, a relação pode ser a inversa, como no conhecido filme *Assédio sexual*). O que quero destacar, no entanto, já que não estou considerando sucessões de discursos em uma cronologia, mas sua superposição e diferentes durações, é que há diversas formas de “assédio”, segundo determinadas posições sociais dos envolvidos. Pode-se considerar que a forma “clássica” (o padrão poderoso constroendo sua funcionária) convive com outras, cuja avaliação é menos unânime.

“Cantada de rua não é paquera, é assédio” é uma “pequena frase” que se pode ler no site do *Movimento mulheres em luta* e que resume outro discurso do assédio. Para esse posicionamento, qualquer manifestação masculina dirigida à mulher (mesmo que nada “séria”, como os clássicos assédios dos peões de obra quando mulheres passam na rua) é considerada assédio. Trata-se de um dos aspectos de uma interessante questão (para analistas do discurso, bem entendido): há mulheres que sustentam a tese de que cantada é assédio e mulheres que não só não veem nada de mal em serem cantadas (ouvirem “gostosa!” de operários em obras e até mesmo enunciados mais “agressivos” como “vou te passar o rodo”) como consideram que tais cantadas devem ser “curtidas”, que mulheres “no fundo” gostam de ser desejadas e que, portanto, não se trata de assédio. O discurso que “valoriza” a cantada (de ambas as partes) é certamente de mais longa duração que o de sua avaliação como assédio, estreitamente ligado aos outros discursos politicamente corretos.

No domínio das manifestações públicas, um acontecimento como a Marcha das Vadias, centrado na recusa do discurso segundo o qual as mulheres que são vítimas de estupro teriam provocado a violência por seu

comportamento, ou por suas vestimentas, é um exemplo de discurso de curta duração (no sentido de que é recente). No entanto, o discurso ao qual se opõe não só pode ser tachado de machista (homens provocados não resistem a seus instintos), como é certamente uma das manifestações de um discurso mais geral e MUITO ANTIGO que culpa as mulheres por diversos males (*cherchez la femme* — em vez de *follow the money*), a começar pelo papel atribuído a Eva na história da queda no Paraíso. Pesquisa recente do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) revelou que um número significativo de entrevistados disse concordar com a frase “mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas”, o que deixa clara a tendência de culpar a mulher nos casos de violência sexual. A vítima teria responsabilidade, seja por usar roupas provocantes, seja por não se comportar “adequadamente”. Como se pode ver, esse discurso antigo é o mesmo das declarações que levaram à existência da Marcha das Vadias. Como se sabe, a questão começa com o fato de que, em janeiro de 2011, ocorreram diversos casos de abuso sexual em mulheres na Universidade de Toronto. Um policial fez uma observação para que “as mulheres evitassem se vestir como vadias (*sluts*, no original), para não serem vítimas”. As primeiras Marchas das Vadias foram manifestações praticamente diretas contra esse tipo de declaração, isto é, contra esse tipo de discurso.

Mais um dado: “Muitos homens devem seu sucesso à primeira mulher — e a segunda mulher ao sucesso” (Jim Backus) (comentei essa e outras “grandes frases cômicas” em Possenti [2012]) retoma discursos antigos; fundamentalmente dois: homens bem-sucedidos não o seriam sem ajuda de suas esposas ou de outras auxiliares (devem seu sucesso às mulheres) e homens bem-sucedidos trocam suas esposas por mulheres mais jovens (devem a segunda mulher ao sucesso). Mulheres, por sua vez, prefeririam homens bem-sucedidos, mesmo que mais velhos, e os escolheriam por seu sucesso.

Além disso, essa frase está em relação interdiscursiva com “atrás de todo grande homem, há uma grande mulher” — considerada “séria” e reveladora de uma verdade nem sempre enunciada; e também com outra, esta de cunho humorístico, da mesma ordem que a primeira, “atrás de todo homem bem-sucedido, há uma mulher espantada”, de Maryon Pearson, cujo sentido — derivado basicamente da

caracterização da mulher, “espantada” — é que o sucesso dos homens surpreende as mulheres: elas os conhecem e não compreendem como seu sucesso foi possível!

Como último dado, analiso brevemente uma “Oração da mulher”, que vi impressa em uma camiseta em João Pessoa (impressa em forma de versos, que aqui transcrevo separando-os apenas por barras). Há nela diversos estereótipos que permitem fazer hipóteses sobre sua duração.

Querido Deus,/até agora meu dia foi bom;/não fiz fofoca,/não perdi a paciência,/não fui gananciosa, sarcástica,/rbugenta, chata e nem irônica./Controlei minha TPM,/não reclamei,/não praguejei,/não gritei,/não tive ataques de ciúmes./Não comi chocolate./Também não fiz débitos em meu/cartão de crédito (nem do meu marido)/e nem dei cheques pré-datados./Mas peço sua proteção, Senhor,/Pois estou para levantar da cama/A qualquer momento.../Amém.

A “oração” é obviamente uma peça cômica: descobre-se, no final, que a mulher ainda não levantou da cama. Isso provoca surpresa, que é o mecanismo de produção do humor. Especialmente porque se sugere que, acordada, em plena atividade, a mulher provavelmente fará tudo o que diz na oração que não fez “até agora”. É claro que, sendo uma peça cômica, não pode ser lida como uma descrição sociológica. Mas nem por isso se trata de uma peça simplesmente “falsa”. Para que o texto seja compreendido, o que é uma condição para seu funcionamento, deve ser lido como uma retomada de um conjunto de estereótipos relativos à mulher, todos bastante correntes, parte da memória social.

Mesmo que sem precisão absoluta, podem ser distinguidos estereótipos de “idade” diferente, ligados a discursos de duração diferente. Por exemplo, que a mulher é consumista e ciumenta são discursos velhos; que padece com ou controla TPM é mais recente. Além disso, as formas discursivas do estereótipo de consumista se concretizam em práticas diferentes, todas de origem bastante recente: cartão de crédito e cheque pré-datado. Que seja “fofoqueira” (ou faladeira) é uma pecha muito antiga. Que reclame, que seja sarcástica ou irônica não chegam a ser propriamente estereótipos femininos, pelo menos não do calibre de fofoqueira ou consumista, especialmente com o dinheiro “do marido”.

## Conclusão

Pretendo ter mostrado, embora de maneira quase intuitiva, que a relação entre discurso e história é mais complexa do que a usualmente estabelecida, que é do tipo “um evento, um discurso”. Essencialmente, assumi, seguindo nisso algumas referências de historiadores ou de seus comentaristas, que a periodização histórica não é linear, que períodos têm durações diversas e que convivem, isto é, se superpõem. Assinalei, com alguns exemplos, que o mesmo ocorre com os discursos.

Uma hipótese a ser mais bem desenvolvida é que discursos de longa duração estejam mais ligados à vida privada do que à vida pública. Certamente são de curta duração discursos ligados a políticas de direitos das minorias, aí incluídos, por exemplo, os que “protegem” as mulheres, como a Lei Maria Da Penha, ou as disposições jurídicas sobre assédio sexual.

Em casos como o das propagandas da série “Hope ensina”, o espaço é povoado de discursos diversos: ao discurso que combate a transformação da mulher em objeto sexual, responde o discurso da mulher dona de seu corpo; e à crítica que considera as peças machistas, responde o discurso que considera esses enunciados como prova da independência feminina — e até mesmo o de que essas propagandas mostram que é a mulher que exerce seu poder sobre o homem.

Há problemas novos demandando novas análises, que levem em conta corpora mais heterogêneos e que não simplifiquem a relação acontecimento histórico/acontecimento discursivo.

## Referências

- COURTINE, J.-J. (1981/2009). O discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: Edufscar.
- DUCROT, O. (1972). Esboço de uma teoria polifônica da enunciação. In: \_\_\_\_\_. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, p. 161- 222.
- FONSECA-SILVA, M. da C. (2007). *Poder-saber-ética nos discursos do cuidado de si e da sexualidade*. Vitória da Conquista: Edições UESB.

- FOUCAULT, M. (1968). Sobre a arqueologia das ciências; resposta ao círculo epistemológico. In: \_\_\_\_\_ et al. *Estruturalismo e teoria da linguagem*. Petrópolis: Vozes, p. 9-55.
- \_\_\_\_\_. (1969). *A Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.
- \_\_\_\_\_. (1971). *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola.
- \_\_\_\_\_. (1972). Retornar à história. In: *Ditos e escritos II*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 282-295.
- MAINGUENEAU, D. (1984). *Genèses du discours*. Bruxelles: Pierre Mardaga Editeur.
- POSSENTI, S. (2004). Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.). *Introdução à Linguística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, v. 3, p. 353-92.
- \_\_\_\_\_. (2010). Humor e acontecimento. In: \_\_\_\_\_. *Humor, língua e discurso*. São Paulo, p. 27-38.
- \_\_\_\_\_. (2012). Humor e grandes frases. In: NAVARRO, P.; POSSENTI, S. (org.). *Estudos do texto e do discurso: práticas discursivas na modernidade*. S. Carlos: Pedro e João, p. 215-32.
- VEYNE, P. (1982). Foucault revoluciona a história. In: *Como se escreve a história*. Brasília: Editora da UnB, p. 151 — 81.



## 9. SOBRESASSEVERAÇÃO E INTERPRETAÇÃO

A finalidade principal deste texto é mais apresentar um problema, quase uma provocação ou um programa de trabalho, do que fazer a análise de aspectos do discurso político, embora os fatos considerados sejam basicamente desse campo.

Uma passagem da resenha que o filósofo Renato Janine Ribeiro fez de *O príncipe*, de Maquiavel, a propósito do lançamento de nova edição, serve para colocar o leitor no âmago da questão de que este texto tratará. Ribeiro informou que “Os fins justificam os meios” aparece 16.500 vezes associada a Maquiavel no Google. Mas, acrescenta, “o curioso é que Maquiavel nunca disse isso” (Ribeiro, 2010).

Poderia incrementar essa forma de introduzir o texto lembrando que Fernando Henrique Cardoso, casualmente autor do prefácio da edição do clássico mencionado, passou anos repetindo que nunca disse “esqueçam o que escrevi”, frase que lhe foi continuamente imputada. E, ainda, que “esta terra, em se plantando, tudo dá”, uma das mais famosas passagens da *Carta de Caminha*, não consta, como tal, no referido documento.

Esses casos servem de mote para introduzir duas noções a meu ver de extrema relevância para a AD, pelos efeitos que podem produzir tanto na análise do sentido quanto na análise de outras questões, como a da autoria (especialmente em relação a um de seus traços, o da responsabilidade pelo discurso) e, portanto, da subjetividade. Tais conceitos são ainda mais relevantes se for efetivamente considerada, e creio que não pode mais deixar de sê-lo, a circulação dos discursos.

Apresentarei brevemente noções que estão expostas em Maingueneau (2006) e, em seguida, analisarei brevemente um conjunto até numeroso (para um texto como este) de dados. Nem todos os casos são da mesma natureza, como se verá, mas o fato serve também para mostrar melhor a relevância dos conceitos.

Maingueneau (2006) propõe dois conceitos que permitem explicitar características cruciais dos discursos. Em especial, como disse, se considerarmos sua circulação, e não apenas sua interpretação. Tais

características são típicas em diversos campos: são correntes na literatura e na filosofia, e muito frequentes no jornalismo, tanto no popular quanto no mais culto. Certamente, ocorrem também na esfera quotidiana, mas nenhum caso oriundo dela será considerado.

A primeira de tais características é a destacabilidade. Maingueneau constata que, em nossas sociedades, circulam, isolados ou citados fora de seu contexto, enunciados de *organização pregnante*, seja pela prosódia, seja pela sintaxe ou “retórica”, seja pela posição no interdiscurso, seja pelo sentido — em particular pela “hermenêutica” que provoca.

É especialmente relevante sua observação de que as fórmulas destacadas o são em virtude de certas propriedades (sua forma, seu sentido, seu lugar no texto ou no paratexto). Correndo o risco de parecer circular, as formas não são destacadas por mero gosto, mas por serem destacáveis, isto é, por apresentarem determinadas propriedades, das quais resulta quase uma injunção a serem destacadas.

O autor comenta, pela ordem, aspectos das máximas heroicas, que reduplicam de certa forma, pela exemplaridade, a própria figura do herói (*a coragem não espera a idade*), em especial seu caráter de certa forma paradoxal: apresentam-se ao mesmo tempo como imemoriais e como inéditas.

Comenta também as fórmulas filosóficas, enfatizando as diversas maneiras pelas quais a destacabilidade é indicada nos textos, o fato de que tais fórmulas participam de diversas dimensões do discurso filosófico (do campo, do arquivo, da rede de práticas) e analisa rapidamente alguns exemplos, mostrando, inclusive, certos efeitos de sentido decorrentes de sua descontextualização (como é o caso de “a religião é o ópio do povo”).

Em seguida, o autor apresenta outro conceito, o de sobreasseveração, que, mais tarde, de certa forma, será subsumido pelo de aforização (Maingueneau, 2012). É uma asseveração apresentada como incomum, e que, frequentemente, se caracteriza por dois aspectos: a) em virtude de um conjunto de traços, um enunciado é destacado (por exemplo, torna-se manchete ou intertítulo); b) para ocupar essa posição, é frequentemente alterado (pode ser abreviado, mas também pode ser reescrito para produzir maior “impacto”).

Um exemplo citado pelo autor é “**Olivier e Alexandra**: ‘Se a coisa não for bem entre nós, vamos contar para vocês’”, duplamente modificado: a) originalmente, não se trata de uma fala do casal, mas apenas de Olivier; b) sua declaração foi, ou, pelo menos, assim consta no texto: “Se, algum dia, a coisa não estiver bem entre nós, não vamos esconder”. Pode-se dizer que “vamos contar para vocês” é uma paráfrase de “não vamos esconder”, mas, obviamente, há outras coisas que tornam a nova versão mais “jornalística”.

As questões que merecem ser consideradas a partir desses conceitos são diversas, mas a fundamental é: “Quem é o autor da manchete?” Por um lado, seu “sentido” parece coincidir com o da declaração original; por outro, há uma alteração do texto. E seu autor não é mais Olivier, mas não se pode dizer que seja apenas o jornalista, porque a alteração que ele introduz parece ser apenas uma paráfrase.

Explicito um pouco mais os dois conceitos mencionados. A destacabilidade é uma característica de certos enunciados que tem efeitos especialmente sobre sua circulação e sobre a circulação do discurso. O conceito visa a dar conta do fato de que, nos textos, frequentemente, há enunciados que ganham, em decorrência de certas características, uma vida independente, por assim dizer, e funcionam como espécies de resumos de doutrinas ou como enunciados com força moral etc. Podem ser títulos de livros (*o existencialismo é um humanismo*), enunciados que concluem ou condensam argumentos relativamente longos (*o sertanejo é antes de tudo um forte; a religião é o ópio do povo*), que exprimem posições filosóficas, morais, políticas, teóricas (*o sujeito é assujeitado; Deus não joga dados*).

Pronunciamentos políticos são frequentemente retomados por meio de uma frase que se destacou — ou que foi destacada — por certas propriedades: seu ritmo, seu *ethos*. Editores “resumem” artigos de jornal em um “olho”, em geral polêmico; revistas e jornais publicam as frases da semana etc.

Eventualmente, tais frases não se encontram como tais nos textos, como é o caso de *nesta terra, em se plantando, tudo dá*, acima mencionada. Uma questão fundamental se põe, portanto, a partir desse fato: de quem provém o enunciado destacado, já que não foi proferido

como tal por seu autor, sendo que, no entanto, não chega a ser propriamente de responsabilidade do “destacador” que o parafraseia?

Maingueneau qualifica o “autor” de tais enunciados como “sobrasseverador” e o resultado desse processo como “sobrasseveração”. As eventuais modificações contribuem para que um enunciado se torne mais pregnante, mais destacável. O conceito de sobrasseveração captura o fato de que o texto não parece provir de uma fonte trivial, mas de uma fonte da qual supomos que provêm enunciados incomuns. Daí também o *ethos* característico que marca esses enunciados, um *ethos* que o autor qualifica de solene (do qual não vou falar aqui).

Um caso bastante ilustrativo é o “olho” que está no meio de matéria do caderno *Aliás* (ver *O Estado de S. Paulo* de 17/10/2010). Em meia página, o caderno publica entrevista com o poeta chileno Antonio Skármeta, como parte da cobertura da saga dos mineiros chilenos que foram retirados das profundezas de uma mina. O “olho”, em letras vermelhas no meio de um texto em letras pretas normais, diz: **“O norte é uma zona dura, de homens fraternais e com consciência de classe”**. Ocorre que ele é composto da junção de duas passagens das respostas de Skármeta que estão em partes bem distintas de sua entrevista.

Ao final da resposta à primeira pergunta do repórter sobre a memória de sua cidade natal, ao norte do Chile, Skármeta diz que “É uma zona dura e de homens fraternais...”. No meio da entrevista, falando de um episódio de massacre de mineradores que protestavam (creio que não é necessário explicar por que), Skármeta opina que a solidariedade entre os mineiros inclui um conteúdo político. E acrescenta: “No sentido de uma consciência de classe”. Como se vê, o olho é montado com partes das declarações do poeta que estão distantes, com leve alteração, o acréscimo de “e com”, e a eliminação de “no sentido de”. Skármeta proferiu as duas orações que, no “olho”, estão coordenadas, mas não as disse juntas, nem foi ele quem as coordenou.

Considerarei a seguir alguns fatos, bastante brevemente, como disse acima, porque pretendo apresentar um número significativo deles, com o objetivo básico de deixar claro que não se trata de fatos eventuais. Usualmente, os analistas de discurso fazem a interpretação

dos enunciados/discursos. Aqui, trata-se basicamente de desnudar alguns procedimentos dos enunciadore sobre discursos. Tais procedimentos, e seus resultados, não têm sido usualmente considerados. É nisso que reside, a meu ver, a importância dos conceitos de Maingueneau que aqui estão em questão.

As questões que se podem formular a propósito de fatos como os que serão considerados são relativamente numerosas. Uma é relativa à possibilidade (ou não) de um enunciador “submetido” a um posicionamento compreender (ou não) os enunciados proferidos segundo as regras ou a semântica de outro (ver Maingueneau, 1994). Outra diz respeito às injunções do campo ou do suporte (jornais podem não “editar” textos como editam? manchetes podem diminuir seu impacto em nome da fidelidade ao sentido dos textos que encabeçam?). Finalmente, poder-se-ia dizer que estão em jogo questões éticas, especialmente no caso do jornalismo.

Mas há ainda outras questões. Por exemplo: quais são os efeitos de tais operações discursivas para o leitor e para a sociedade (o eleitorado?), considerando que é comum que se discutam as fórmulas destacadas e não as notícias integrais, embora os jornais não necessariamente as soneguem? As polêmicas, como se pode constatar facilmente, nunca são relativas às declarações integrais dos enunciadore, mas sobre o que delas se destaca (*estou me lixando para a opinião pública; esta crise é de banqueiros brancos de olhos azuis*, por exemplo). O mesmo vale para os processos judiciais (anota Maingueneau, 2007): ninguém é processado por causa de um texto contextualizado e integralmente considerado, mas por causa de um enunciado destacado (frequentemente alterado, como Maingueneau mostra que foi o caso Jansenius, cujo livro *Augustinus* foi reduzido a seis teses que não constam nele).

Considerem-se, pois, alguns fatos.

**Gabeira sequestrou na ditadura, afirma Marta** foi a manchete de uma reportagem sobre declarações de Marta Suplicy em um evento partidário no período pré-eleitoral de 2010. A declaração completa foi (segundo o mesmo jornal): “Vocês notaram, Aloizio, que do Gabeira ninguém fala? Esse sim sequestrou. Eu não estou desrespeitando ele, ao contrário, mas ele sequestrou. Ele era o

escolhido para matar o embaixador. Ninguém fala porque o Gabeira é candidato ao governo do Rio e se aliou ao PSDB” (o tema eram as notas mais ou menos frequentes sobre o passado de Dilma Rousseff como participante da luta armada durante o período da ditadura militar) (FSP, 17/5/2010, p. A6). A manchete, como é bastante claro, destaca apenas parte do pronunciamento — mesmo sendo breve — de Marta. A título de mera hipótese, a manchete poderia ter sido “Marta respeita papel de Gabeira na luta armada”. Mas ela implicaria um posicionamento diferente por parte do jornal.

**Karla Kassab passa semanas fora. Quando volta, a filha está falando errado** é a legenda, sob a foto da referida Karla, na revista *ISTOÉ* de 5/5/2010. O texto diz: “Karla Kassab, 47 anos, diretora de cinema e mãe de uma menina de 8 anos e de uma adolescente de 16, está aprendendo a lidar com o sentimento. Seu ponto fraco é a relação com os filhos. ‘Às vezes passo semanas viajando a trabalho e quando volto percebo a falta que fiz’, explica. Algumas situações são especialmente cruéis. É comum, por exemplo, *ela ouvir palavras da filha que não pertencem ao seu vocabulário, mas sim ao das ajudantes que cuidam da criança*” (p. 81). A manchete é uma reescrita da passagem em itálico: que o vocabulário da filha seja o das ajudantes é reescrito como “a filha está falando errado”. Trata-se claramente de uma tradução discutível! O não dito no texto é um já dito do discurso: a gramática das ajudantes (eufemismo para “empregadas”) é uma gramática errada.

**Ministro recomenda sexo contra hipertensão** é uma das manchetes da FSP de 27/4/2010. O texto é: “O ministro José Gomes Temporão (Saúde) recomendou, em tom bem-humorado, que os brasileiros “façam sexo” para evitar a hipertensão”. Sugeriu também exercícios e menos sal. “Dancem, façam sexo, mantenham peso, façam atividades físicas, e, principalmente, meçam a pressão”. Nesse caso, a operação de destacamento se caracteriza por ser uma abreviação da fala do ministro, que recomenda cinco ações, das quais apenas uma — a mais “sensacional” — é destacada.

**Lula virou refém do PMDB, afirma Marina** foi a manchete da *Folha de S. Paulo* de 2/4/2010). O texto era: “A senadora defendeu um “realinhamento histórico” entre o PT e o PSDB, que polarizam a disputa pelo Planalto desde 1994”. Para ela, a falta de diálogo entre eles

leva o governo a depender de uma base parlamentar baseada no fisiologismo (...). Marina comparou a aliança PT-PMDB (...) à relação do governo Fernando Henrique Cardoso com o DEM. “O PSDB quis governar sozinho e ficou refém do DEM. E o PT quis governar sozinho e virou refém do PMDB”. O intertítulo era: *Pré-candidata do PV à Presidência critica a falta de diálogo entre PT e PSDB e defende “realinhamento histórico”*.

**Marina prega diálogo de PT e PSDB contra crise** foi a manchete de *O Estado de S. Paulo* do mesmo dia, encimando matéria sobre o mesmo fato, que inclui a mesma declaração que está na *Folha*. As diferenças são bastante notórias: a manchete da *Folha* destaca apenas a relação Lula e PMDB (esquecendo a relação FHC e PFL), enquanto a do *Estado* destaca uma proposta de Marina relativa ao que considera o comportamento desejável de dois partidos políticos. A *Folha* destaca apenas no intertítulo o que para o *Estado* é a manchete principal

Passo, a seguir, à análise rápida de alguns verbetes que se encontram em Kamel (2010). Os interessados em análise de discursos políticos têm à disposição um documento importante. Sabe-se que todos os discursos de Lula são rapidamente transcritos e postos na Internet. O jornalista Ali Kamel fez dessas falas um interessante estudo. Com auxílio de outros profissionais (pelo menos um linguista, um historiador e um analista de sistemas), organizou um dicionário (na introdução ao livro, Kamel descreve detalhadamente seu empreendimento).

O volume contém 347 verbetes, “definidos” por falas “exemplares” de Lula. Cada verbeito é seguido de subverbetes, que são uma espécie de definição sumária, **de autoria de Kamel**, pode-se dizer, lastreada em alguma declaração de Lula, da qual é uma espécie de resumo. São casos de modificação, destinados ao destacamento e à sobreasseveração, e que revela matrizes ideológicas.

Para dar uma ideia do tipo de questão que interessa analisar, seja o verbeito BUSH, que começa com uma declaração de Lula sobre o então presidente americano, supostamente a mais significativa. Um subverbeito diz “...*não deu motivos para que Lula brigasse com ele*”, que seria a tradução do seguinte trecho: “*Eu estou há três anos no Governo e não consegui brigar com o Bush, que é aquela potência; por que eu vou brigar*

*com a Bolívia? Não tem sentido*". O leitor poderá fazer sua análise e verificar se concluiria que o "resumo" de Kamel dá conta da declaração de Lula, ou seja, se tem ou não o mesmo sentido (terá "Não consegui brigar com ele" o mesmo sentido que "não deu motivo para [eu] brigar com ele"?). Alternativamente, a pergunta é: a partir de quais critérios Kamel leu a declaração de Lula?

Lendo a longa introdução de Kamel, de cerca de cem páginas, que pode ser considerada basicamente uma análise "de conteúdo", em tom marcadamente jornalístico, o que quer dizer, antes de mais nada, que é legível por muitos não especialistas em discurso político ou em retórica, descobre-se que, aqui e ali, ele deixa de ser analista para ser militante. De fato, avalia negativamente o presidente Lula, em especial em suas "traduções" dos subverbetes. Vejamos alguns exemplos no verbete CONGRESSO (em negrito, a tradução de Kamel; em itálico, os trechos da declaração de Lula mais próxima ao texto do "sobreesseverador" — entre aspas, para significar que não se trata mais de Lula, mas de Kamel).

**... se dedica ao debate enquanto o Governo trabalha.** "Eu penso que é preciso a gente fazer uma espécie de divisor, o debate no Congresso é a coisa mais legítima no desenvolvimento da democracia brasileira, mas eu tenho dito que o nosso lema é deixar *os debates acontecerem*, e o *papel do Governo, meus amigos, é trabalhar, trabalhar e trabalhar* porque o que o *povo quer mesmo é resultado*, o que ele quer mesmo é saber se, no frígir dos ovos, a sua vida vai estar melhor do que quando nós entramos no Governo". "O debate no Congresso é a coisa mais legítima ... e o papel do Governo é trabalhar, trabalhar" tornou-se "o Congresso se dedica ao debate enquanto o governo trabalha". A implicação mais óbvia é que o Congresso não trabalha; se é verdade que Lula também não disse, literalmente, que ele trabalha, disse que ele tem a função mais legítima na democracia... Kamel retomou um lugar comum: que o Congresso (o Legislativo) não trabalha.

**... deve ser cúmplice do governo, para mudar o que não funciona.** "E aí, nós temos que destravar o país, ou seja, tem muita coisa que atrapalha o país crescer, muita coisa: pequenas normas, grandes normas, leis, que precisam ser mudadas. *E só vão ser mudadas se a gente tiver a boa cumplicidade do Congresso Nacional e da sociedade brasileira*". A tradução de Kamel produz um efeito de relação

subterrânea entre Governo e Congresso, efeito que a palavra “cumplicidade” não implica, por não ter conotações necessariamente negativas (cônjuges que têm cumplicidade não são cúmplices...).

**...não teve em Lula um deputado que gostasse da atividade parlamentar.** “As pessoas podem até não gostar do Congresso Nacional, eu fui deputado quatro anos e desisti porque *não quis mais ser deputado*, mas todos nós aqui somos testemunhas de que este país era muito menos seguro e era menos gratificante quando a gente não tinha o Congresso Nacional funcionando, fechado pelo autoritarismo brasileiro”. “Não quis mais ser deputado” foi traduzida por “não gostar de ser deputado”. Não há na declaração de Lula nenhuma explicação para não querer mais ser deputado, muito menos a de que não gostava dessa atividade. Se for essa a razão para sua decisão, deve ter sido expressa e ouvida em outro lugar. Mas quem é seu autor?

**... é reflexo da sociedade brasileira.** “O Congresso Nacional é *a representação mais fiel do que representa a sociedade brasileira*, dos interesses da sociedade, dos agrupamentos existentes na sociedade”. “é a representação mais fiel” passou a ser “é o reflexo”: essa versão implica um automatismo que ‘representação fiel’ decididamente não tem. “Reflexo” é uma avaliação negativa; “representação”, uma avaliação positiva, ou realista, quiçá eufêmica...

**... sempre se acerta com o governo, basta uma boa conversa e algumas emendas.** “O Congresso Nacional tem nos ajudado. Por mais que você veja, na imprensa, briga entre o Senado e o Poder Executivo, Câmara e Poder Executivo, a verdade é que na essência o Senado e a Câmara têm votado as coisas de interesse deste país. De vez em quando, tem uma disputa política mais aguerrida, um xinga aqui, outro xinga ali, *mas uma boa conversa resolve e fica tudo acertado, vota-se, coloca-se uma emenda a mais*, isso é parte da democracia”. Nesse caso, a tradução é bastante fiel à parte de declaração retomada, mas é bastante parcial. As modificações, no entanto, são quase sempre abreviações (aumentam a destacabilidade da asseveração). Esta exclui uma passagem crucial (têm votado as coisas de interesse deste país). Assim, Kamel destaca o que indicaria uma relação mais fisiológica do que “patriótica”. Conscientemente ou não, ao sobreasseverador se atribui um já-dito (que não ocorre na fala de Lula),

um lugar comum fortemente estabelecido. Talvez se trate de um simulacro, no sentido que lhe dá Maingueneau (1994). Ou seja, trata-se de uma “tradução” do discurso de Lula efetuada a partir da semântica do discurso de Kamel.

Vejamos outros casos.

Do verbete LEIS

**... se feitas por Lula, vão pegar.** “Lamentavelmente, nós ainda somos um país onde há lei que pega e lei que não pega. E eu quero dizer para vocês que todas as leis que nós fizemos vão pegar, *porque elas têm que ser consubstanciadas num debate que envolva a sociedade brasileira*”. A mudança mais clara na tradução de Kamel é a substituição de “nós” por Lula. Leitura aceitável, mas que desconhece a tramitação das leis, pelo menos aludida na fala de Lula (debate que envolva a sociedade). Trata-se claramente da exclusão de uma parte do discurso, exatamente aquela que lhe conferiria um caráter democrático. Observe-se que Lula não se refere à tramitação no Congresso, mas a um debate da sociedade. Um adversário poderia destacar essa parte de sua fala até para caracterizar tentativas de passar por cima do Congresso, buscando apoio direto na “sociedade”. Não faltaram pronunciamentos nesse sentido, contrários ou favoráveis à estratégia, durante o governo Lula.

**...podem atrapalhar o desenvolvimento do país.** “Hoje, construir uma hidroelétrica — e aqui eu estou vendo gente que lida com isso — significa fazer um debate infinito com a área ambiental, significa você fazer um debate secular com o Ministério Público. Muitas vezes, numa cidade de cinco ou seis mil habitantes, o Ministério Público pode, em função de uma lei ou um processo qualquer, *impedir que uma obra se realize*”. O destaque é a possibilidade de o debate ambiental impedir uma obra, sendo que o verbo “impedir” foi substituído por “atrapalhar”. Outro “leitor” de Lula poderia eventualmente destacar os debates infinitos... Mas deve-se reconhecer que a fórmula de Kamel é bem mais pregnante, memorável, repetível, além de corresponder ao imaginário sobre a fala mais popular de Lula...

**...podem atrapalhar o desenvolvimento do país se não foram feitas por Lula.** “Acontece que existe uma lei, que não foi

feita por mim, proibindo os transgênicos no país. *E nós vamos ter que resolver esse problema*". Não é muito fácil encontrar conexões entre a fala de Lula selecionada por Kamel que deem suporte à tradução proposta: Lula declara que há uma lei não feita por ele que proíbe os transgênicos e acrescenta que "vamos" resolver esse problema. Kamel "entende" que Lula disse que leis não feitas por ele podem atrapalhar o desenvolvimento. Convenhamos: é necessário torcer bem o texto original para formular essa tradução... Kamel põe problemas sérios aos analistas: eles se obrigam a escolher dramaticamente entre incapacidade de ler, provável má vontade com a personagem e, por último, a hipótese de que Kamel esteja lendo Lula a partir da atribuição ao presidente de uma personalidade altamente egoíca (que se cristalizaria na expressão "nunca antes na história deste país"). Segundo a última alternativa, mesmo quando Lula não diz que "nunca antes...", devemos entender que o sentido é 'se não fui eu quem fez, é ruim'.

#### Do verbete CRISE POLÍTICA

**... deixa Lula mais forte.** "Tem pessoas que fraquejam nas crises, tem pessoas que entram em depressão em momentos difíceis. Eu, ao contrário, *fico com mais vontade de lutar*. Quando mais me batem, *mais eu tenho motivação para resistir*". Eis um exemplo de sobreasseveração que decorre de um processo de abreviação e de substituição de termos-chaves, mas da qual não se pode dizer que contenha uma "traição" ao sentido do texto original. "Fico mais forte" e "tenho mais motivações" para resistir são quase paráfrases e são quase parafrazeados por "deixa Lula mais forte", uma formulação certamente dotada das características de pregnância típicas das formas destacadas (como não seria "deixa Lula com mais vontade de lutar", cujo ritmo é menos marcante).

#### MINISTROS

**... não sabem o que dizem.** "Você tem que ver, na reunião dos ministérios, como é que estão as palavras. Agora tem "transversalidade", tem "estruturantes"! Esses dias eu *fiz um ministro traduzir e ele teve dificuldade*". A passagem de "ter dificuldade para traduzir" para "não saber o que diz" não é óbvia, mas poderia ser

considerada apenas uma versão mais forte, um pouco exagerada do texto original. Ou, alternativamente, a versão de Lula, “teve dificuldade”, é que pode ser considerada um eufemismo para ignorância. “Não sabem o que dizem” é, evidentemente, uma fórmula muito mais dotada de características para tornar-se memorável, apesar de ser uma formulação muito corrente.

Não proponho uma classificação dos critérios de “tradução”, nem mesmo em relação aos procedimentos de Kamel, que forneceu o maior número de textos. Espero, no entanto, que os comentários indiquem que há um conjunto de questões relevantes a serem consideradas. Os dados selecionados de jornais indicam orientações da mídia para leituras e debates públicos. Os selecionados de Kamel podem ser exemplos de procedimentos mais marcadamente ideológicos, vale dizer, de tradução do Outro. Eventualmente, trata-se de simulacros. Às vezes, parece tratar-se de apelo ao já dito, embora a relação com o texto comentado pareça frágil. Uma ou outra vez parece haver má vontade ou propósito claro de combater posicionamentos (tanto nos jornais quanto no livro de Kamel).

De qualquer forma, estão em causa materiais em relação aos quais a tarefa do analista não é interpretar um discurso, mobilizando os procedimentos clássicos da AD, como se fez durante muito tempo e ainda se faz por muitas razões. Trata-se de tentar desvendar razões que levam um texto a ser transformado em outro, mais ou menos fiel ao primeiro. A questão é como os textos são lidos por leitores diversos, não apenas como são lidos por analistas.

Proponho uma hipótese de trabalho, aparentemente fundada nos dados precedentes: parece haver uma diferença de tratamento entre casos como o “olho” que está no meio da entrevista de Skármeta, por um lado, as manchetes como as relativas à posição de Marina Silva e as sobreasseverações que resultam das modificações (interpretações?) de Kamel. Talvez se trate das velhas questões ideológicas, afinal.

## Referências

Kamel, A. (2010). *Dicionário Lula; um presidente exposto por suas próprias palavras*, Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.

- Ribeiro, Renato Janine (2010). “O nascimento da ética do político”. São Paulo: *O Estado de São Paulo, Sabático*, 7/8/2010, p. S7.
- Mainueneau, D. (1994). *Gênese dos discursos*. São Paulo: Parábola.
- Mainueneau, D. (2006). Citação e destacabilidade. In: *Cenas da enunciação*. São Paulo: Parábola. p. 75-92.
- Mainueneau, D. (2007). L’*enonciation aphorisant*. In: Silva, T. C. e Mello, R. (orgs). *Conferências do V Congresso Internacional da Associação Brasileira de Linguística*. Belo Horizonte: Abralín/UFMG. p. 155-163.
- Mainueneau, D. (2012). *Frases sem texto*. São Paulo: Parábola Editorial. 200p.



## 10. CENOGRAFIA, *ETHOS* E INTERLÍNGUA EM “O COBRADOR”: UMA QUESTÃO DE ESTILO

Este trabalho analisa aspectos do conto “O cobrador”, de Rubem Fonseca, com o objetivo básico de explicitar algumas de suas características, que, sem muitas justificativas, considerarei como estilísticas, para mostrar como determinados efeitos de sentido, mas também alguns relativos a características das personagens, decorrem “implicitamente” desse estilo. O que significa aceitar que os efeitos estéticos têm muito a ver com o fato de que decorrem claramente de uma forma (linguística, textual), de uma enunciação. Nos termos de Maingueneau, trata-se de uma cenografia absolutamente eficaz.

### **O corpus**

“O cobrador” é um conto de Rubem Fonseca que fecha um volume com o mesmo título. O livro contém dez contos bastante típicos dessa “fase” da obra do autor, fortemente marcada por personagens violentos e por uma linguagem crua e direta.

O texto é relativamente breve (15 páginas, na edição consultada; Fonseca, 1979) e é composto por 17 episódios sem conexão explícita entre si, exceto por poucas referências que permitem estabelecer alguma cronologia entre alguns deles. Em sua maioria, são pequenas narrativas, em boa parte de execuções e de outras ações violentas, decididas mais ou menos intempestivamente. A personagem designa-se como “cobrador” (“Sou o Cobrador!, gritou”), basicamente porque considera que a sociedade lhe deve praticamente tudo (“estão me devendo comida, buceta, cobertor, sapato, casa, automóvel, relógio, dentes; estão me devendo colégio, namorada, aparelho de som, respeito, sanduíche de mortadela no botequim da Vieira Fazenda, sorvete, bola de futebol; estão me devendo xarope, meia, cinema, filé mignon e buceta”) e, sendo assim, decidiu cobrar (“agora eu só cobro”).

Na maior parte das vezes, cobra agredindo, violentando ou eliminando pessoas que, por alguma razão, são alvos cujo ataque ou agressão ele justifica a partir de uma “ideologia”: trata-se de ricos, festeiros e exploradores, que têm acesso a bens que lhe foram completamente negados. Durante algum tempo, o Cobrador exerce sua justiça “romanticamente”, como declara no final, até conhecer Ana, que se torna sua namorada e mentora política, e que o convence a “mudar de escala”, a considerar que sua forma de vingança era ingênua (“será meu último gesto romântico”). Na nova fase, vai usar explosivos (“serão mortos por uma bomba de alto poder explosivo”) em vez de suas armas convencionais (“Adeus meu facão, adeus meu punhal, meu rifle, meu Colt Cobra, adeus minha Magnum...”), porque “matar um por um é coisa mística”, um “gesto romântico inconsequente”.

Como se verá, uma característica do conto que chama atenção (na verdade, este é um traço de muitos dos textos de Rubem Fonseca, principalmente nesse livro e nos anteriores, todos de contos) é um estilo peculiar, cujos traços fundamentais — é o que pretendo mostrar — são constitutivos da principal característica do *ethos* da personagem.

Começo citando integralmente o primeiro quadro, do qual comentarei algumas passagens, e cujas características podem ser facilmente generalizadas para todo o texto.

NA PORTA da rua uma dentadura grande, embaixo escrito Dr. Carvalho, Dentista. Na sala de espera vazia uma placa, *Espere o Doutor, ele está atendendo um cliente*. Esperei meia hora, o dente doendo, a porta se abriu e surgiu uma mulher acompanhada de um sujeito grande, uns quarenta anos, de jaleco branco.

Entreí no gabinete, sentei na cadeira, o dentista botou um guardanapo de papel no meu pescoço. Abri a boca e disse que meu dente de trás estava doendo muito. Ele olhou com um espelhinho e perguntou como é que eu tinha deixado os meus dentes ficarem naquele estado.

Só rindo. Esses caras são engraçados.

Vou ter que arrancar, ele disse, o senhor já tem poucos dentes e se não fizer um tratamento rápido vai perder todos os outros — e deu uma pancada estridente no meu dente da frente.

Uma injeção de anestesia na gengiva. Mostrou o dente na ponta do boticão: A raiz está podre, vê?, disse com pouco caso. São quatrocentos cruzeiros.

Só rindo. Não tem não, meu chapa, eu disse.

Não tem não o quê?

Não tem quatrocentos cruzeiros. Fui andando em direção à porta.

Ele bloqueou a porta com o corpo. É melhor pagar, disse. Era um homem grande, mãos grandes e pulso forte de tanto arrancar os dentes dos fodidos. E meu físico franzino encoraja as pessoas. Odeio dentistas, comerciantes, advogados, industriais, funcionários, médicos, executivos, essa canalha inteira. Todos eles estão me devendo muito. Abri o blusão, tirei o 38, e perguntei com tanta raiva que uma gota de meu cuspe bateu na cara dele, — que tal enfiar isso no teu cu? Ele ficou branco, recuou. Apontando o revólver para o peito dele comecei a aliviar meu coração: joguei tudo no chão, chutei os vidrinhos todos como se fossem bolas, eles pipocavam e explodiam na parede. Arreventar os cuspidores e motores foi mais difícil, cheguei a machucar as mãos e os pés. O dentista me olhava, várias vezes deve ter pensado em pular em cima de mim, eu queria muito que ele fizesse isso para dar um tiro naquela barriga grande cheia de merda.

Eu não pago mais nada, cansei de pagar!, gritei para ele, agora eu só cobro! Dei um tiro no joelho dele. Devia ter matado aquele filho da puta.

(p.165-166).

Observe-se que esse Dr. Alberto reaparece em *O matador*, romance de Patrícia Mello, que dialoga diretamente com *O cobrador* (Máique, herói do romance, por exemplo, padece de forte dor de dente, e é por isso que procura o Dr. Alberto, agora trabalhando em Santo Amaro, São Paulo).

### **Algumas características do Cobrador**

O Cobrador é uma personagem que exhibe alguma heterogeneidade, uma personalidade marcada por algumas contradições. É violento, impiedoso, movido a ódio, mas de um ódio que precisa ser alimentado (“quando minha cólera está diminuindo e eu perco a vontade de cobrar o que me devem eu sento na frente da televisão e em pouco tempo meu ódio volta”).

Sua relação com as mulheres é desigual. Se, por um lado, estupra uma jovem mulher (um dos quadros narra esse evento) e executa outra intempestivamente, por outro, decide não matar uma prostituta que encontra certa noite, embora a hipótese seja aventada (“— Quer que te mate? (...) Acabar com ela? (...) Fodemos. Ela agora está dormindo. Sou justo.”); cuida com algum carinho da velha em cuja casa reside e lhe aplica injeções regularmente, embora fantasie que um dia lhe dará um tiro, pois considera sua vida inútil; apaixonou-se por Ana, embora essa relação não seja apenas amorosa, já que ela lhe mostrará que deve executar em grande escala.

Não reage com violência quando pede a “um crioulo”, após o jogo de futebol na praia, que lhe deixe ver as manchetes do jornal (“Se tu quer ler o jornal por que não compra? Não me chateio ... Digo, tá, não vamos brigar por isso.”). Além de mostrar alguns sentimentos “positivos”, seu ódio é claramente seletivo.

Mas alguns traços são dominantes (as ênfases nos trechos citados são minhas):

a) *é movido a ódio*

O Cobrador é movido por um ódio permanente. Se, por alguma razão, não está odiando, toma atitudes que lhe devolvam tal sentimento: “Odeio dentistas, comerciantes, advogados, industriais, funcionários, médicos, executivos, essa canalha inteira”, “o barulhinho das moedas me irrita”, “me irritam esses sujeitos de Mercedes”, “a buzina do carro também me *aporrinha*”, “fico na frente da televisão para aumentar o meu *ódio*”, “em pouco tempo meu *ódio* volta”, “quando não se tem dinheiro/é bom ter músculos/e *ódio*”, “senti o *ódio* inundando os meus ouvidos”, “odeio executivos”, “meu *ódio* estava sendo desperdiçado”.

b) *vê tudo hiperbolicamente (epicamente?)*

Numerosas passagens mostram que o Cobrador faz tudo em excesso, avalia hiperbolicamente e, em certo sentido, epicamente, os acontecimentos, o que o assemelha a um herói: “Encostei o revólver na têmpora dela e fiz ali um *buraco de mina*”, “Ergui alto o *alfange*...”, “...dei um uivo comprido e forte, para que *todos* os bichos *tremessem* e *sáíssem* da frente. Onde eu passo o asfalto derrete”, “*A multidão* vem rolando como uma lagarta *enorme*”, “os pneus *sibilando* no asfalto”,

“meu *arsenal...*”, “com o silenciador, parecia um *canhão*”, “vou jogar futebol no aterro. *Três* horas seguidas, minhas pernas todas *escalavradas* das porradas que levei, o dedão do pé direito inchado, talvez *quebrado*”.

c) *fisicamente, é um anti-herói*

O Cobrador é fisicamente frágil (ou assim parece), pequeno, cheio de feridas: “meu físico *franzino* encoraja as pessoas”, “meu corpo todo tem *cicatrices*, até meu pau está cheio de *cicatrices*”.

d) *é rápido, decidido*

Essa é certamente sua característica mais marcante, e ela é compatível com os outros traços, exceto com o de fragilidade física, que, no entanto, tem explicação. Vejamos alguns exemplos.

O final do quarto episódio, quando o Cobrador vai a um muambeiro buscar a arma que tinha encomendado, é uma amostra bem clara de seu comportamento, de seu *ethos* e do ritmo do texto, compatível com tal *ethos*. Depois de receber a pistola, pede também um rádio de pilha.

O muambeiro voltou com um rádio de pilha. É japonês, ele disse.

Liga para eu ouvir o som.

Ele ligou.

Mais alto, eu pedi.

Ele aumentou o volume.

Puf. Acho que ele morreu logo no primeiro tiro. Dei mais dois tiros só para ouvir puf, puf. (p. 168)

Pode-se dizer, assim, que o Cobrador se caracteriza por um *ethos* de homem *decidido* e *violento*. O traço de decisão inclui o da *rapidez*, tanto para decidir quanto para agir. Diversas passagens do conto o mostram. Acima, vimos como esse caráter se manifesta na execução do muambeiro. Nada indica, até o primeiro “puf”, que o Cobrador o matará. A ação é surpreendente. Mas, aos poucos, fica claro que esse comportamento é típico. Outra cena bem característica ocorre no episódio 8, que narra uma execução dupla, anunciada no final do quadro 5.

Com o facão vou cortar a cabeça de alguém num golpe só. Vi no cinema, num desses países asiáticos, ainda no tempo dos ingleses, um ritual que

consistia em cortar a cabeça de um animal, creio que um búfalo, num golpe único. Os oficiais ingleses presidiam a cerimônia com um ar de enfado, mas os decapitadores eram verdadeiros artistas. Um golpe seco e a cabeça do animal rolava, o sangue esguichando. (p. 169)

O Cobrador levou para uma praia deserta, para essa execução especial, um casal que escolheu na saída de uma festa. O marido tenta dissuadi-lo argumentando que não lhe fizeram nada, e, em seguida, informando que a mulher está grávida. O trecho que se segue é “Olhei a barriga da mulher esguia e decidi ser misericordioso e disse, puf, em cima de onde achava que era o umbigo dela, desencarnei logo o feto. A mulher caiu emborcada (p. 172)”, no qual sobressai a rapidez, tanto da decisão quanto da ação.

No episódio 14, seu alvo é um executivo que acaba de sair de uma casa de massagem e que tenta enganá-lo (dizendo que é de outra cidade) e, depois, comovê-lo (dizendo que tem mulher e três filhos). De novo, o Cobrador é rápido: “Que é isso? Um desculpa, uma senha, habeas-corpus, salvo-conduto? Mando parar o carro. Puf, puf, puf, um tiro para cada filho, no peito. O da mulher na cabeça, puf (p. 178)”.

Esse mesmo traço de caráter aparece no episódio em que vai a Teresópolis com Ana. O Cobrador pede para dirigir, para em um restaurante (onde Ana come voraz e *rapidamente*). Ele decide *repentinamente* voltar ao Rio:

Ela acaba de comer. E agora? Agora vamos voltar, eu digo, e descemos a serra, eu dirigindo como um raio, ela me olhando. (...) Paro na rua Visconde de Maranguape. É aqui que você mora? Saio sem dizer nada. Ela sai atrás: Vou te ver de novo? Entro e enquanto vou subindo as escadas ouço o barulho do carro partindo. (p. 177)

Além das passagens em que a rapidez é narrada, descrita, explicitada, ou em que as decisões são de certa forma inesperadas e instantâneas, o que seria suficiente para construir o *ethos* da personagem, há outros elementos no texto que, de forma ainda mais significativa, concorrem para essa caracterização. Trata-se do próprio *estilo* do texto, telegráfico, por um lado, e cheio de elipses e implícitos, por outro. Considere-se o final do último trecho citado.

Paro na rua Visconde de Maranguape. É aqui que você mora? Saio sem dizer nada. (p. 177)

É uma sequência de três orações. A única “informação” clara é que se trata de três eventos que ocorrem na sequência em que são apresentados no texto. Mas os “espaços” coesivos ou a explicitação do ato de fala, usualmente esperados, são “apagados”. Infere-se que a pergunta é feita por Ana, para o que há alguns indícios (ele entra no prédio e o carro parte). Mas ele não responde (o que seria característico de uma fala “normal”). Esse tipo de “corte” confere aceleração ao texto, plenamente compatível com o *ethos* da personagem. Corte semelhante ocorre em seguida: ele não responde também à outra pergunta de Ana (“vou te ver de novo?”).

Esse traço caracteriza muitas passagens. Vejamos algumas. O início do conto é alucinante. Em poucas linhas, o leitor é levado da rua ao gabinete do dentista. E pode ler uma descrição de ambos, embora sumária. Mais: na rua há informações sobre a localização de um consultório e o nome do dentista. Não se diz nada sobre a decisão do Cobrador de entrar, se sua entrada se dá por uma escada ou elevador. A primeira oração não contém nenhum verbo. É absolutamente telegráfica, característica que se mantém na sequência. No entanto, o volume de “informações” é grande.

NA PORTA da rua uma dentadura grande, embaixo escrito Dr. Carvalho, Dentista. Na sala de espera vazia uma placa, *Espere o Doutor, ele está atendendo um cliente*. Esperei meia hora, o dente doendo, a porta se abriu e surgiu uma mulher acompanhada de um sujeito grande, uns quarenta anos, de jaleco branco. (p. 165)

A mesma velocidade se mantém no parágrafo seguinte, como o leitor pode facilmente verificar. Mas, certamente, a passagem que melhor se caracteriza por esse traço é a que narra elipticamente a operação de extração do dente. Além disso, o texto não faz nenhuma transição entre o comentário do dentista sobre a raiz do dente e a informação que em seguida dá ao paciente sobre o custo da operação. Observe-se, além disso, que a fala em discurso direto aparece na sequência, sem travessão ou parágrafo:

Uma injeção de anestesia na gengiva. Mostrou o dente na ponta do boticão: A raiz está podre, vê?, disse com pouco caso. São quatrocentos cruzeiros. (p. 165)

Se a ausência de “informações” acelera o texto, tal aceleração é também caracterizada pela ausência de uma pontuação canônica. Há várias passagens assim, mas a mais marcante é certamente:

Dessa vez, enquanto o facão fazia seu *curto percurso mutilante zunindo fendendo* o ar, eu sabia que ia conseguir o que queria. (p. 173, ênfase minha)

Se houvesse uma vírgula entre *zunindo* e *fendendo*, conforme instrução de qualquer gramática ou manual, o percurso do facão ficaria como que interrompido, não seria tão mutilante, não fenderia o ar com suficiente velocidade para permitir que o objetivo do Cobrador fosse alcançado. O texto não só informa, ele mostra.

Acrescente-se que a grande mudança operada em sua posição (política?) também é apenas comunicada brevemente, aos trancos, sugerindo as etapas do processo:

Meu ódio agora é diferente. Tenho uma missão. Sempre tive uma missão e não sabia. Agora sei. Ana me ajudou a ver. (p. 181)

Nenhum argumento, nenhuma exposição da doutrinação política. Imagine-se esse processo narrado por Proust ou por Thomas Mann...

## **Alguns conceitos**

### *a) Cenografia*

Em vários trabalhos, Maingueneau (cf., p. ex., Maingueneau, 2006) propõe organizar a cena enunciativa em três (ou quatro) dimensões: cena englobante, cena genérica e cenografia (eventualmente, também uma cena validada). A **cena englobante** corresponde ao tipo de discurso, a seu estatuto pragmático. Não é suficiente para especificar as atividades discursivas nas quais os sujeitos se encontram engajados, diz o autor. Estes se veem confrontados com *gêneros de discurso*

particulares, com rituais sócio-linguageiros que caracterizam as **cenias genéricas**. Eles implicam contextos específicos: papéis, circunstâncias (em particular, um modo de inscrição no espaço e no tempo), um suporte material, uma finalidade etc. Cada gênero de discurso define o papel de seus participantes: um panfleto eleitoral implica um “candidato” dirigindo-se a “eleitores”; uma aula implica um professor dirigindo-se a alunos etc.

Em muitos casos, a cena de enunciação reduz-se a essas duas cenas. Mas, frequentemente, outra cena pode intervir, a **cenografia**, que não é imposta pelo tipo ou pelo gênero de discurso, “mas é instituída pelo próprio discurso”. A escolha da cenografia não é indiferente ou sem efeito, já que o discurso, desenrolando-se a partir de uma cenografia específica, “pretende ser eficaz instituindo a própria cena de enunciação que o legitima”. O discurso impõe sua cenografia, de algum modo, desde o início; mas, por outro lado, “é por intermédio de sua própria enunciação que ele poderá legitimar a cenografia que impõe”, ressalta Maingueneau (*passim*).

Para desempenhar plenamente seu papel, a cenografia não pode ser concebida como um simples quadro, como se o discurso viesse ocupar o interior de um espaço já construído e independente desse discurso: “a enunciação, ao se desenvolver, esforça-se por instituir progressivamente seu próprio dispositivo de fala”. Ela implica, portanto, um processo de “enlaçamento paradoxal”. Desde sua emergência, a palavra supõe determinada situação de enunciação, que, de fato, é validada progressivamente por meio da própria enunciação. Assim, a cenografia é, ao mesmo tempo, “origem e produto do discurso” (*passim*). Ela legitima um enunciado que, retroativamente, deve legitimá-la e fazer com que **essa cenografia da qual se origina a palavra seja precisamente a cenografia requerida por tal discurso**. Quanto mais o coenunciador avança no texto, mais deve se persuadir de que aquela cenografia, e nenhuma outra, é a que corresponde ao mundo configurado pelo discurso.

A cenografia de “O cobrador” é extremamente eficaz para a produção de um conjunto de efeitos. Por exemplo, a disposição da narrativa em 17 episódios cuja ordem não é especificada deixa em suspenso qualquer datação dos episódios (exceto uns poucos). Não se

fica sabendo quanto tempo decorre entre a ida ao dentista e a “conversão” política, por exemplo. No entanto, a diversidade dos episódios e a celeridade de cada uma das ações produz como efeito uma sensação de rapidez. Se Calvino (1988) conhecesse essa obra, talvez a citasse como exemplo de rapidez (“um dos valores da literatura que me são caros”, p. 11), embora certamente não se trate de um exemplo de leveza, outra das características que ele destaca.

O traço mais relevante dessa cenografia é o ritmo alucinante do texto, e ele é decisivo para a construção do *ethos* da personagem central.

#### b) *Ethos*

Maingueneau propõe uma concepção discursiva de *ethos*, que faz derivar, em primeiro lugar, da semântica global de uma FD (especialmente em Maingueneau, 1984). Em outros trabalhos, associa-o à cenografia, lugar da materialização do discurso. Assim, além de insistir em uma concepção discursiva, apresenta análises não necessariamente associadas a formações discursivas ou posicionamentos. Por exemplo, em Maingueneau (1996) afirma: "Sem reduzi-la à eloquência jurídica ou à oralidade, propomos que todo o discurso, mesmo se o nega, tem uma **vocalidade** específica, que lhe permite remetê-la a uma fonte enunciativa" (p. 80; grifo no original). Acrescenta que "a leitura faz emergir assim uma origem enunciativa, uma instância subjetiva encarnada, que exerce o papel de fiador da fala" (p. 80). A esse fiador, "cuja figura o leitor deve construir a partir de indícios textuais de ordem diversa, se atribuem assim um **caráter** e uma **corporalidade**, cujo grau de precisão varia conforme os textos" (p. 81; grifos do original). Implica, assim, "uma certa política tácita do corpo, apreendida através de um comportamento global" (p. 81). Em princípio, não é possível dissociar a organização dos conteúdos de um discurso de sua cena de enunciação (p. 82).

Sua breve análise de personagens do *Dom Quixote* expõe, por um lado, a *secura* de D. Quixote, tanto corporal (seco de carnes, enxuto de rosto) quanto de hábitos (dormir pouco e ler muito lhe secou o cérebro), que são próprios da teoria hipocrática dos humores então vigente (esse é também um exemplo de como um *ethos* se valida). Ao

contrário, Sancho Pança apresenta um corpo gordo e preocupação constante com comida. A esses *ethes* correspondem, diz Maingueneau, modos de gestão do discurso: D. Quixote é o homem dos enunciados longos e obscuros, das "razões intrincadas" das novelas de cavalaria, enquanto Sancho é o homem dos enunciados elementares, dos provérbios. Mas ambos enunciam mediante a repetição: um, das novelas, outro, dos ditos populares.

Em Maingueneau (1998), o autor analisa textos do campo publicitário, como a seguinte propaganda do whisky Jack Daniel's

Richard McGee levanta-se muito antes do amanhecer. No frescor e no silêncio das manhãs do Tennessee, ele roda os pesados barris de Jack Daniel's através dos armazéns de envelhecimento. Lentamente; no seu ritmo; sempre o mesmo. Na destilaria Jack Daniel's, nunca fazemos nada com pressa (p. 39).

da qual diz que "a própria enunciação encarna essa lentidão", na medida em que tanto afirma que "nunca fazemos nada às pressas", quanto o próprio texto produz "frases de segmentação lentificada (lentamente; no seu ritmo; sempre o mesmo), que faz progredir suas frases como se fossem pesados barris" (p. 97).

O exemplo acima permite uma analogia direta com a cenografia do conto analisado e com o *ethos* do Cobrador. O texto da propaganda "reproduz" o ritmo que descreve o trabalho lento de Richard McGee. Um dos efeitos do texto de "O cobrador" é que o corpo "físico" da personagem (como foi descrito) nada tem a ver com a *corporalidade* do herói que produz fatos de forma decidida, violenta e eficaz. Se seu corpo físico é compatível com o de um homem amesquinhado, desprezado, mal alimentado, seu corpo discursivo é de outra natureza. O texto que narra as ações desse cobrador que se vinga projeta a corporalidade de um quase-herói, acima da lei, decidido, incansável, dedicado a seu trabalho, dono de um arsenal que maneja destramente e que se torna objeto de amor, desejo e cumplicidade de uma mulher inteligente, bonita, sensual, saudável e rica.

A decisão — nada o detém, nada impede suas ações, nem as regras morais nem os riscos previsíveis — é seu traço "moral" mais evidente. Essa característica, o texto a expressa pelo seu ritmo "veloz".

O tom do texto e seu ritmo são, assim, os traços que melhor expressam essas duas características. Mas o conjunto inteiro vai na mesma direção. Diversas ações da personagem (assassinatos, encontros amorosos, passeios, os cuidados do Cobrador com sua anfitriã, um longo jogo de futebol na praia e um bom número de execuções), tudo é narrado em poucas páginas.

### c) *Interlíngua*

A ideia básica da noção de interlíngua, proposta por Maingueneau (1995, 2005) especificamente para dar conta de aspectos da obra literária, é que um autor não escreve numa língua materna, entendida como a língua de um país. De fato, ele inscreve sua obra em uma língua que é a língua da própria obra, criada por ela e que é sua própria garantia. Esse fato fica particularmente claro em algumas obras, mas ocorre em todas. Há escritores que não escrevem em sua língua materna, mas na de outro país. Há escritores que escrevem no interior de uma heteroglossia que sua obra leva em conta, mas que certamente não reproduz. Há escritores que de certa forma inventam uma língua (Joyce, Guimarães Rosa, mas também muitos poetas, como João Cabral de Melo Neto, ou os concretistas). Que não se diga que os parnasianos escreviam simplesmente em português ou que a língua portuguesa em algum momento tenha sido a de Vieira!

Interlínguas são associadas a escolas, a estilos, eventualmente a autores. O velho conceito de recriação fica mais claro, especialmente na medida em que não se trata de opções pessoais, de desvios psicologicamente explicáveis, como para a estilística clássica.

Considerem-se algumas das passagens de “O cobrador” dentre as transcritas acima. Por exemplo:

Entrei no gabinete, sentei na cadeira, o dentista botou um guardanapo de papel no meu pescoço. Abri a boca e disse que meu dente de trás estava doendo muito. Ele olhou com um espelhinho e perguntou como é que eu tinha deixado os meus dentes ficarem naquele estado.

Uma injeção de anestesia na gengiva. Mostrou o dente na ponta do boticão: A raiz está podre, vê?, disse com pouco caso. São quatrocentos cruzeiros. (p. 165)

“Uma injeção de anestesia na gengiva” não é uma oração prototípica. A narração do evento que começa com a injeção e termina com o dente sendo mostrado na ponta do boticão não é uma forma canônica de narrar esse evento. A sequência “entrei no gabinete, sentei na cadeira, o dentista botou um guardanapo no meu pescoço” incluiria usualmente — isto é, fora do texto literário — mais detalhes, e, previsivelmente, teria um ritmo diverso (com mais pontos finais, por exemplo). Digamos, em uma palavra, que isso não é português, é “fonsequês” (na verdade, nem é fonsequês, mas apenas o fonsequês desse conto e de alguns outros da mesma fase), assim como é da *linguagem tabelio*, e não de Machado de Assis, a regência

Rubião é sócio do marido de Sofia em uma casa de importação à *rua da Alfândega* sob a firma Palha & Cia. (p. 131)

que aparece em seus textos quando o narrador ou uma personagem alude a essa linguagem burocrática (cf. Câmara Jr., 1979).

#### d) *Estilo*

Entenderei por estilo, seguindo Granger (1968), a relação entre forma e conteúdo. É uma definição que evita psicologismos e mesmo sociologismos, para fixar-se na relação recíproca entre significante e significado, insistindo em sua interdependência, o que quer dizer, basicamente, que o estilo não é uma questão pessoal, uma escolha (embora seja uma questão empírica verificar se há ou não escritas pessoais); que não há duas maneiras de expressar o *mesmo* sentido (ou: que o efeito de sentido jamais é o mesmo se as formas “semióticas” concretas forem diversas) e que, portanto, uma formulação nunca é sinônima exata de outra, considerado o conjunto dos efeitos que dela decorrem.

Não está descartado que determinados aspectos da interlíngua — do estilo — caracterizem uma escola ou mesmo um gênero etc. *Papers*, procurações ou escrituras nunca são, exatamente, português ou inglês. A propósito, considere-se a análise que Maingueneau (2002) faz de documentos de Instituições Internacionais, da qual vale destacar que “esses textos, na verdade, não se desenvolvem na compacidade de *uma*

língua, mas através de uma ‘interlíngua’, um espaço de confronto entre as variedades linguageiras: variedades internas (...) ou variedades externas” (p. 141; grifo do autor).

Parece óbvio que a relação entre interlíngua e estilo é estreita. Trata-se dos recursos por meio dos quais um autor se inscreve em uma escola (realista, parnasiana, simbolista, concretista, moderna...) ou em um campo ou faz com que sua obra venha a ser considerada peculiar, única etc.

A característica principal do que se pode chamar de estilo do conto em análise é sua “rapidez”. Outros traços se tornam mais claros a partir da noção de interlíngua: a mistura de “alto” e “baixo”, por um lado, e, por outro, uma sintaxe que se distancia claramente da norma linguística. Destaque-se também a forma peculiar de introduzir o discurso citado, especialmente o direto: poucos verbos *dicendi* e quase total ausência de travessões e de separações em parágrafo, o que contribui marcadamente para o efeito de rapidez.

### **Considerações finais**

Creio ter mostrado que a materialidade do texto de “O cobrador” é bem particular e que é um conjunto de peculiaridades convergentes que produz os mais evidentes efeitos de sentido do conto. Em especial, que aquilo que o Cobrador diz de si é “confirmado” pelo modo como suas ações são narradas. Mais especificamente, que seu *ethos* decidido está estreitamente ligado à velocidade que o texto imprime às ações e descrições. O texto descreve e narra apenas o que é mais saliente nos cenários e os picos culminantes das ações. Esse estilo telegráfico — cinematográfico — põe em cena uma personagem que age e que o faz de forma alucinante.

### **Referências**

CALVINO, I. (1988). *Seis propostas para o próximo milênio*. São Paulo: Companhia das Letras.

- CÂMARA JR., J. M. (1979). Um caso de regência. In: *Ensaio machadianos*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, p. 145-173.
- FONSECA, Rubem. (1979). O cobrador. In: *O cobrador*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- GRANGER, G.-G. (1968). *Filosofia do estilo*. São Paulo: Perspectiva-Edusp.
- MAINGUENEAU, D. (1984). *Genèses du discours*. Bruxelles: Pierre Margada.
- MAINGUENEAU, D. (1995). *O contexto da obra literária*. São Paulo: Martins Fontes.
- MAINGUENEAU, D. (1996). El *ethos* y la voz de lo escrito. In: *Versión*, 6. México: Universidad Autónoma Metropolitana-Xochimilco, p.79-92.
- MAINGUENEAU, D. (1988). *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez.
- MAINGUENEAU, D. (2006). O discurso das Organizações Internacionais: um discurso constituinte? In: *Cenas da enunciação*. Curitiba: Criar Edições, p.132-145.
- MAINGUENEAU, D. (2005). *O discurso literário*. São Paulo: Contexto.
- MAINGUENEAU, D. (2006). Cenografia epistolar e debate público. In: *Cenas da enunciação*. Curitiba: Criar Edições, p.112-131.



# 11. TEORIAS DE TEXTO E DE DISCURSO: INCONCILIÁVEIS?

## Introdução

Preciso começar este texto com duas notas quase pessoais, e bem diferentes entre si. A primeira é que tenho um gosto pelas polêmicas (embora o cultive menos do que gostaria). Já disse a amigos que, se pudesse, viveria delas. Ou seja, gastaria de bom grado meu tempo debatendo dados, análises, argumentos. De certa forma, exercito esse meu gosto nas colunas que escrevo há uma dúzia de anos na imprensa, primeiro em um jornal do interior paulista (Jundiaí), depois em mídias eletrônicas. Mas essas polêmicas privilegiam “interlocutores” da própria mídia — jornalistas, colunistas, intelectuais diversos e políticos que decidem pronunciar-se sobre questões de língua. É “contra” eles que a maioria de minhas colunas é produzida. Se tomam conhecimento delas, fazem de conta que não as leram. Só uma ou duas vezes escrevi claramente sobre leituras de textos de minha autoria feitas na Academia. Mas creio que posso dizer que quase tudo o que escrevi era motivado por essa espécie de sanha de debater com alguém.

A segunda nota é sobre a inexistência de debates na Academia brasileira, de forma que tenho que alimentar meu gosto lendo o que ocorre em outros países. Há pouco tempo, escrevi um prefácio um pouco em desacordo com as regras do gênero (pelo menos entre nós). Estas, aparentemente, obrigam a elogiar e, quando se trata de coletâneas, a fazer um resumo de cada texto, como para ensinar a ler o livro. Fui mais ou menos execrado, pelo que sei. A consequência mais óbvia dessa quebra das regras, dessa pequena heresia (eu dizia que o livro era bom, mas indicava uma direção dissonante em relação a teses fundadoras do campo, e que cumpria esperar para ver se a tendência se afirmaria ou não) foi a diminuição de convites para bancas e outras participações similares em determinados espaços. Mas não houve uma resposta escrita, nem mesmo uma conversa direta.

Um dos corolários desse estado da questão é que as resenhas são sempre amigáveis, feitas por alguém do grupo. Acrescento imediatamente que considero as resenhas “de dentro” fundamentais, porque penso que é verdade que só assim estão dadas as condições para uma leitura adequada do texto resenhado (as teorias sobre a relevância da ideologia para o “progresso” do conhecimento explicam esse fato [ver Löwy 2003, especialmente o capítulo sobre o marxismo]). Mas fazem falta as resenhas “de fora”, as que explicitariam possíveis limites das obras, eventualmente, seus problemas ou defeitos, ou, mais amplamente, alternativas de análise.

### **Um motor?**

Dascal (1994) defende que o “avanço” da ciência se deve às controvérsias. Constata o fracasso da epistemologia lógico-positivista, tanto em suas vertentes normativas (as que ditam comportamentos aos cientistas — quer sejam indutivistas, quer sejam dedutivistas, quer estejam entre os que acreditam que devem testar duramente suas hipóteses ou mesmo ser persistentes diante do falseamento delas) quanto nas descritivas (que pretendem dizer como a ciência “avança” pela análise de sua história). Segundo ele, nenhuma dessas propostas tem espaço para a consideração do papel das controvérsias, que, a seu ver, são o verdadeiro motor da ciência.

Apresenta duas teses gerais sobre as controvérsias: (I) As controvérsias são indispensáveis para a formação, evolução e avaliação das teorias; (II) A pesquisa das controvérsias é indispensável para uma descrição adequada da história e da práxis das ciências.

Distingue, num terceiro passo, no interior do fato empírico “discurso polêmico”, as **discussões**, as **disputas** e as **controvérsias**. Caracteriza as primeiras como polêmicas cujo tema é bem circunscrito. Os participantes da discussão tendem a reconhecer que o problema é um erro relativo a algum conceito ou procedimento. Discussões permitem soluções. Uma disputa envolve, além de problemas ou procedimentos, diferenças de atitudes, sentimentos ou preferências. Não há procedimentos mutuamente aceitos para decidi-las; ou seja, elas não têm soluções. As controvérsias estão em posição intermediária entre as duas

anteriores. Podem começar com um problema específico, mas logo se expandem para outros e revelam divergências profundas. Envolvem preferências, mas não se reduzem a elas. A eventual resolução pode consistir no reconhecimento de que se acumularam mais argumentos ou dados em favor de uma posição do que de outra. Um dos efeitos é que ambas as posições podem resultar em parte modificadas.

As principais características das controvérsias são: a) não se confinam aos problemas iniciais; b) os contendores questionam os fundamentos da posição contrária, sejam factuais, sejam metodológicos, sejam conceituais; c) os contendores discutem os procedimentos hermenêuticos dos adversários; d) são abertas, ou seja, não se sabe onde vão desembocar; e) encerram-se sem “fechar” a questão; f) sua abertura não implica anarquia, ou seja, nelas não há vale-tudo (Dascal 1994, *passim*).

Minha experiência de análise de um debate (apelo para essa palavra para não tomar posição em relação ao enquadramento do caso na tipologia de Dascal) deixou a seguinte impressão: que as posições dos contendores são mais facilmente modificáveis a partir dos dados. Mostrar outros dados e/ou que os dados que sustentam uma posição foram mal coletados enfraquece posições ou leva contendores a admitir problemas em seus trabalhos mais comumente do que apresentar argumentos metafísicos ou ideológicos contrários.

Talvez valha a pena mencionar a posição de Maingueneau (1984/2008) sobre as polêmicas. Ele analisa o embate entre duas formações discursivas (que depois chamaria de posicionamentos) religiosas no espaço do cristianismo devoto. Sua tese é que a polêmica é regida pela semântica de cada FD, de forma que os contendores não se “entendem”. Segundo ele, a polêmica é regida pelo que chama de “interincompreensão regrada”, que não implica nem desonestidade intelectual nem deficiências cognitivas, mas decorre do fato de que cada contendor lê o outro a partir de sua semântica, do que deriva que os adversários nunca se “compreendem”. É o verdadeiro diálogo de surdos. Maingueneau compara a interincompreensão à incomensurabilidade que haveria entre paradigmas e ressalta uma diferença: no caso de teorias opostas, é possível que a controvérsia seja resolvida em favor de uma (pelos dados, eventualmente); no caso das

polêmicas ideológicas, não há um juiz exterior e acima das duas posições que possa definir vitoriosos. Quando alguém “vence”, os motivos são outros: um grupo desaparece, por exemplo, e o que a história pode fazer é explicar o fato. É exatamente o caso dos jansenistas, um dos polos da polêmica que Maingueneau analisa.

## **Um debate surdo**

Meu objetivo, neste trabalho, é apresentar bastante informalmente (por isso não trato de estudos específicos e, portanto, não há citação de nenhum trabalho; se o fizesse, talvez criasse mais problemas do que imagino criar por ora) as questões teóricas (e algumas empíricas) centrais que dividem as teorias de texto e as de discurso. Meu argumento — nada novo — é que elas não são equivalentes, nem complementares, e que não são simplesmente duas maneiras de fazer a mesma coisa. Eventualmente, trata-se de explicações concorrentes para os mesmos fatos. Mas, em geral, mais do que isso, trata-se de teorias, ou de conjuntos de teorias, que funcionam paralelamente, sem intercâmbio e mesmo sem debate. Essa característica não deixa de ser curiosa, porque pode dar a entender que não há interesse em resolver de fato determinados problemas, mas apenas em que as duas comunidades discursivas sobrevivam, cada uma resolvendo a sua maneira os problemas que formula para si e nos seus termos. O “sonho” deste texto é que, por alguma razão, passe a haver um debate sobre as diferentes soluções para problemas semelhantes. Mas ele não resulta de nenhum traço de otimismo.

Nos estudos de texto e de discurso (essa terminologia vai aos poucos se fixando, em certos casos em detrimento dos termos “Análise do Discurso” e “Linguística Textual” (doravante LT) ou “do Texto”), há aspectos que se superpõem e para os quais as palavras “texto” e “discurso” podem ser — ou têm sido — eventualmente intercambiadas. Mas há questões para as quais é de relevância crucial distinguir entre as denominações, que não são duas por mero acaso, e também propor quadros teóricos claros de cada uma delas (eventualmente, mencionando suas diferenças). Às vezes, é absolutamente necessário explicitar (ou explicitar de novo) quais são os problemas concernidos,

ou fundamentais, e quais são deixados de lado ou postos em segundo plano por cada uma das “teorias” (ponho a palavra entre aspas apenas porque, em geral, não há uma teoria em cada um dos lados, mas teorias mais ou menos próximas ou que partilham de elementos comuns; essas características constituem nitidamente dois pontos de vista distintos).

Antes de mais nada, creio que vale a pena fazer uma observação relativa ao que poderia parecer mera casualidade, ou simples questão de palavras, mas que, de fato, é bem mais do que isso: o termo “discurso” é frequentemente empregado em trabalhos de LT e até mesmo nos de sociolinguística ou de análise da conversação em acepções que não se aproximam das que são consideradas relevantes pelos analistas de discurso, (por mais que haja diferenças entre as diversas teorias que adotam ou adotaram essa denominação).

Esse fato parece ser sintoma de um certo prestígio (requereria explicação mais detalhada) do termo “discurso” e dos sentidos que lhe são associados, e que a palavra “texto” não evoca. Uma hipótese é que o termo “discurso” implica ou supõe um desejo de afastar-se do que soa como apenas “linguístico” e de aproximar-se do que soa como “social” ou “cultural” ou “psicológico”. Ou mesmo “ideológico”. As linguísticas de texto deixaram há bastante tempo de ser apenas “linguísticas” e se tornaram em boa medida fortemente marcadas pela psicologia cognitiva e mesmo pela atenção a outros problemas, originariamente não textuais em sentido estrito, como, por exemplo, a intertextualidade. Creio que foi essa expansão que fez com que “discurso” parecesse um termo não incompatível com textualidade. Penso que não deveria mesmo ser, mas por outras razões.

Talvez um espaço para uma compreensão mais adequada desse fenômeno, que, a meu ver, como disse, não é banal, porque indica opções diversas dos estudos da linguagem, sejam as abordagens dos gêneros (no sentido textual-discursivo, não no sentido de “sexual”, é óbvio). A noção revitalizada por Bakhtin tinha, na obra do pensador russo, claríssimos ingredientes que “ultrapassavam” a questão da estrutura interna do texto. Dado decisivo, ou constitutivo, é seu pertencimento a uma esfera ou campo. Resta verificar em que medida esse “algo mais” está presente, ou, alternativamente, ocupa o primeiro ou pelo menos o segundo plano nas abordagens que atualmente se

fazem da questão. Conforme se trate de uma ou de outra “escolha”, ela indicará até que ponto se incluem de fato no próprio objeto de estudo as questões que são também, ou originariamente, “sociais” (adoto essa palavra aqui para referir o que, nas teorias “duras” de discurso, se designa com a expressão “exterioridade”), ou se elas são acrescentadas ao núcleo duro de uma teoria como um elemento a mais a ser considerado e a ser explicado, então, por uma teoria específica de outro campo.

O exemplo mais claro desse emprego de “discurso” ocorre nos trabalhos de linguística de texto ou de análise da conversação que consideram central a problemática da *referenciação*, tal como definida em Mondada e Dubois, e implementada no Brasil principalmente por Marcuschi e Koch, nitidamente em oposição a uma real ou suposta postulação da relação direta entre as palavras e as coisas, vale dizer, a uma solução “linguística” ingênua — sem “enunciação”, sem relação interacional ou dialógica etc. — para a questão. O adjetivo “discursivo” tem quase sempre, nesses trabalhos, um sentido muito diferente do que tem a mesma palavra, por exemplo, em Foucault, em Pêcheux e em Maingueneau, e mesmo em Charaudeau.

O processo de referenciação é concebido pela LT como sociocognitivo, por um lado, mas, por outro, está ligado a processamentos individuais ou, no máximo, interacionais, admitindo-se que o sentido, ou as diversas alternativas de referenciação (nomeação, predicação...) possam ser negociadas, eventualmente durante próprio processamento online da conversação. Como se vê, a ênfase recai sobre a cognição e/ou sobre as opções individuais.

Se a AD considerar os mesmos dados para análise, voltará seu olhar para o que ela considera fatos históricos: as diversas maneiras de referir-se a um “objeto” (do mundo ou do universo de discurso) serão “buscadas” no interdiscurso, na memória discursiva, e serão “selecionadas” pelo enunciador (e não produzidas por ele) segundo critérios da teoria, da formação discursiva ou do campo em que o discurso é produzido (ver os dois exemplos no final do texto).

## Diferenças

Este trabalho, como foi dito acima, pretende comentar um conjunto de opções que diferenciam as teorias de texto e as de discurso, na medida em que elas oferecem explicações claramente distintas para determinados problemas. Essas teorias consideram cruciais explicações ou *psicossociológicas* ou *históricas*; consideram a memória ou em termos *cognitivos* ou em termos *psicanalíticos e/ou históricos*; consideram fundamental um *corpus institucional* (mais frequentemente escrito) ou um *corpus sem a consideração dos laços institucionais* (independentemente de ser falado ou escrito); tratam diferentemente questões como a *legibilidade dos textos*, vale dizer, o processo de leitura e a figura do leitor etc.

Frequentemente, trabalhos nesses campos apresentam traços marcantes de “ecletismo”, nem sempre, é verdade, com o mesmo grau ou com a mesma sem cerimônia. As diferenças básicas entre eles são de três tipos: a) há trabalhos que adotam ou dizem adotar perspectivas associadas a diversos autores, ora mais, ora menos compatíveis. Bons exemplos são Pêcheux, Foucault e Bakhtin, que, provavelmente, formam um “grupo” (seu ponto de partida é o social ou o histórico, não o individual ou o biológico) que pode ser claramente oposto a outro (que privilegiem o individual e o biológico), sem que, no entanto, eles se filiem exatamente à mesma teoria ou concepção (a afirmação de Foucault de que uma obra é um nó numa rede pode ser aproximada, mas certamente não equivale nem nasce do mesmo quadro em que nascem as teses de Bakhtin sobre o dialogismo ou as de Pêcheux ou de Maingueneau sobre interdiscurso. Certamente, porém, estão mais próximos entre si do que estão de Chomsky ou mesmo de Halliday e Hasan, ou de Van Dijk...); b) há trabalhos que adotam perspectivas que talvez possam ser compatibilizadas, mas que exigem esse trabalho de compatibilização, sempre por fazer (são exemplos os diversos — na verdade, numerosos — trabalhos que incorporam teses da pós-modernidade às problemáticas formuladas pela AD, não sendo claro que, por exemplo, uma categoria como “o sujeito da pós-modernidade” seja compatível com a categoria correspondente em Foucault, em Pêcheux, em Bakhtin ou em Maingueneau); c) há trabalhos que

“misturam” claramente, e, aparentemente, como se pudessem ser apenas “somados”, procedimentos, hipóteses e “axiomas” oriundos de teorias bastante diferentes entre si em seus fundamentos mais característicos (por exemplo, as teses de Marcuschi, de Bakhtin e de Maingueneau sobre gênero). Para Bakhtin e Maingueneau, apesar das diferenças, o pertencimento a um campo ou a uma esfera é o ponto de partida para definir um gênero, e não sua estrutura textual. A tese de Marcuschi mais conhecida sobre a questão é sua postulação de que há um *continuum* entre fala e escrita [isto é, de uma não ruptura entre as duas modalidades], ou seja, sua ênfase recai sobre a “composição” do texto genérico.

Não pretendo concluir que há teorias melhores do que outras, nem que, se as houvesse, deveria haver alguma pressão “ética” para que as menos boas fossem abandonadas em favor das melhores (ou que deixassem de receber financiamentos). Nem por isso, no entanto, deixarei de tomar posição em relação a determinadas análises, emitindo, eventualmente, juízos de valor.

A diferença fundamental entre a LT e a AD está clara em duas ou três questões filosóficas. Uma diz respeito ao **sujeito**: para a LT, explícita ou implicitamente, o sujeito (falante, locutor, leitor) é de tipo cartesiano: é uma unidade de consciência e de saber. Locutores e leitores são concebidos como (ou muito aproximados de) falantes e leitores empíricos. Não há na LT categorias específicas para referir-se aos indivíduos e às “personagens” textuais ou discursivas. Essa caracterização sumária (talvez simplificada) pode ser mais claramente atestada nos trabalhos de análise da conversação, cujas diferenças filosóficas de fundo em relação à LT praticamente inexistem. A consideração da memória e da atividade inferencial são outros elementos que confirmam essa concepção, frequentemente não explicitada no próprio interior da LT, cuja “psicologia” deve ser visitada nos textos próprios desta outra disciplina. O locutor está na fonte do texto e o leitor na origem da leitura (ele é mesmo “aquele que lê”).

Para a AD (talvez esta seja sua tese mais conhecida), o sujeito é concebido como efeito, marcado pelo inconsciente e pela ideologia; é “dividido/disperso”, o que significa que, no que se refere a seu saber, à memória, à manipulação dos textos, às atividades de interpretação etc.,

é marcadamente concebido como “efeito”. Por exemplo, a tese da AD é que sujeitos ocupam posições “previstas” pelos discursos (pelas práticas discursivas), a cujas regras estão submetidos — eventualmente mais em alguns campos do que em outros. A diferença pode ser formulada nos seguintes termos: para a LT, o sujeito é origem; para a AD, ele é efeito. É evidente que tais enunciados não têm sentido óbvio; mas indicam uma incompatibilidade fundamental no que se refere à concepção de sujeito.

Outra diferença fundamental: a LT considera qualquer texto como texto, ou seja, como categoria primeira, sem questionar se sua natureza, ou determinado traço que o caracteriza, é condicionada de alguma forma pelo campo ou esfera em que esse texto é “gerado” e circula. Trate-se de questões de coerência ou de referenciação, os fatos são analisados independentemente de explicitar se tal traço é ou não característico de certos tipos de textos (por exemplo, dos poéticos ou dos científicos). Para a AD, a consideração do campo é fundamental: para as análises discursivas, o ponto de partida é a inscrição institucional do texto (tanto quanto do enunciador). Um poema é “coerente” por razões que não valem necessariamente para um *paper* ou para um chiste. As discussões sobre gêneros textuais levadas a cabo no interior da LT poderiam modificar essa divisão, mas as análises não têm sido afetadas crucialmente por esse fato.

Essas duas diferenças explicam a tendência da LT a aceitar determinadas formas de negociação ou de produção de sentido (de base interacional), o que é basicamente inaceitável para a AD, que concebe o sentido como derivado de unidades como as formações discursivas ou os campos: como “negociar” sentidos jurídicos ou científicos a não ser com outros discursos jurídicos ou científicos? Outra questão, paralela, e talvez ainda mais crucial: posicionamentos diferentes negociam sentidos? Basta ver debates políticos, religiosos, jurídicos e outros, mesmo alguns científicos, para verificar que tal negociação é rara. Os enunciadores só negociam em relação a questões de pouco relevo: cerveja mais ou menos gelada, mais ou menos tempero na comida. Mas um vegetariano não “negocia” com um carnívoro, nem um abstinente com um consumidor de álcool. Muito

menos um ateu com um religioso, um machista ou um racista com defensores de direitos iguais.

Essas diferenças ao mesmo tempo decorrem de e implicam outra: a LT trata do leitor empírico: uma leitura será bem ou mal sucedida, no que for relevante, em decorrência de certas competências do leitor (na verdade, dos leitores). Tanto é assim que experimentos para medir sucesso ou insucesso de leituras fazem todo o sentido para a LT. Mas, certamente, não fariam sentido para a AD, porque, para a AD (na verdade, para todas as teorias para as quais a questão da enunciação é fundamental), o leitor é uma personagem discursiva (bem como o locutor/enunciador/sujeito/autor).

Ainda como decorrência dessas diferenças, há outra fundamental, a que diz respeito à concepção de memória. Para a LT, a memória é de certa forma pessoal, enquanto para a AD é um conceito marcadamente institucional e histórico. Para a LT, memória se aproxima de lembrança mais do que de arquivos ou de já ditos, para usar *definienda* nada evidentes. Uma incursão mais detalhada no campo mostrará que essa diferença se manifesta claramente também quando se trata das memórias de longo ou de curto prazo: memória de trabalho é uma expressão que pode ser de extrema relevância (uma questão empírica a não ser desprezada) para teorias de texto, especialmente de leitura, mas certamente é um corpo estranho nas teorias de discurso. Evidentemente, memórias de fundamento neurológico só fazem sentido para falantes empíricos, não para enunciadores; para escritores, mas não para autores. Diga-se que uma questão que pode ser incômoda para a AD é em que medida ela faz sentido para sujeitos...

Uma das diferenças mais cruciais entre as duas abordagens, certamente, é o tratamento da intertextualidade. Para a LT, coerentemente, o prefixo “inter” só se aplica à intertextualidade, ou seja, à presença em textos de outros textos (a intertextualidade “implícita” soa como contradição). Para a AD, a distinção entre intertextualidade e interdiscursividade é decisiva. Mas não se trata, para a AD, apenas de distinguir dois fenômenos onde, para a LT, há só um. Trata-se de subordinar a intertextualidade à interdiscursividade: ou seja, para a AD, a forma de citação do Outro texto no interior do Um se define por suas afinidades ideológicas (ou teóricas) ou por sua

incompatibilidade — ambas a serem explicadas. Para a AD, haver mais de um locutor não é suficiente para que haja polifonia, o que só ocorre se e quando há mais de uma “voz social”, ou seja, mais de um posicionamento ou mais de uma ideologia expressos no texto. Para a AD, o interdiscurso comanda o intradiscurso, de que as “vozes” e as relações (anafóricas e outras) são exemplos.

Mais do que isso: para a AD, sempre há interdiscursividade, mesmo que um texto não mencione outro (“a Terra é redonda” opõe-se a “a Terra é plana”, mesmo que a menção a essa outra concepção astronômica não ocorra *neste texto* — o que é um bom exemplo da diferença de concepção do funcionamento da memória, aliás).

Que a AD e a LT operem tipicamente sobre corpus diferentes não é mera casualidade. Um dos traços característicos da LT é fundir-se, de certa forma, à análise da conversação (textos sobre referência, por exemplo, incluem quase sempre dados oriundos de “língua falada”). Por outro lado, um dos traços mais característicos da AD é operar tipicamente com textos institucionais. Ambos os casos têm o efeito de poderem, intuitivamente, pelo menos, dar conteúdo empírico mais aos posicionamentos ou mais aos falantes, mais ao arquivo ou à lembrança, mais à relação institucional ou à interação. Os casos extremos são, assim, exemplares: é mais intuitivo que um sentido não possa ser negociado se ele é característico de uma teoria; e que possa sê-lo se ele parece uma questão de preferência ou gosto (mesmo que não seja).

Há outra diferença relacionada aparentemente ao corpus: as teorias associadas a teses filosóficas típicas da LT tratam dos fenômenos da multisssemiose em termos de multimodalidade, enquanto as teorias de AD tratam dos fenômenos de multimodalidade em termos de multisssemiose. O que significa que as teorias de LT (ou que lhe são próximas) privilegiam — sem contar que fazem de conta que se trata de um fenômeno recente, quase associado à informática — a diversidade dos meios para produzir sentidos (textos são multimodais e sua leitura exige competências específicas). As teorias de AD, por sua vez, e ao contrário, privilegiam a unidade de sentido; isto é, para elas é mais relevante o fato de que os diversos meios se orientam para uma (só) significação (ou para significações retomadas, aludidas etc., típicas da interdiscursividade). Os casos mais evidentes são aqueles em que uma

legenda diz a mesma coisa que uma fotografia. Casos menos óbvios são aqueles em que uma “imagem” se associa claramente a uma ideologia, a uma formação discursiva, a uma doutrina (de que a publicidade, política ou comercial, fornece excelentes ilustrações).

## **Dois exemplos**

Em uma viagem ao México, há algum tempo, li noticiário sobre um desempenho ruim da seleção brasileira de futebol em um torneio que acabara de ocorrer. No meio do texto, os atletas brasileiros eram referidos ora como “los amazônicos”, ora como “los cariocas”. Perguntei a colegas de lá se nos viam como “amazônicos”, e a resposta era “sí”, em tom que implicava obviedade. Expressei minha estranheza. Então me perguntaram se nós também não os referimos como “astecas”, e eu disse que sim, mas que achava que eles são astecas. A resposta foi que eles acham que somos amazônicos...

Creio que se trata de um bom exemplo para mostrar que não há “mapeamento” na relação entre as palavras e as coisas (mas quem, mesmo, defende que haja?). Mas, por outro lado, o exemplo mostra que não se trata de uma questão cognitiva ou interacional. Em nada adiantou dizer-lhes que a Amazônia é apenas uma das regiões do Brasil. Não se tratava de geografia, como ficou evidente. Nem de conhecimento ou de ausência de conhecimento prévio. Trata-se de uma questão ideológica, ou de estereótipos, de certa forma “imposta” aos mexicanos (a meio mundo, na verdade). (Nem vale a pena comentar que me pediam que sambasse!)

Em junho de 2009, ocorreu uma ocupação do campus da USP pela polícia militar. Durante o evento, um manifesto assinado por um conjunto (não por todos, ainda bem!) de diretores de unidades incluía o seguinte parágrafo:

Conclamamos toda a comunidade universitária ao entendimento em torno do respeito ao direito de greve e da livre expressão de ideias, refutando qualquer tipo de violência, seja por grevistas ou por policiais. Ao mesmo tempo, enfatizamos que, nos termos da lei, as manifestações e atos de persuasão utilizados pelos grevistas devem preservar o acesso ao trabalho,

sem causar ameaça ou dano às pessoas ou ao patrimônio público, como os que geraram, em primeira instância, a **necessidade** das ações judiciais de reintegração de posse e a subsequente presença da polícia no campus para seu cumprimento. (<https://jornal.usp.br/institucional/press-release/manifesto-de-dirigentes-da-usp/>)

Segundo a AD, a ocorrência do sintagma “a necessidade” decorre de uma certa formação discursiva (ou posicionamento), de sua memória, de seus pré-construídos: é para certa posição ideológica que defendeu (a ainda defende!) a intervenção policial na universidade que as ações judiciais e a presença da polícia no campus podem ser postas em termos de **necessidade**. Tanto é assim que cerca de uma dezena de diretores não assinou a nota. Ora, a discordância não diz respeito a questões de textualização, mas a posicionamentos. Não se trata de uma (re)categorização, mas de um pré-construído. Para os que assinam a nota, “a necessidade” é uma expressão óbvia, que deriva da formulação prévia — real ou hipotética — “ações judiciais de reintegração são necessárias”. Modalidade? Sim. Mas por que a necessidade em vez da (im)possibilidade?

## **Conclusão**

Que explicações de natureza cognitiva sejam postuladas no lugar de outras, históricas ou psicanalíticas (determinadas associações), é legítimo. Tão legítimo quanto a decisão inversa. Pode ser que se trate de preferências às quais não faltam ingredientes de ordem metafísica (o que é mesmo um ser humano? como sua mente funciona? como ele aprende? o que se deve saber para falar de certa maneira? o saber é consciente? o que é uma escolha entre alternativas? ela existe?), portanto, de certa forma indecidíveis, aporias.

A questão que poderia ser proposta é se existem casos em que uma explicação histórica ou institucional é efetivamente mais correta do que uma psicológica e individual (minha posição é que sim). Nesses casos, ainda haveria lugar para escolhas?

O que significa o fato de a Academia não realizar debates abertos sobre temas como os aqui rapidamente mencionados? Significa que não

se trata de erros contra verdades, mas de opções, e que todas têm o mesmo valor? Há teorias a serem compatibilizadas, como se sua relação fosse de inclusão, de algum tipo de inclusão, e não de exclusão? Por exemplo, para mencionar dados que a AD não considera tipicamente: uma memória “neurológica” pode incluir uma “psicanalítica” ou ser incluída por ela, na medida em que lesões produzem efeitos que não podem ser desconsiderados em sua natureza biológica?

Certamente, ainda há caminhos a serem trilhados. O que é preocupante, a meu ver, é que não há debate no horizonte. Sem ele, cada uma das duas vertentes continuará seguindo seu caminho, e os adeptos de cada uma delas continuarão falando basicamente para seus pares, todos já convencidos de que estão certos.

Se um dia sairmos deste estado, haverá disputas, controvérsias ou discussões? Ou estaremos imersos em uma polêmica, no sentido que Maingueneau dá à expressão? Talvez nunca venhamos a saber...

## Referências

- DASCAL, M. (1994). Epistemologia, controvérsias e pragmática. In: *Revista da SBHC*, 12. p. 73-98.
- LÖWY, M. (2003). *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen — marxismo e positivismo na sociedade do conhecimento*. São Paulo: Cortez Editora.
- MAINGUEANEU, D. (1984/2008). *Gênese dos discursos*. São Paulo: Parábola.



A Análise do Discurso tem sido, por decisão explícita ou não de seus praticantes, cada vez mais "crítica". Seus temas são cada vez mais os que dividem o país. E a AD assume um lado. Ainda se discute, aqui e ali, um tema filosófico (a subjetividade, por exemplo). Mas se trata de um fenômeno cada vez mais raro. Este volume revela tal característica em diversos textos, como os que tratam do golpe, da misoginia, de roupas dos políticos. Talvez seja uma consequência das condições de produção recentes. O país dividido (mais dividido) impede qualquer laivo de indiferença.

